

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**PESCA ARTESANAL NO RIO GRANDE DO SUL: OS PESCADORES DE  
SÃO LOURENÇO DO SUL E SUAS ESTRATÉGIAS DE  
REPRODUÇÃO SOCIAL**

Vinicius Frizzo Pasquotto

Porto Alegre

2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**PESCA ARTESANAL NO RIO GRANDE DO SUL: OS PESCADORES DE**  
**SÃO LOURENÇO DO SUL E SUAS ESTRATÉGIAS DE**  
**REPRODUÇÃO SOCIAL**

Vinicius Frizzo Pasquotto

Orientador: Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Série PGDR – Dissertações nº  
Porto Alegre  
2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

A Banca Examinadora abaixo relacionada aprovou, no *dia 30 de maio de 2005*, a Dissertação de *Vinicius Frizzo Pasquotto* com o título *Pesca Artesanal no Rio Grande do Sul: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social* como requisito parcial para obtenção do Grau de mestre em Desenvolvimento Rural.

**Banca Examinadora:**

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel (Orientador- Presidente, PGDR Departamento de Ciências Econômicas/UFRGS)

Prof. Dr. Jalcione Pereira Almeida (PGDR/Departamento de Horticultura e Silvicultura/UFRGS)

Prof. Dr. Ronaldo Oliveira Cavalli (FURG)

Profª. Dra. Patrizia Raggi Abdallah (FURG)

## **AGRADECIMENTOS**

Ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, que me acolheu nestes últimos 27 meses, ao conjunto de seus professores e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela importância em minha formação profissional e pessoal, agradeço sinceramente.

Ao CNPq, que disponibilizou a bolsa de mestrado, sem a qual não seria possível realizar este trabalho, e à sociedade brasileira, de onde provém o recurso para pesquisa neste país, agradeço e espero, através da dissertação e ao longo da vida profissional, retornar os investimentos realizados na minha formação profissional e acadêmica.

Agradeço ao professor e amigo Lovois de Andrade Miguel, não apenas pela orientação nas questões teóricas e na condução da pesquisa, mas também pela constante motivação e por estar sempre propondo novos desafios.

Agradeço aos colegas do curso, pela oportunidade de conviver com pessoas com formações, trajetórias e histórias de vida tão distintas, mas que por compartilhar muitos sonhos e anseios, acabaram se fazendo tão amigos em tão pouco tempo. Foram muito importantes para mim, amigos e amigas que não precisarão estar perto para se fazerem presentes.

Agradeço aos parentes, amigos e amigas, próximos ou distantes, que me ofereceram as mais diversas formas de apoio, desde as mais filosóficas discussões as mais despreziosas trocas de idéias. Todas foram importantes.

Aos amigos que fiz em São Lourenço do Sul, aos pescadores que muito me ensinaram e, em especial, ao João Henrique, a Sabine, ao Guilherme e ao Atum, que me receberam em sua casa, agradeço por fazerem deste período uma experiência agradável, da qual guardarei sempre boas lembranças.

Por fim, as pessoas mais importantes. Aos meus pais que sempre me apoiaram incondicionalmente e sempre me deram a liberdade de escolher meus próprios caminhos, às minhas irmãs queridas e às minhas sobrinhas, obrigado por tudo.

À pessoa que mais me conhece e sabe que estas palavras expressam apenas uma pequena parte do quanto lhe quero bem, muito obrigado.

## SUMÁRIO

### LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

### LISTA DE QUADROS E FIGURAS

### LISTA DE FOTOGRAFIAS

### RESUMO

### ABSTRACT

<b>1 APRESENTAÇÃO</b> .....	10
<b>2 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS NA ABORDAGEM DA PESCA ARTESANAL</b> .....	15
2.1 O CONCEITO “PESCADOR ARTESANAL”: UMA BREVE REVISÃO SOBRE O OLHAR DAS CIÊNCIAS SOCIAIS .....	16
2.2 OS LIMITES DAS ABORDAGENS SETORIALIZADAS .....	24
2.3 ENFOQUE SISTÊMICO E PESCA ARTESANAL .....	25
2.4 O PROBLEMA DE PESQUISA E SUA ABORDAGEM METODOLÓGICA .....	39
2.4.1 Pesquisa exploratória e a formulação do problema de pesquisa .....	39
2.4.2 As etapas de campo e a aproximação com a comunidade .....	41
2.4.3 Análise dos dados .....	49
<b>3 ATIVIDADE PESQUEIRA NO RIO GRANDE DO SUL</b> .....	50
3.1 EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NO ESTADO .....	53
3.2 PROBLEMÁTICA GERAL DA PESCA ARTESANAL NO RIO GRANDE DO SUL .....	61
3.2.1 Dinâmicas sociais .....	62
3.2.2 Dinâmicas ambientais .....	67
3.2.3 Diversidade regional .....	69
<b>4 EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS PESQUEIROS EM SÃO LOURENÇO DO SUL</b> .....	77
4.1 O SISTEMA PESQUEIRO INDÍGENA .....	77
4.2 O SISTEMA PESQUEIRO DE SUBSISTÊNCIA NAS CHARQUEADAS .....	78

4.3 O SISTEMA PESQUEIRO DE ABASTECIMENTO DO POVOADO DE SÃO LOURENÇO DO SUL .....	81
4.4 O SISTEMA PESQUEIRO MERCANTIL DE PARELHAS NÃO MOTORIZADAS .....	83
4.5 O SISTEMA PESQUEIRO ATUAL E SEUS IMPACTOS .....	86
<b>5 OS ATUAIS SISTEMAS DE PRODUÇÃO NA PESCA ARTESANAL DE SÃO LOURENÇO DO SUL .....</b>	<b>92</b>
5.1 A PESCA DAS “PARELHAS GRANDES” .....	93
5.2 A PESCA DAS “PARELHAS PEQUENAS” .....	98
5.3 A PESCA NO “GONGO” .....	101
<b>6 OS PESCADORES ARTESANAIS DE SÃO LOURENÇO DO SUL E SUAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>103</b>
6.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA.....	104
6.1.1 “Patrões de parelha grande” (patrões pg) .....	104
6.1.2 “Patrões de parelha pequena” (patrões pp) .....	105
6.1.3 “Gongueiros” .....	106
6.1.4 “Encarregados” .....	107
6.1.5 “Caranchos” .....	107
6.1.6 “Proeiros” .....	109
6.2 AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL .....	111
6.2.1 Estratégias vinculadas aos sistemas de produção na pesca .....	111
6.2.2 Estratégias relacionadas aos canais de comercialização .....	123
6.2.3 Estratégias construídas “fora” da pesca propriamente dita .....	127
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>138</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>143</b>

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

CODEPE – Conselho de Desenvolvimento da Pesca

CEPA-RS – Centro de Estudos e Planejamento Agrícola da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul

CI – Consumo intermediário

EMATER – Empresa Riograndense de Assistência Técnica e Extensão Rural

FEE – Fundação de Economia e Estatística

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

KI – Capital imobilizado

PB – Produto Bruto

PBaf – Produto Bruto destinado ao consumo familiar

PESCART – Programa Pesca Artesanal

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RAtNP – Renda de Atividades Não Pesqueiras

RP – Renda da Pesca

RPS – Renda de Políticas Sociais

RT – Renda total familiar

SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

UTH – Unidade de Trabalho Homem

UTHf – Unidade de Trabalho Homem total familiar

UTHfp – Unidade de Trabalho Homem familiar dedicada à pesca

UTHc – Unidade de Trabalho Homem contratada

UTHtp – Unidade de Trabalho Homem total do sistema de produção na pesca

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

VAB – Valor Agregado Bruto

VAL – Valor Agregado Líquido

## LISTA DE QUADROS, TABELAS E FIGURAS

Figura 1 Macro regiões de pesca artesanal no Estado do Rio Grande do Sul.....	52
Gráfico 1 Evolução dos desembarques (toneladas) da pesca artesanal e industrial no RS.....	60
Gráfico 2 Acesso a financiamentos (RS Rural e/ou Pronaf).....	117
Gráfico 3 Indicadores de “mercantilização” dos sistemas de produção na pesca.....	119
Gráfico 4 Indicadores de eficiência técnica dos sistemas de produção na pesca.....	120
Gráfico 5 Renda da pesca dos diferentes tipos de pescadores.....	121
Gráfico 6 Composição da mão de obra familiar dos diferentes tipos de pescadores.....	121
Gráfico 7 Estratégias de comercialização (valores totais).....	125
Gráfico 8 Estratégias de comercialização (participação).....	125
Gráfico 9 Composição da renda dos diferentes tipos de pescadores de São Lourenço do Sul.....	130
Quadro 1 Esquema interpretativo do enfoque sistêmico aplicado à pesca.....	30
Quadro 2 Hipóteses da pesquisa.....	41
Quadro 3 Evolução da atividade pesqueira no RS – principais períodos .....	60
Quadro 4 Diferentes tipos de pescadores e sistemas de produção na pesca .....	92
Tabela 1 Indicadores econômicos para caracterização dos sistemas de produção na pesca.....	45
Tabela 2 Indicadores combinados utilizados na caracterização dos sistemas de produção na pesca .....	46
Tabela 3 Indicadores utilizados para avaliação da diversificação de estratégias e outras questões relacionadas à reprodução social.....	48
Tabela 4 quadro síntese da evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros em São Lourenço do Sul .....	90
Tabela 5 Resumo dos principais indicadores socioeconômicos utilizados na caracterização dos diferentes tipos de pescadores artesanais de São Lourenço do Sul .....	110



## **LISTA DE FOTOGRAFIAS**

Fotos 1 e 2 Proximidades da fábrica de gelo da Colônia Z-8.....	44
Fotos 3 e 4 “Parelhas grandes”.....	97
Fotos 5 e 6 “Parelhas pequenas”.....	100
Fotos 7 e 8 “Pesca no Gongo”.....	102

## **RESUMO**

A pesca artesanal, assim como a agricultura, constitui um objeto de estudo complexo, sendo influenciada por determinantes ambientais, culturais, sócio-econômicas e técnico-produtivas. A combinação destes determinantes com as variáveis tempo e espaço, produz, para cada localidade, uma diversidade de formas através das quais os pescadores artesanais buscam interagir com a natureza e extrair dela seu sustento. Estas constatações motivaram uma dissertação de mestrado, realizada em uma tradicional comunidade pesqueira do estuário da Lagoa dos Patos, no estado do Rio Grande do Sul, e cujos principais resultados buscaremos apresentar neste artigo. A utilização de uma abordagem sistêmica, através de uma adaptação conceitual e metodológica das teorias de evolução e diferenciação dos sistemas agrários, permitiu identificar a variabilidade existente nesta comunidade, em termos de tipos de pescadores e sistemas de produção na pesca, por eles praticados. Foi possível, partindo de categorias utilizadas pelos próprios pescadores, identificar cinco diferentes tipos, que interagem, através de relações de trabalho ou em função da estrutura de capital da qual dispõem, na implementação de três sistemas de produção na pesca distintos. Ao assumir esta variabilidade interna ao grupo social, a pesquisa pode revelar a dinâmica de diferenciação social proporcionada pelo impacto desigual de fatores como as políticas sociais e as políticas públicas voltadas ao fomento da produção, em inter-relação com a eficiência técnica e econômica dos diferentes sistemas de produção na pesca.

## **ABSTRACT**

The artisan fishing, as well as the agriculture, constitutes an object of complex study, being influenced by environmental, cultural, social and economical, technical and productive features. The combination of these features with variables like time and space can produce for each locality a diversity of forms through which the artisan fishermen intend to interact with nature and extract their support from it. These ascertainments stimulated the carrying-out of this Master's paper, in São Lourenço do Sul city, state of Rio Grande do Sul, where there is a traditional fishing community of Lagoa dos Patos. The conceptual and methodological adaptation of the evolution and differentiation theories of the agrarian systems allowed to identify in this research the variability existing on this community as to kinds of fishermen and fishing production systems practiced by themselves. It was possible to identify five different types from the categories used by the own fishermen, which interact through work relationships or due to the capital structure of which it disposes, in the implementation of three different systems of fishing production. The productive systems were comprehended in the strategies context which the fishermen families elaborate in order to ensure their social reproduction, so that the research also approached the strategies built "beyond" the own fishing. When admitting and emphasizing the internal variability of the social group, the research can reveal the social differentiation dynamics provided by the unequal impact of factors like social policies and public policies directed to the production fostering, in interrelationship with the technical and economical efficiency of different fishing production systems.

## 1 APRESENTAÇÃO

Ao longo de toda a costa e nas águas interiores do Brasil é possível encontrar pessoas, ou famílias que, no exercício da pesca, extraem da natureza as condições objetivas de sua reprodução, como o acesso à alimentação e renda. Mas não apenas. A atividade pesqueira é também geradora de elementos subjetivos, formadores de uma cultura de interação com a natureza, produtores de traços característicos que, mesmo variando regionalmente, permitem identificá-los enquanto grupo social – pescadores artesanais. Estima-se que a pesca artesanal praticada ao longo da zona costeira brasileira envolva cerca de dois milhões de pessoas, representando, ainda hoje, mais de 60% das capturas de pescado (SEAP, 2004). Ainda que expostos a uma série de problemas, os quais incluem especulação imobiliária, poluição e degradação dos ambientes aquáticos, competição por espaço com atividades industriais e turísticas, entre outros, os pescadores artesanais persistem como um grupo social que busca assegurar sua reprodução através da apropriação direta de recursos naturais de uso comum.

A grande variedade de ambientes ecológicos nos quais a pesca é realizada propiciou, ao longo do tempo, o surgimento de diferentes sistemas de pesca, produtos de uma co-evolução entre o meio natural, o conhecimento tradicional e as técnicas desenvolvidas pelos pescadores. Esta diversidade de tipos de pesca, pescadores e problemas por eles enfrentados, observada nas diferentes regiões do Estado, foi o principal elemento motivador da pesquisa que aqui se apresenta. Tomando como universo empírico o município de São Lourenço do Sul/RS, buscou-se analisar mais atentamente as diferenças existentes entre os indivíduos que, para efeito de políticas públicas e determinadas abordagens acadêmicas, são tratados, de forma homogênea, na categoria pescador artesanal. Pessanha (2003), em uma referência à sua dissertação de mestrado, já na década de 1970, demonstrava então:

“... a importância de considerar esses grupos internamente não como grupos homogêneos, formados por profissionais que se relacionam de forma igualitária com seus companheiros, com o objeto de seu trabalho e com os instrumentos de produção; mas, ao contrário, como coletivos diferenciados internamente, de acordo com princípios que regem a propriedade ou não de barcos e de redes, mediando o acesso aos bens

públicos representados pela praia e pelos peixes” (PESSANHA, 2003:19).

O município de São Lourenço do Sul encontra-se situado na Encosta do Sudoeste do Rio Grande do Sul, possuindo uma área de 2.040,6 km<sup>2</sup> e limitando-se, ao norte, com os municípios de Cristal, Camaquã e Canguçu; ao sul, com Pelotas e Turuçu; a oeste, com Canguçu e, a leste, com a Lagoa dos Patos (FEE, 2005). Apresenta uma situação agrária marcada pela baixa concentração fundiária, e um dinamismo econômico assentado na produção familiar diversificada, nas áreas de terrenos ondulado e suave-ondulado a oeste, e na produção de arroz nas várzeas ao leste e ao sul do município (PROINTER, 2003). Além da agricultura e da agroindústria de laticínios e de arroz, atividades como o turismo e a pesca são também significativas para a economia local, esta última representada pelas famílias de pescadores, bem como por uma Indústria de Beneficiamento e pela Fábrica de Gelo e Entrepasto da Colônia Z-8. A sede do município situa-se à margem da Lagoa dos Patos, delimitada ao norte pelo Arroio Carahá e ao sul pelo Rio São Lourenço. Próximo a estes portos naturais, bem como em alguns espaços ao longo da orla da lagoa, residem aproximadamente 350 pescadores, segundo estimativa da Colônia de Pescadores Z-8, com sede no município. A representatividade desta tradicional comunidade pesqueira, bem como a diversidade de pescadores e sistemas de produção na pesca praticados, constituem os principais fatores que determinaram sua escolha como campo empírico para esta pesquisa.

Além de buscar trazer à tona a diversidade existente entre os pescadores artesanais dessa localidade e os impactos diferenciados das políticas públicas, a pesquisa também tem como objetivo compreender as estratégias implementadas pelos pescadores, “dentro e fora” da pesca propriamente dita, de acordo com os recursos que as famílias podem “mobilizar”, para assegurarem sua reprodução social. Dessa forma, a pesquisa abre espaço para outras discussões, como a importância da dimensão produtiva para construção da identidade das famílias de pescadores artesanais, as diferenças e semelhanças, conceituais e teóricas, entre pesca artesanal e agricultura familiar e a importância das formas mais tradicionais de interação com os recursos pesqueiros desde o ponto de vista da sustentabilidade, ambiental e social destes espaços.

De acordo com os elementos apresentados até aqui, pode-se inferir que a pesca artesanal constitui um “sistema complexo com múltiplas interações sociais e ecossistêmicas” (AMANIEU, 1991; GARCIA & REVERET, 1991; *apud* ANDRIGUETTO-FILHO, 2002), o que traz

implicações teóricas e metodológicas quando transformada em objeto de análise, demandando uma abordagem multidisciplinar e sistêmica, a qual “permite combinar os fatos naturais, as realidades sociais e as práticas técnicas no seio de um mesmo esforço de compreensão” (RAYNAUT *et alii.*, 1998; *apud* ANDRIGUETTO-FILHO, 2002). Estas constatações guardam relação com outro objetivo da pesquisa: testar se o referencial teórico e metodológico empregado – a teoria dos sistemas agrários aplicados à pesca artesanal – se mostra adequado para estudo deste tema.

Miguel e Zanoni (1998) destacam que a abordagem dos sistemas agrários permite colocar em evidência os diferentes sistemas de produção praticados em uma determinada localidade, mostrando as inter-relações de causa e efeito entre os diferentes elementos, tanto internos quanto externos, que constituem a sua estrutura. O estudo dos espaços rurais sob a concepção dos sistemas agrários tem sido largamente empregado para o entendimento das diferentes formas de uso destes espaços, bem como das relações que, no processo histórico, se estabeleceram e se estabelecem entre elas. Desta forma, este referencial teórico tem contribuído para o estudo das formas sociais produtivas, especialmente daquelas que, em relação direta com a natureza, produzem grande parte das condições objetivas e subjetivas de sua reprodução social.

Tal referencial foi admitido como pertinente, com as adaptações necessárias, pelo fato de ele permitir analisar situações diversas sobre um mesmo quadro geral, sem eliminar as diferenças. Pelo contrário, se sustenta nelas para demonstrar como, em um determinado local, variáveis sociais, culturais, ambientais, econômicas, políticas, entre outras, se articulam e são interpretadas pelos atores sociais (no caso os pescadores), provocando uma evolução e diferenciação nas formas como estes interagem com a natureza, através dos sistemas de produção na pesca, bem como na forma como eles adotam outras estratégias para assegurar sua reprodução social. Nesse sentido, o referencial teórico também se apresenta adequado a um esforço multidisciplinar, abrindo espaço para estabelecer diálogo e incorporar na análise elementos de outras áreas, como a sociologia, economia, geografia, em especial no que diz respeito aos referenciais teóricos tradicionalmente empregados no estudo deste tema dentro da produção acadêmica brasileira. O capítulo que segue esta apresentação visa atender estas questões, apresentando uma breve revisão do “olhar” das ciências sociais sobre a pesca artesanal, as limitações de abordagens “setorializadas”, bem como uma descrição mais detalhada da pesquisa no que diz respeito ao seu

referencial teórico, ao problema de pesquisa e ao método através do qual se buscou abordar a realidade empírica da comunidade pesqueira de São Lourenço do Sul.

Entretanto, antes de “centrar o foco” no local, busca-se apresentar uma análise mais geral sobre a pesca artesanal no Estado do Rio Grande do Sul. Este esforço visa demonstrar como as problemáticas locais se articulam no quadro regional, bem como investigar se a metodologia empregada para analisar localmente pode servir na compreensão de outras realidades. Tendo em vista este objetivo, procura-se apresentar, no capítulo 3, a evolução da atividade pesqueira no Rio Grande do Sul e a problemática geral em que se encontra atualmente inserida, bem como algumas das diferentes formas que esta assume em função de determinantes impostos pelas diversidades regionais.

O quarto capítulo reúne informações obtidas através de revisão bibliográfica e fontes secundárias e, principalmente, entre os pescadores mais antigos ou aposentados, para escrever a evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros de São Lourenço do Sul. Trata-se de um esforço de reconstituição histórica, orientado pela metodologia dos sistemas agrários, no qual são apresentados os sistemas pesqueiros predominantes em diferentes épocas e as mudanças externas e internas que levaram a diferenciação destes até a “formatação” do atual sistema pesqueiro. Conduzindo este processo até a atualidade, procurou-se identificar os fatores que geraram trajetórias distintas, resultando na diferenciação social interna existente hoje em relação aos pescadores artesanais.

Em seguida, com base nas entrevistas realizadas com os diferentes tipos de pescadores de São Lourenço do Sul, são caracterizados detalhadamente os atuais sistemas de produção na pesca<sup>1</sup> presentes no município, em termos de suas estratégias técnicas de captura de pescado, dos ambientes em que podem atuar, das relações de trabalho entre os pescadores, das formas de comercialização e dos principais problemas enfrentados. Os sistemas de produção na pesca são, dessa forma, compreendidos dentro das estratégias que os pescadores implementam, de acordo com os recursos que dispõem, para assegurar a reprodução social. Entretanto, estas estratégias estritamente vinculadas à pesca, em muitos casos, não têm sido suficientes para tanto. Neste sentido, são abordadas as demais estratégias de reprodução implementadas, os contextos que as caracterizam, as escolhas e os mecanismos de apoio dos quais dispõem as famílias de pescadores

---

<sup>1</sup> *Sistemas pesqueiros e sistemas de produção na pesca* são conceitos operacionais adaptados da teoria de evolução e diferenciação dos sistemas agrários (MAZOYER e ROUDART, 2001), equivalentes teoricamente aos conceitos de *sistemas agrários* e *sistemas de produção agrícola*. Estes conceitos serão apresentados e discutidos no Capítulo 2.

artesanais. A avaliação das atuais políticas públicas voltadas para a pesca artesanal ganha importância neste momento da análise.

Buscando mostrar as diferenças internas ao grupo social, salientando os sistemas de produção na pesca variados que eles colocam em prática, bem como as alternativas, também diversificadas, construídas “fora” da pesca propriamente dita, espera-se estar contribuindo com uma nova abordagem sobre o tema, bem como trazendo elementos para formulação de políticas públicas mais ajustadas às necessidades das famílias de pescadores artesanais de São Lourenço do Sul. No mesmo sentido, procura-se demonstrar como dinâmicas sociais<sup>2</sup> e ambientais, muitas vezes geradas em nível regional ou mesmo global, perpassam o nível local, sendo reinterpretadas pelos pescadores e influenciando a elaboração de suas estratégias de reprodução social. Dessa forma, espera-se também levantar elementos para pensar a permanência desta forma social produtiva na atualidade.

---

<sup>2</sup> O termo dinâmicas sociais será empregado com frequência ao longo do texto. Convém esclarecer, portanto, que este termo abrange também processos econômicos e políticos, pois se estará considerando a economia e a política como subsistemas do sistema social, ou da sociedade.



## **2 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS NA ABORDAGEM DA PESCA ARTESANAL**

Este capítulo apresenta uma revisão sobre as abordagens acadêmicas para a pesca artesanal, destacando o “caminho em separado” percorrido pelas ciências sociais e por aquelas mais voltadas para aspectos produtivos, como a economia e a engenharia de pesca. Por um lado, as ciências sociais produziram um interessante acúmulo sobre o entendimento dos processos de diferenciação social pelos quais passaram os pescadores artesanais no Brasil, bem como sobre traços e características peculiares deste grupo social, deixando, entretanto, um tanto à margem os processos produtivos envolvidos na pesca e sua significação para a reprodução social dos pescadores. Por outro lado, as ciências focadas na produção não incorporaram o conhecimento produzido pelas ciências sociais e se orientaram pela máxima, dominante especialmente nas décadas de 1960 – 1970, do aumento da produção e da produtividade, sem considerar as questões sociais e ambientais, influenciando, à época, as políticas de modernização/industrialização do setor e seus reflexos.

Estas constatações levaram a que se buscasse um referencial teórico capaz de trabalhar de forma diferente a interface entre aspectos sociais, técnicos e ambientais. Segundo Quensièrre (1993), “o papel da pesquisa é abordar questões novas, mas também recolocar questões não resolvidas sob novos enfoques, desenvolvendo novas abordagens”. A forma como se pretende fazer isto é apresentada neste capítulo, que inicia com uma revisão sobre as abordagens das ciências sociais sobre a pesca artesanal, para, em seguida, apresentar a proposta de referencial teórico da pesquisa, bem como o processo através do qual foi construído o problema de pesquisa e o método empregado na sua abordagem.

## 2.1 O CONCEITO “PESCADOR ARTESANAL”: UMA BREVE REVISÃO SOBRE O OLHAR DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Por muito tempo, no Brasil, o estudo dos pescadores e de sua produção foi marcado por uma visão folclórica e idílica. Ressaltava-se ora a vida pacata, indolente, ora o tipo humano, sua coragem e os perigos da profissão do mar. Em alguns casos descreviam-se suas comunidades como entidades isoladas, alheias aos grandes processos econômicos, que marcaram a sociedade como um todo em seus vários ciclos econômicos, desde a Colônia até o Brasil contemporâneo (DIEGUES, 1988). Estes trabalhos, realizados sob a perspectiva dos “estudos das sociedades camponesas”, ressaltavam mais a homogeneidade social, padrões culturais e características internas das comunidades pesqueiras ao longo da costa brasileira, bem como a forma “indireta” através da qual estabeleciam relações com o restante da sociedade, o que lhes conferia um certo “isolamento”. Forman (1970), por exemplo, estudou a comunidade de Coqueiral, na Bahia, demonstrando as relações entre os pescadores e destes para com os mediadores que realizam a “conexão” da comunidade com a sociedade em que está inserida. Discutindo o tema da mudança tecnológica, o autor demonstrou como as novas técnicas e equipamentos eram previamente “selecionados” por aqueles mediadores no sentido de continuarem a reproduzir o sistema de dominação vigente à época, e como os pescadores interpretavam estas inovações, adotando aquelas que lhes garantiam segurança na obtenção de alimento e de alguma renda. Esse tipo de análise, embora possivelmente apropriado até 1960, ou mesmo ainda hoje em situações específicas, realizava uma equivalência, do ponto de vista conceitual, entre pescadores e camponeses. Utilizava definições muito próximas às que Mendras (1978) e Wolf (1971) empregaram para conceituar os camponeses, apresentando os pescadores artesanais como indivíduos de uma sociedade local, de autonomia relativa, com uma organização interna e com sua cultura própria, na qual a ligação da coletividade com a sociedade “envolvente” era operada através de indivíduos “notáveis” na comunidade, mediadores como o presidente da colônia, o comerciante ou políticos locais. Este tipo de abordagem, que se sustentava em evidências empíricas observadas especialmente no estudo de “pescadores/agricultores”, passa a não mais oferecer respostas para os processos desencadeados pelo declínio da agricultura e pela especulação imobiliária com fins turísticos nas regiões litorâneas, os quais promoveram mudanças significativas nas formas sociais produtivas relacionadas à pesca.

A partir de 1960, mediante os esforços do governo militar para a “modernização” do setor pesqueiro nacional, ganham destaque os estudos que procuravam perceber a pesca e as comunidades de pescadores “dentro de um contexto mais amplo da sociedade nacional, da penetração das relações capitalistas no setor”, se empenhando em “mostrar a necessidade de se integrar a produção pesqueira ao quadro de acumulação de capital e da divisão social do trabalho no Brasil” (DUARTE, 1973; FIUZA, 1973; DIEGUES, 1973, 1983, 1988 e 1989; MALDONADO, 1986).

Diegues (1983) elabora um importante esforço de conceituação e teorização sobre o setor pesqueiro, distinguindo algumas categorias de pescadores (agricultor/pescador, pescador artesanal e pescadores embarcados ou proletários), ressaltando suas principais características e o processo que gerou estas diferenciações. Para o autor, o pescador brasileiro tem origem nas comunidades costeiras e ribeirinhas que combinavam atividades de agricultura e pesca. Este agricultor/pescador tinha (e, em muitos casos, continua tendo) uma identificação maior com os elementos que caracterizam a forma de trabalho agrícola e familiar, o calendário de atividades tinha predominância agrícola e a pesca era uma atividade complementar, objetivando alimentação e renda. Do ponto de vista teórico, são entendidos dentro da “*pequena produção mercantil simples*”, na qual os custos de produção são desconsiderados em função da simplicidade dos equipamentos, resultando em repartições igualitárias quando do trabalho coletivo na pesca. O pescado desempenha importante função em relação à alimentação da família, mas “é realizado [principalmente] tendo-se em vista sua venda”. Entretanto, “esse pequeno produtor não se reproduz somente como pescador; é na lavoura que se definem as condições de sua reprodução: a terra, sob sua propriedade e em seu controle, é o meio de produção mais importante. Ele se sente mais à vontade junto à casa de fazer farinha, no cultivo de seu pequeno pomar que no calão de seu ‘picaré<sup>3</sup>’” (DIEGUES, 1988). O agricultor/pescador constitui uma categoria muito representativa até 1960, e ainda existente nos dias atuais, principalmente com representantes da “cultura Caiçara” no litoral norte do Paraná e de São Paulo, bem como em outras comunidades, nas mais diversas regiões do país, que ainda combinam atividades de agricultura e de pesca. No Rio Grande do Sul, existem vários exemplos de comunidades que combinam pesca e agricultura, entre as quais se poderiam citar os pescadores/horticultores da Ilha dos Marinheiros, no município de Rio Grande, os pescadores/produtores de cebola da margem oriental da Lagoa dos

---

<sup>3</sup> Pequena rede de arrasto de praia manual, normalmente manejada por dois pescadores.

Patos, nos municípios de São José do Norte, Tavares e Mostardas, e os pescadores/agricultores familiares das margens do Rio Uruguai, na região noroeste do Estado.

Por outro lado, em muitas comunidades pesqueiras do Estado, como é o caso de São Lourenço do Sul, não se observou o processo histórico ocorrido em grande parte do litoral brasileiro, descrito por Diegues (1983), em que os pescadores/agricultores se diferenciaram em pescadores artesanais, estes últimos tendo a pesca como fonte exclusiva de produção e reprodução. Na localidade em que se desenvolveu este estudo, por exemplo, a pesca sempre teve, desde suas origens<sup>4</sup>, este caráter, fato que traz implicações teóricas quanto à definição destes pescadores e às suas formas de trabalho.

Segundo o autor, a especulação imobiliária no litoral brasileiro e o declínio da agricultura, contemporâneas ao período de “modernização” do setor pesqueiro no Brasil, constituem os principais aspectos que levaram muitos agricultores/pescadores a uma diferenciação social, passando a trabalharem como pescadores artesanais. Em muitos casos, a venda do terreno ou da pequena propriedade agrícola foi a forma de financiar a aquisição de botes e baleeiras de maior porte, motorizados, e a pesca passa a constituir a principal atividade.

Os novos sistemas de produção na pesca resultantes dessa transição incorporam alguns elementos importantes: o grupo familiar não mais constitui, necessariamente, a base de produção e cooperação na pesca, embora a família ainda desempenhe, via de regra, uma série de tarefas ligadas à atividade produtiva, como o processamento do pescado e a manutenção dos materiais de pesca. A propriedade particular dos meios de produção, que passam a constituir equipamentos e insumos de maior custo, ampliam a diferenciação social interna ao grupo de pescadores artesanais e se estabelecem formas de divisão do produto menos igualitárias. Não se pode ainda, entretanto, falar em “proletarização” do pescador, uma vez que as tripulações formadas para o trabalho constituem o que se poderia chamar de “sociedades de pesca”, onde as relações de trabalho são informais e a divisão do produto é feita conforme acordos socialmente construídos. O pagamento é, geralmente, em espécie e cada indivíduo pode lhe dar o destino que bem entender. Os pescadores que compõem a equipe têm, em algum grau, influência sobre as decisões

---

<sup>4</sup> Uma das prováveis explicações para este fato, especialmente em algumas localidades costeiras do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, é a imigração luso-açoriana, na qual os imigrantes já traziam uma bagagem técnica e se instalavam em localidades de alto potencial pesqueiro e que apresentavam um processo inicial de urbanização e um mercado local, ou mesmo a possibilidade de aproveitar rotas mercantis para exportação de pescado salgado. Possivelmente, quando reunidas estas condições, a pesca artesanal se desenvolvia já como formato inicial, sem a referida transição a partir dos agricultores/pescadores.

coletivas e sempre são detentores de algum meio de produção, incluindo aí o necessário conhecimento da atividade e dos recursos naturais a serem buscados. Outro aspecto importante é que também aumenta a divisão social do trabalho externa à pesca propriamente dita, os insumos e equipamentos passam a ser adquiridos no mercado, e a comercialização passa a ser atividade operada quase que exclusivamente através dos “atravessadores”, os quais também se constituem como financiadores da atividade e mesmo da subsistência da família, através do fornecimento de ranchos e medicamentos. É nestas condições que, segundo Diegues:

“... o pescador ‘artesanal’ passa a se reproduzir e reproduzir suas condições de existência na pesca, voltada fundamentalmente para o comércio. O mercado é o objetivo de sua atividade, ainda que o ‘balaio’ ou cesto de peixe para o autoconsumo separado antes da partilha constitua uma das bases de sua sobrevivência e de sua família” (DIEGUES, 1988:13).

Ainda neste referencial teórico, existe a categoria de “pescador embarcado”, o legítimo “proletário da pesca” que aparece em determinadas regiões do país, principalmente no sul e sudeste, onde se encontraram reunidas as condições financeiras (disponibilidade de capital) e ambientais (estoques de peixes exploráveis em larga escala) para o “pleno desenvolvimento das forças capitalistas”. Nestas situações surgiram as empresas de pesca com frota particular, bem como os “armadores”, que são empresários donos de barcos de pesca. Nestes casos, os proprietários dos meios de produção não mais trabalham diretamente na pesca, os pescadores são contratados e não influenciam nas decisões, que ficam a cargo do patrão ou de um preposto seu.

Importante ressaltar que Diegues (1983; 1988) ainda afirma que não existe um “evolucionismo” em relação às categorias de pescadores por ele apresentadas, que elas coexistem e que não necessariamente a evolução do setor pesqueiro produzirá apenas “proletários do mar”. Ele demonstrou que, para muitos pescadores, se tornar um “embarcado” era assumir uma posição inferior e só se justificava como uma alternativa frente a um imprevisto ou como estratégia de acumular algum capital para melhorar ou adquirir novos equipamentos que permitissem se tornar ou voltar a ser pescador artesanal.

Demonstra também a capacidade de resistência da pesca artesanal, devido ao fato de esta explorar ambientes, nichos ecológicos diversificados, e que representam “obstáculos naturais”<sup>5</sup> ao avanço das forças produtivas capitalistas. A pesca artesanal, então coexiste como uma forma social de produção subsumida ao setor industrial, pois quando consegue se manter, o faz em uma relação de dependência ao capital comercial das indústrias de pesca, representadas direta ou indiretamente pelos “atravessadores”, responsáveis pela comercialização.

No final da década de 1980 ganharam força trabalhos que passaram a defender a idéia de que existem “especificidades” que caracterizam o grupo social de pescadores artesanais, e que estas não são suficientemente “reveladas” pela busca de seu entendimento através dos referenciais teóricos empregados até então. As teorias dos estudos de comunidade e das sociedades camponesas, apesar de se debruçarem sobre aspectos “internos” da comunidade, o faziam muitas vezes equivalendo, do ponto de vista da teoria social, os pescadores a pequenos agricultores ou camponeses. O marxismo mais estruturalista da década de 1970, apesar de trabalhar bem o contexto macroeconômico e social, no qual a pesca está inserida e sofrendo suas influências, não dispunha de ferramentas para demonstrar as estratégias, em nível dos indivíduos e famílias, que os fazem resistir a este processo, nem para colocar em destaque outras características específicas dos pescadores artesanais, que não apenas sua “dependência” dos atravessadores e empresas, em função da forma como se inserem no mercado.

Percebendo a existência de um “problema de caráter epistemológico”, bem como a necessidade de abordar traços próprios que “determinam a identidade sócio-ecológico-cultural das comunidades humanas que vivem do mundo do mar em contraposição ao mundo da terra”,

---

<sup>5</sup> É possível, dentro deste referencial teórico, embora isto não tenha sido especificamente realizado pelo autor, estabelecer um paralelo com as análises realizadas por autores neomarxistas, como David Goodman e Harriet Friedman, entre outros, que buscam demonstrar as razões pelas quais, na agricultura, existem elementos, de origem natural ou social, que dificultam o “pleno desenvolvimento das forças capitalistas”, ou seja, em poucas palavras, desenvolver na agricultura (e na pesca) as mesmas dinâmicas possíveis de serem desenvolvidas no setor industrial. Esta situação também pode ser observada na atividade pesqueira. Mesmo com a tecnologia disponível hoje em dia, que permite realizar a pesca em grandes navios, equipados com sonares para localização de cardumes e toda infraestrutura para beneficiar e conservar o pescado na própria embarcação, existe uma quantidade e uma diversidade muito grande de espécies de peixe, freqüentemente as de maior valor comercial, que não estão ao alcance deste tipo de pesca industrial. São pescados que estão presentes em ambientes diversificados ao longo de toda a costa e nas águas interiores do país, e que só podem ser capturados através das técnicas e do conhecimento culturalmente desenvolvidos pelos pescadores artesanais ao longo do tempo. Avançando neste tipo de análise, a pesca *artesanal* então permaneceria como uma forma de produção que guarda características “pré-capitalistas”, ou seja, não se organiza exclusivamente em torno de uma lógica industrial, de maximização da produção e dos resultados financeiros, uma vez que considera aspectos culturais e valores simbólicos. Entretanto, mantém relações com a sociedade envolvente, “subsumida” ao modo de produção capitalista, em especial pela dependência do capital comercial, representado diretamente pelas indústrias ou, indiretamente, pelos “atravessadores”.

alguns esforços de pesquisa passam a ser empreendidos dentro do que poderia se chamar de uma “sócio-antropologia do mar”. Estes estudos “baseiam-se na especificidade das comunidades de pescadores: em suas relações com o meio ambiente particular, o mar, no seu mundo de valores e ideologias decorrentes dessas relações com o mundo natural e também com a sociedade mais ampla, a nível regional e nacional” (DIEGUES, 1989).

Além de contribuições individuais, destacam-se os trabalhos realizados no âmbito do Programa de Pesquisas e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, do Instituto Oceanográfico da USP, do Projeto Antropologia da Pesca, do Museu Paraense Emílio Goeldi e do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ). Alguns dos elementos apresentados neste contexto, como constituintes de uma especificidade que identifica os pescadores artesanais, esta “gente do mar<sup>6</sup>”, são apresentados abaixo:

- “As comunidades marítimas se constituem pela prática dos pescadores em um ambiente marcado pelo perigo, risco, mobilidade e mudanças físicas” (DIEGUES, 1989:3).
- “Mais do que em nenhuma outra profissão, a tomada de decisão de lançar uma rede, por exemplo, está sujeita à avaliação de uma série de fatores naturais que vão desde a posição da lua e sua influência nas marés até os hábitos migratórios do pescado na procura de seu alimento” (DIEGUES, 1983:97).
- “O saber pescar é algo que se produz e se acumula culturalmente no exercício da ‘profissão’ e se recria, continuamente, a partir do domínio e dos imperativos colocados pela especificidade do ambiente marinho, que se apresenta como cíclico, móvel e imprevisível, ou seja, a apropriação do mar e de seus recursos implica a detenção de todo um código do saber-fazer que se constrói e se ritualiza no mar, através da tradição, aprendizagem, experiência e intuição. Isso quer dizer que a apropriação

---

<sup>6</sup> Importante um esclarecimento a respeito desse esforço que buscava caracterizar a “gente do mar”: são traços identificados mais precisamente na diferenciação entre pescadores/agricultores, que praticam a atividade de forma complementar à agricultura e em ambientes mais “previsíveis”, como rios, lagoas, águas interiores; e pescadores artesanais, que passaram a ter sua dinâmica de reprodução social mais estreitamente ligada à pesca, nesses casos migrando para ambientes potencialmente mais produtivos e mais “imprevisíveis”, como o ambiente marinho ou de grandes estuários, como no caso da região sul da Lagoa dos Patos, no RS. A apropriação destes ambientes como território no qual buscam sua reprodução social, envolvendo tanto a reprodução material e física, como a reprodução de um conhecimento e uma cultura própria, produz as referidas especificidades desta “gente do mar”. Nesse sentido, convém esclarecer que o uso do termo “mar” não se refere exclusivamente ao oceano, no caso brasileiro o Oceano Atlântico, mas principalmente a ambientes que se comportam como tal, de forma imprevisível, perigosa, e que exigem um profundo conhecimento das variações climáticas, de navegação, etc. Os pescadores da Lagoa dos Patos, no município de São Lourenço do Sul, por exemplo, qualificam como “pescadores fracos” aqueles que possuem pequenas embarcações e que pescam apenas na orla imediata da lagoa, sendo que aqueles que possuem embarcações maiores e que passam até sete dias navegando em busca dos cardumes na Lagoa, referem-se a este território com a expressão “mar”. Quando estão saindo para a pesca nestas condições dizem que estão saindo para o “mar”, apesar de se tratar da Lagoa.

desse espaço é, simultaneamente, um ato produtivo e cultural” (CUNHA, 1989:23).

- “Através do conhecimento que [o pescador] tem da natureza que explora para sobreviver e do seu trabalho no mar, o homem se apropria, de determinadas maneiras, dos ambientes produtivos e do mundo em que vive. Essa apropriação se realiza no processo de trabalho e o ultrapassa, pois inspira também modos de ser e de estabelecer relações sociais, de constituir família, de organizar o trabalho” (MALDONADO, 1986:7).

Os pescadores, ao interpretarem condições ambientais e climáticas que influenciam sua atividade, como a direção dos ventos e a condição do céu, incorporam este conhecimento não apenas como componente de seu “saber-fazer”, mas também como parte de sua percepção de mundo. Da mesma forma, ao contrastar o conhecimento recebido entre gerações com evidências empíricas que vai colhendo ao longo da vida, no exercício da atividade, o pescador é capaz de construir um quadro interpretativo do mundo que está sob as águas, como o conhecimento do fundo do terreno em diferentes locais submersos, o comportamento reprodutivo de espécies, características de uma “personalidade” destas espécies (por exemplo: “a tainha<sup>7</sup> é esperta”), as relações de predação ou “parceria” entre espécies de dentro e de fora d’água, etc. Dessa forma, segundo Cunha (1987), “ao entrelaçar água, terra e céu como seus domínios de vida, os pescadores artesanais revelam possuir uma noção tridimensional do espaço, ao contrário da noção espacial urbana que se manifesta homogênea e horizontalizada”.

A influência de dinâmicas naturais que são, por um lado, cíclicas, e por outro, no curto prazo, imprevisíveis, sobre a atividade da pesca e sobre a organização social das comunidades pesqueiras, é um fato largamente problematizado pelas abordagens que se vinculam ao que se está chamando de “sócio-anropologia do mar”. Um dos casos mais emblemáticos são os arranjos sociais e produtivos organizados em torno da pesca da tainha, ao longo do litoral e das zonas estuarinas do Brasil. No estuário da Lagoa dos Patos, como será visto adiante, a ocorrência de períodos de relativa abundância desse pescado promovem uma intensificação de sistemas de pesca mais apropriados à sua captura, atraindo a mão de obra de pescadores que usualmente se dedicam à outros tipos de pesca. Da mesma forma, a ocorrência da tainha, em diferentes épocas, na costa litôrea promove o envolvimento de grande parte dos habitantes de comunidades pesqueiras em sua pesca, em função da possibilidade de acesso à renda e alimentação e com o

---

<sup>7</sup> *Mugil brasiliensis*. Em relação à citação dos nomes científicos, será adotada a seguinte sistemática: este será citado na primeira vez que o nome comum aparecer no texto. Para demais consultas, será incluída uma tabela, no anexo 4, com todos os nomes científicos das espécies mencionadas no texto.



estabelecimento de relações sociais diferenciadas entre os pescadores e os detentores dos meios de produção e dos canais de comercialização, conforme documentado por Kraemer (1982) e Corrêa (1993) para o litoral do Paraná, Diegues (1983) para o litoral de São Paulo e Pessanha (2003) para o litoral do Rio de Janeiro.

Outro aspecto que passa merecer atenção, nesta época, é a possibilidade de que as comunidades pesqueiras, até então vistas como “atrasadas” e carentes de políticas de modernização para aumento da produtividade, podiam constituir uma importante fonte de conhecimento para o manejo sustentável dos recursos pesqueiros, frente à degradação destes já percebida em várias regiões do País. Cunha & Rougeulle (1989) argumentam, neste sentido, que “os arranjos produtivos que aí se desenvolvem [na pesca artesanal] se caracterizam menos por uma ação transformadora da natureza “*stricto sensu*”, e mais por mecanismos adaptativos desenvolvidos ao longo do tempo, principalmente em relação a um conhecimento profundo dos ecossistemas aos quais fazem parte”.

Da “sócio-antropologia do mar” pode ser preservada a idéia de que existem especificidades que caracterizam esse grupo social, dadas pela relação particular que constroem entre cultura e natureza. Entretanto, são características que não podem ser especificadas a priori, visto que variam em função da diversidade local, constituindo, portanto, elementos a serem caracterizados pela pesquisa empírica, e que podem oferecer subsídios para compreender as decisões e estratégias das famílias de pescadores desta localidade.

Sem a pretensão de definir *um* conceito rígido, mas sim uma noção ampla sobre a qual se estará entendendo, nesta pesquisa, o que é pesca artesanal e quem são as famílias de pescadores, pode-se indicar os elementos a seguir:

A pesca artesanal caracteriza-se pelo uso de pequenas embarcações, com menor esforço unitário de pesca. O regime de trabalho é familiar ou através de grupos de vizinhança ou parentesco. Ou seja, nem sempre a unidade familiar corresponde ao grupo de pescadores que efetivam o trabalho de captura do pescado, entretanto os indivíduos da família executam, em intensidade variável, outras tarefas importantes no processo de produção, como o beneficiamento do pescado e a manutenção de equipamentos de pesca. A unidade familiar frequentemente combina outras atividades como, por exemplo, a agricultura, nas comunidades rurais que também possuem terra, e construção civil, nas comunidades pesqueiras situadas em meio urbano. Os pescadores são responsáveis pelas decisões acerca do processo de trabalho e detêm a propriedade

total ou parcial dos meios de produção, alguns destes, ainda hoje, produzidos artesanalmente. Em função da variedade de nichos ecológicos em que atuam e do uso de múltiplas técnicas de pesca, as quais são desenvolvidas através das representações<sup>8</sup> que os pescadores constroem sobre o ambiente e sobre as espécies de pescado, o conhecimento tradicional, ou “saber-fazer”, pode ser entendido como um meio de produção, necessário ao desenvolvimento da atividade.

## 2.2 OS LIMITES DAS ABORDAGENS SETORIALIZADAS

A abordagem acadêmica sobre a dimensão produtiva da pesca artesanal, os aspectos técnicos da captura, processamento e comercialização, se caracteriza ainda hoje por um enfoque produtivista, desconsiderando os variados contextos ambiental e social nos quais a pesca artesanal se desenvolve nas diferentes regiões do país. Em relação à pesca artesanal, não se desenvolveu uma abordagem capaz de perceber a “técnica” como produto da interação entre culturas, recursos disponíveis e representações que os pescadores constroem sobre o ambiente. As técnicas de pesca artesanal foram percebidas simplesmente como atrasadas e improdutivas, carecendo, portanto, serem “modernizadas”. Esta foi a concepção dominante, por exemplo, no programa PES CART, de 1973. Segundo Diegues:

“... o motor do PES CART era a ‘assistência técnica’ prestada por engenheiros de pesca, a maioria dos quais reduzia o ‘desenvolvimento à introdução de novas técnicas de captura e processamento do pescado’. Essas inovações tecnológicas tinham falhas principais: nem sempre eram necessárias, pois o problema não era o aumento da produção e produtividade, mas sim os baixos preços pagos ao pescador pelo sistema injusto de ‘intermediação’; os equipamentos propostos freqüentemente fugiam das possibilidades financeiras de adoção pelos pequenos pescadores, sendo controlados pelos comerciantes e donos de empresa; não levaram em conta o contexto sociocultural e o sistema de poder reinante nas comunidades pesqueiras” (DIEGUES, 1988b:17).

Para Béné & Neiland (2003), tanto a análise dos problemas relacionados à pesca como as políticas públicas propostas para sua solução, têm sido elaboradas a partir de abordagens monosssetoriais, e apenas recentemente os pesquisadores, e em menor medida os responsáveis

---

<sup>8</sup> Cabe destacar que não se estará abordando, nessa pesquisa, o processo de construção das técnicas de pesca por meio das representações que os pescadores elaboram a respeito da natureza, em especial sobre o comportamento das espécies de pescado. Assumimos, como pressuposto, que a técnica, na pesca artesanal, é produto da interação entre a cultura dos pescadores e as características do ambiente no qual realizam seu trabalho.

pela formulação de políticas públicas, têm percebido a pesca não apenas como uma atividade econômica, mas também em função de sua matriz social, a qual está “totalmente e irreversivelmente ligada a um sistema mais amplo, através de laços socioeconômicos e comerciais que são locais, regionais ou internacionais”.

Incluindo a temática ambiental, Quensière (1993) afirma que as abordagens setoriais e produtivistas não foram capazes de promover o desenvolvimento deste tipo de atividade, sendo necessário que setores da economia e engenharia de pesca, aqueles que freqüentemente influenciam a elaboração de políticas públicas, passem a considerar que a dinâmica dos recursos naturais explorados não é independente das motivações sociais e culturais das famílias que com eles interagem. Ressalta que não se trata apenas de considerar os aspectos envolvidos – sociais, culturais, econômicos e ambientais – mas também que a inter-relação entre estes aspectos produz configurações emergentes, que podem “amplificar” efeitos secundários não imaginados. É o caso, por exemplo, de tecnologias introduzidas em função de demandas de mercado, que produzem os efeitos econômicos esperados em curto prazo, mas que, em longo prazo, podem trazer impactos ambientais indesejáveis, como a degradação dos estoques pesqueiros, ou mesmo prejuízos socioculturais, como a perda de conhecimento tradicional sobre determinado aspecto ambiental.

Em função dos aspectos levantados, parece importante um esforço teórico no sentido de inserir a pesca artesanal dentro de um quadro de análise orientado pelo enfoque sistêmico, no sentido de se buscar uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais e ambientais que a influenciam e que são por ela influenciadas.

### 2.3 ENFOQUE SISTÊMICO E PESCA ARTESANAL

Conforme foi sugerido na apresentação desta dissertação, a pesca artesanal é considerada como um objeto de estudo complexo, influenciado tanto por dinâmicas ambientais como sociais. Neste contexto, o entendimento da técnica como um produto sociocultural e como expressão da relação entre os atores sociais e o meio natural assume contornos que extrapolam as tradicionais visões produtivistas. Sem cometer o equívoco de reduzir todas as dimensões da vida social à dimensão produtiva, é necessário, entretanto, compreendê-la como uma dimensão importante na construção da identidade dos pescadores artesanais. Tendo em vista estas considerações, elabora-

se a seguir uma discussão e uma proposta de aplicação de um enfoque sistêmico à pesca artesanal, na tentativa de dar conta da complexidade do objeto de estudo em questão.

De acordo com a revisão feita por Wunsch (1995), diferentes autores estão de acordo em designar como sistema “uma inter-relação de elementos que constituem uma entidade ou unidade global”. Interpretações simplistas desse conceito têm recebido críticas, uma vez que essa caracterização geralmente remete a uma idéia de sistemas mais “quantificáveis”, como se as “partes” que o compõem fossem necessariamente fluxos mensuráveis ou objetos físicos, limitando, portanto, sua aplicação sociológica. Para tanto, é preciso considerar, conforme proposto por Morin (1986), que um “sistema não é necessária e nem principalmente composto por partes, alguns deles podem ser considerados conjuntos de estados, ou conjunto de acontecimentos, ou de reações”.

Nesse sentido, tomando a atividade pesqueira enquanto um *sistema*, esta tem como componentes os diferentes tipos de pescadores, seus conhecimentos, os recursos naturais, os equipamentos e técnicas empregados na captura do pescado, as relações de trabalho, etc. É necessário que se atente para o fato de que a subjetividade dos atores que constituem este sistema tem um papel decisivo sobre a forma como ele estará evoluindo, uma vez que conduz suas interpretações e decisões frente à realidade à qual estão expostos e fazem parte, sendo, portanto, também um constituinte do sistema, que o "complexifica" enormemente.

É possível também identificar na atividade pesqueira de determinada localidade ou região outras características atribuídas por Morin (1986) aos sistemas, quais sejam:

- “*uma organização interna que assegura sua reprodução*”: os diferentes tipos de pescadores estabelecem relações entre si, que podem encerrar desigualdades e/ou complementaridades, mas que são fundamentais para manter o funcionamento do sistema;
- “*uma ‘sensibilidade’ aos elementos, internos e externos, com capacidade de resposta e adaptação*”: os pescadores percebem as mudanças ambientais, econômicas, políticas, etc., e as interpretam reagindo através de mudanças nos seus sistemas de produção na pesca, promovendo uma constante evolução destes, ou também mediante mudanças em suas estratégias familiares no sentido de assegurarem sua reprodução social enquanto pescadores, o que acaba por assegurar a reprodução desta forma de produção.

Outro aspecto, introduzido por Morin (1986), a ser considerado é que “o isolamento de um sistema e o isolamento do conceito de sistema são abstrações operadas pelo observador/conceptor”, e que tal isolamento ocorre sempre em um meio no qual o que existe são “sistemas de sistemas de sistemas”. Assim, o “sistema requer um sujeito que o isola no fervilhar polissistêmico, o recorta, o qualifica, o hierarquiza”. Deste caráter subjetivo decorrem, segundo o autor, duas conseqüências: “a primeira é um princípio de incerteza quanto à determinação do sistema no seu contexto e no seu complexo polissistêmico”, e a segunda é a necessidade do desenvolvimento de uma “sensibilidade sistêmica” que permita “conceber as interações, interferências e encadeamentos polissistêmicos”, qual sejam, do sistema “arbitrariamente isolado” para com o contexto no qual está inserido.

Portanto, é importante esclarecer que a escolha de definir a pesca artesanal como objeto a ser submetido a uma análise sistêmica não é aleatória, mas sim uma definição arbitrária. Necessita, portanto, ser justificada. Um enfoque mais abrangente poderia tomar a cadeia produtiva da pesca e aqüicultura de determinada região, ou mesmo do país, e, nesse caso, o sistema em análise seria composto pelas diversas formas extrativas e “criatórias” de obtenção do produto pescado e suas inter-relações com a cadeia de insumos e as etapas de processamento e comercialização. Um nível mais abrangente ainda seria a análise do sistema agroalimentar de determinada região. Entretanto, à medida que aumenta a abrangência, cada vez mais as partes constituintes do sistema passam a ser percebidas de forma menos qualificada e menos problematizadas<sup>9</sup>.

Desta forma, acredita-se que perceber “as pescas artesanais”, que se desenvolvem nas diferentes regiões do país, sob um enfoque sistêmico é “uma atualização necessária”, pois, em que pese os diagnósticos apontarem corretamente a situação de vulnerabilidade social, freqüentemente se comete o equívoco, especialmente por parte dos responsáveis na elaboração de políticas públicas, de tomá-las como um “objeto homogêneo”. As propostas de ações elaboradas não levam em conta a diversidade interna deste grupo social, as relações que se estabelecem,

---

<sup>9</sup> Como “caixas-pretas”, ou seja, partes do sistema que desempenham uma função, fazem parte do conjunto, mas, para que se compreenda o funcionamento do sistema, em um momento específico de sua evolução, não é necessário compreender a fundo o funcionamento desta, não é necessário “abri-la”. Entretanto, como toda parte constituinte de um sistema complexo, as “caixas pretas” são sensíveis às mudanças que ocorrem neste em função de sua evolução, a qual, por sua vez, ocorre em resposta às mudanças externas. Segundo Wünsch (1995), a noção de “caixa-preta” foi introduzida na linguagem científica por Ashby, em 1956, e é uma ferramenta metodológica que permite organizar a apreensão e representação de sistemas complexos.

enfim, a forma como operam enquanto sistema. Fato que, em muitos casos, acaba por produzir efeitos não desejados ou por excluir dos benefícios aqueles que mais necessitam dessas políticas.

Assim, justifica-se a arbitrariedade de “recortar” a pesca artesanal de determinada localidade como um sistema a ser mais bem compreendido, no sentido de perceber como os diferentes tipos de pescadores se organizam e interagem internamente ao sistema. Ao mesmo tempo, para fugir de um “holismo redutor<sup>10</sup>”, que entenderia a pesca artesanal como um sistema acabado, que existe e se explica por si mesmo, não se pode abrir mão da análise do contexto (ou dos outros sistemas) em que está inserida, ou seja, como os pescadores artesanais interpretam as condições externas (competição/complementaridade com a pesca industrial, conflitos socioambientais em torno dos espaços aquáticos, políticas públicas, relações de mercado, etc.), elaborando, mediante os recursos que dispõe, suas estratégias de reprodução social.

Estas considerações de caráter mais teórico, por vezes difícil de serem concebidas em uma aplicação prática em pesquisa, podem encontrar um referencial nas teorias de evolução e diferenciação dos sistemas agrários (MAZOYER e ROUDART, 2001), desde que realizadas as adaptações conceituais e metodológicas demandadas pelo universo empírico da pesca artesanal, que guarda tanto semelhanças como diferenças importantes em relação à agricultura. Este é o esforço implementado no processo de pesquisa desenvolvido e que teve como campo empírico o município de São Lourenço do Sul/RS, no estuário da Lagoa dos Patos. As adaptações conceituais realizadas para tanto são apresentadas a seguir.

A teoria dos sistemas agrários é um instrumental intelectual que permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de perceber, a traços largos, as transformações históricas e a diferenciação geográfica das agriculturas humanas. Um *sistema agrário* é composto pelo ecossistema cultivado e pelo sistema social e produtivo, em outras palavras, pelo meio natural e social, em termos de força e relações de trabalho, conhecimentos e ferramentas disponíveis para a população atuar sobre o meio natural (MAZOYER e ROUDART, 2001). Estabelecendo um paralelo, pode-se propor que os *sistemas pesqueiros* (entendidos como a interação entre o meio social – pescadores, relações sociais e econômicas – e o meio natural – ambientes aquáticos) são também, a exemplo dos sistemas agrários, historicamente constituídos e evoluem e se diferenciam em função de *dinâmicas sociais* (econômicas, políticas, técnicas) e *dinâmicas ambientais*. Os sistemas pesqueiros representam, portanto, o conjunto de formas, ou

---

<sup>10</sup> Conforme problematizado por Morin (1986) e Almeida (2003).

sistemas de produção, por intermédio dos quais os pescadores (seja pesca artesanal ou industrial) intervêm sobre o ambiente aquático em uma determinada região, bem como as relações que estabelecem entre si e para com as demais atividades que, direta ou indiretamente, influenciam estes espaços.

Dessa forma, a exemplo do que se emprega freqüentemente em relação aos sistemas agrários, elaborar um esforço de reconstituição histórica acerca da evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros de uma determinada região pode proporcionar uma melhor compreensão das mudanças externas e internas que levaram a diferenciação destes e a evolução a um novo sistema. Conduzindo este processo até a atualidade, é possível entender as trajetórias distintas que resultaram na diferenciação social interna existente hoje em relação aos pescadores artesanais de São Lourenço do Sul.

Andriguetto-Filho (1999) é responsável pelo maior esforço até então produzido, em nível nacional, no sentido de aplicar à pesca o enfoque de sistemas. O autor adaptou o conceito de *sistema de produção* de Reboul (1976, *apud* DUFUMIER, 1996), caracterizando então o sistema de produção pesqueiro como “um modo de combinação entre um meio aquático definido, força e meios de trabalho com a finalidade de captura de recursos vivos aquáticos, comum a um conjunto de unidades de produção”.

Determinado *sistema de produção na pesca*, em função de sua estrutura de capital e das relações de trabalho estabelecidas, pode colocar em prática diferentes *sistemas técnicos de captura*. Estes equivalem, conceitualmente, aos *sistemas de cultivo e criação* que compõem os *sistemas de produção na agricultura*, e se referem ao nível da análise sistêmica que envolve a dimensão técnico-produtiva.

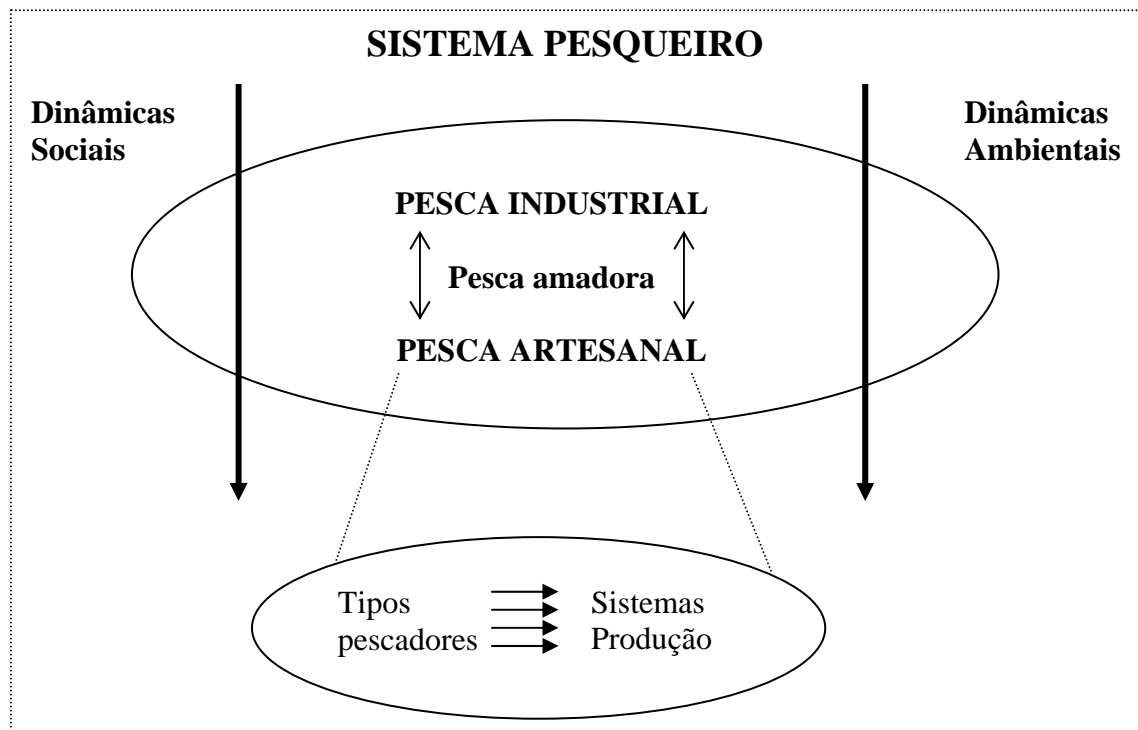
Outros conceitos semelhantes vêm sendo empregados para caracterizar a atividade produtiva na pesca artesanal. Cunha e Rougeulle (1989) utilizaram o termo “*arranjos produtivos*” para designar a combinação de equipamentos, técnicas, conhecimentos e relações de trabalho que permitem a exploração de determinado recurso natural. Pessanha (2003), abordando a pesca artesanal de Itaipu, no estado do Rio de Janeiro, trabalha com o conceito de “*processo de produção*”, definido por Godelier como:

“... não somente o conjunto das relações entre os homens em seu relacionamento com um ambiente determinado, utilizando determinada tecnologia, mas também a relação que eles estabelecem entre si, produtores e não-produtores, para a apropriação e o controle dos meios

de produção e dos produtos do trabalho” (GODELIER, 1973 *apud* PESSANHA, 2003:17).

Entretanto, cabe a Andriguetto-Filho (1999) o mérito de situar claramente os sistemas de produção na pesca<sup>11</sup> na interface entre sociedade e natureza. Estes representam, através das técnicas de pesca historicamente desenvolvidas, as formas através das quais os atores sociais interagem com a natureza, empregando seu conhecimento e representações da própria natureza construídas ao longo do tempo, no sentido de extrair desta as condições objetivas de sua reprodução. Deve-se acrescentar que este processo produz também subjetividades e valores simbólicos, que, mesmo variando regionalmente, caracterizam e identificam culturalmente este grupo social.

Quadro 1 – Esquema interpretativo da teoria dos sistemas agrários aplicada à pesca.



Fonte: elaborado pelo autor.

O sistema pesqueiro, portanto, é composto das diferentes formas de pesca praticadas em uma determinada região, com destaque para a pesca artesanal e industrial. Também compõem o

<sup>11</sup> Optou-se, na adaptação conceitual, utilizar o termo *sistemas de produção na pesca* ao invés de sistema de produção pesqueiro, conforme proposto por ANDRIGUETO-FILHO (1999), apenas com o objetivo de evitar confusão com o termo *sistemas pesqueiros* que foi utilizado como correlato aos sistemas agrários.



sistema as relações que se estabelecem entre pescadores dentro de cada forma, bem como entre elas, as quais podem encerrar conflitos, desigualdades e/ou complementaridades. A pesca artesanal, como subsistema do sistema pesqueiro, também apresenta uma diversidade interna no que se refere aos tipos de pescadores, relações estabelecidas entre eles e sistemas de produção colocados em prática.

Os componentes dos sistemas pesqueiros são influenciados por dinâmicas tanto de origem social como ambiental. Estas dinâmicas são interpretadas pelos pescadores e suas famílias gerando alterações nas formas como eles interagem com a natureza, influenciando a evolução e diferenciação dos sistemas de produção na pesca e, por conseqüência, o próprio sistema pesqueiro.

Na esfera das dinâmicas sociais, ou da sociedade, situam-se, entre outros aspectos, processos econômicos, a regulamentação legal da atividade e a influência de políticas públicas, como aconteceu, por exemplo, no processo de “modernização/industrialização” do setor pesqueiro nas décadas de 1960 e 1970. Na esfera das dinâmicas ambientais, situam-se tanto aquelas propriamente naturais, como, por exemplo, a variabilidade das condições de salinidade no estuário da Lagoa dos Patos, como aquelas caracterizadas pela influência antrópica sobre o ambiente natural, como a degradação dos estoques de pescado pela poluição agrícola, urbana e industrial, entre outras.

É exatamente neste o ponto que se acredita necessário articular o aporte teórico da teoria dos sistemas agrários ao apoio de outras disciplinas, especialmente no campo da sociologia aplicada à agricultura familiar e à pesca artesanal, no contexto dos estudos sobre *reprodução social*. Existe um importante campo de articulação entre as teorias que estudam a evolução e diferenciação dos sistemas de produção, ou, em outras palavras, a reprodução (não sem transformações) das formas de produção, com as teorias que estudam a reprodução produtiva, econômica e sociocultural das famílias de agricultores familiares e pescadores artesanais. Não se trata de reduzir todos os aspectos da vida social destas famílias à dimensão produtiva. Entretanto, é importante entender, especialmente na pesca artesanal, que a dimensão produtiva e técnica é construída através das representações que o pescador elabora sobre a natureza, elementos que fazem parte de sua cultura e de sua identidade. Portanto, ao reproduzir seus sistemas de produção, ele está também reproduzindo, em parte, elementos simbólicos ligados à sua cultura e identidade. Além disto, é através do emprego da técnica que ele extrai da natureza o pescado, que, ao realizar-se enquanto

mercadoria, lhe fornece grande parte dos recursos para sua reprodução biológica e material, bem como para reprodução de seu sistema de produção.

A degradação dos estoques pesqueiros traz implicações importantes para esta análise, uma vez que se torna cada vez mais difícil às famílias de pescadores artesanais assegurarem sua reprodução social tendo por base exclusivamente a atividade produtiva. Se a alternância da atividade da pesca com outras formas de trabalho sempre foi uma característica da pesca artesanal, em função da situação atual dos recursos naturais ela se torna ainda mais importante na compreensão das estratégias de reprodução social adotadas pelas famílias.

Assume-se como pressuposto, portanto, que é na interpretação desta complexidade, e no contraste com as possibilidades que estão ao seu alcance, que as famílias de pescadores artesanais elaboram suas estratégias de reprodução social. Estas estratégias podem variar entre modificações e adequações dentro dos sistemas de produção na pesca, mas também podem se traduzir em alternativas buscadas “fora” da pesca propriamente dita. Entender os contextos e as decisões familiares que condicionam a definição destas estratégias constitui um dos objetivos desta pesquisa.

Torna-se necessário, entretanto, explicitar melhor o que se compreende por reprodução social e por estratégias de reprodução, e que autores estarão corroborando para tanto.

Autores como Andriguetto-Filho (1999) e Diegues (1983), que trabalharam o conceito de reprodução social aplicado à pesca artesanal, concordam que existem dois níveis distintos de análise que não são excludentes, mas sim necessariamente articulados. Em um nível de análise mais abstrato (ou macro), a reprodução social das famílias de pescadores artesanais assegura à sociedade a permanência desta forma de exploração do meio, que se mantém artesanal (ou não-industrial) justamente por atuar em ambientes ecológicos altamente diversificados, os quais constituem uma “barreira” para o desenvolvimento de uma pesca industrial de larga escala.

Em um nível menos abstrato (ou micro), mais permeado por evidências empíricas observadas no cotidiano dos pescadores artesanais, a reprodução social é entendida tanto em função de suas condições objetivas, relacionadas ao acesso a alimentação e renda para a satisfação das necessidades da família e para a reprodução material do sistema de produção, como também em suas determinantes subjetivas, como a reprodução (não sem recriação) da cultura e do conhecimento próprio das famílias de pescadores artesanais, elementos que fazem parte da

identidade destes grupos sociais. É, portanto, na reprodução social das famílias de pescadores que a sociedade reproduz esta forma de produção.

Neste sentido, Andriguetto-Filho (1999) destaca que a reprodução social das famílias de pescadores deve ser entendida através de suas lógicas internas (“micro”) – demográficas, reprodução material e social – e suas lógicas externas (“macro”) – ou fatores externos de mudança, como, por exemplo, a influência da economia em níveis acima do local.

Entretanto, é através do trabalho de Diegues (1983) que se produz o maior acúmulo neste tema. Para o autor, o pescador artesanal, especialmente em contraste com o pescador/agricultor, que tem na agricultura outras fontes de subsistência, se reproduz através da realização do peixe enquanto mercadoria. Para o autor, como a pesca constitui a fonte majoritária de renda:

“... seu resultado deve garantir ao menos a reprodução dos instrumentos de trabalho, além das necessidades da reprodução física do trabalhador e sua família. Há, porém, a reprodução contínua dos meios de produção que são consumidos diariamente e que na pesca motorizada representam um grande consumo de capital” (DIEGUES, 1983:218).

Ainda no nível micro da análise sobre reprodução social dos pescadores artesanais, Diegues (1983) destaca outras duas importantes características deste grupo social: Uma primeira diz respeito à valorização do conhecimento necessário à atividade, que produz uma “corporação de ofício”:

“... os pescadores artesanais se identificam como um grupo possuidor de uma profissão<sup>12</sup> [...] ‘Eu vivo da minha profissão de pescador’ não significa somente a dependência exclusiva dos produtos da pesca, mas também participar de um grupo que domina os segredos do mar, como se locomover nele, como identificar as diversas espécies de pescado, seus hábitos migratórios, etc. O que caracteriza o pescador artesanal não é somente o viver da pesca, mas é, sobretudo, a apropriação real dos meios de produção; o controle do como pescar e do que pescar, em suma, o controle da arte da pesca” (DIEGUES, 1983:197).

Uma segunda diz respeito à relação intrínseca entre a reprodução social dos pescadores e a reprodução natural do seu ambiente de trabalho: os ambientes lacustres, estuarinos e marinhos. Segundo o autor:

---

<sup>12</sup> Esta característica traz importantes implicações com a recente problemática em torno da legalização profissional dos pescadores artesanais, com o acesso à carteira profissional e às políticas públicas.

“... o próprio caráter de pequena produção não lhe permite uma acumulação constante, na medida em que vive ainda ao sabor dos ciclos naturais. A possibilidade de se reproduzir como produtor independente reside na abundância relativa de pescado, nas áreas costeiras, que pode alcançar com sua embarcação. A dependência cada vez maior do mercado pode induzi-lo a explorar estes recursos acima de sua capacidade de reprodução natural” (DIEGUES, 1983:216).

Na “dependência do mercado” que o autor articula o nível micro da análise com o nível macro. Ou seja, neste enfoque, a pesca artesanal constitui modo de produção caracterizado pela *produção mercantil simples*, que se encontra subsumida à forma de produção capitalista, que lhe é dominante, especialmente através do capital comercial.

“Nesta forma de produção, o excedente, normalmente reduzido e inconstante, não é convertido em capital que compra a força de trabalho, mas apropriado pelo modo de produção dominante, através da esfera da circulação” (DIEGUES, 1983:211).

Essa forma de dependência levaria à dissolução das formas artesanais, ou não propriamente capitalistas, de produção. Esta interpretação, embora encontre algum respaldo empírico se analisados os processos de desenvolvimento da pesca industrial nas regiões Sudeste e Sul, não pode ser aplicada à pesca artesanal, tendo em vista sua permanência nos dias atuais. Para Diegues (1983), a pesca artesanal atua em ambientes tão diversificados, que não podem ser apropriados diretamente pela pesca industrial, motivo pelo qual “a simbiose [entre produção simples de mercadorias e o modo de produção capitalista] pode ter longa duração, dados os benefícios que o modo de produção dominante retiraria desta articulação”.

Esta interpretação, embora ofereça importantes ferramentas para entendimento dos processos macro em que a pesca artesanal se insere no capitalismo, deve ser relativizada para não “engessar” a análise em relação ao nível micro, ou das famílias de pescadores artesanais. Não se pode retirar da “ação” destas famílias o mérito de sua permanência nos dias atuais como produtores artesanais em uma sociedade capitalista. Nem se pode explicar este fato apenas pela interpretação de que esta forma de produção permanece porque é “funcional ao capitalismo”. Neste contexto é que adquire importância o entendimento das estratégias de reprodução social, como estratégias elaboradas pela “ação” das famílias, mediante interpretação que fazem dos processos sociais nos quais estão inseridas.

A produção acadêmica acerca dos motivos pelos quais a agricultura familiar permanece como uma forma de produção duradoura é muito rica, mas não é objetivo deste trabalho recuperá-la integralmente. Entretanto, cabe destacar, pela interface que se estabelece com este tema de pesquisa, que a *pluriatividade* (o que, em outros momentos, foi denominada de busca de alternativas “fora” da pesca propriamente dita) é uma das importantes explicações para o fenômeno da permanência das formas familiares ou mesmo, conforme destaca Schneider (2003), para o desenvolvimento de “relações até relativamente estáveis e duradouras com as formas sociais e econômicas predominantes no capitalismo”.

Ao definir a reprodução social na agricultura familiar, que pode, neste caso, ser estendida à pesca artesanal, Schneider (2003) recupera muitos dos elementos até aqui discutidos, atribuindo importância para a família enquanto unidade de análise das estratégias de reprodução social, mas também considerando o papel decisivo do ambiente econômico, social, institucional em que estão inseridas. Para o autor:

“A reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um intrincado e complexo jogo através do qual as unidades familiares relacionam-se com o ambiente e o espaço no qual estão inseridas. Nele os indivíduos e a família devem levar em conta o bem-estar e o progresso de sua unidade de trabalho e moradia e as possibilidades materiais de alcançar determinados objetivos. Desse modo, a reprodução não é apenas o resultado de um ato da vontade individual ou do coletivo familiar e tampouco uma decorrência das pressões econômicas externas do sistema social. A reprodução é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos. Nesse processo, cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à continuidade e à reprodução” (SCHNEIDER, 2003:95).

O entendimento das estratégias de reprodução social terá como base teórica principal as reflexões de dois autores: o trabalho de Van der Ploeg (1992) e os trabalhos de Ellis (1998; 1998b). Van der Ploeg (1992) desenvolve um enfoque baseado na “luta entre os produtores diretos e o capital” pelo controle dos processos produtivos e dos aspectos relacionados à reprodução social. Segundo o autor, historicamente – e isto é claramente observado quando se estuda a evolução do setor pesqueiro – a *cientificação* (*cientificacion*) de elementos dos processos produtivos tem se constituído a principal forma através da qual o modo de produção dominante se

apropriada do trabalho e do capital das formas de produção baseadas na produção simples de mercadorias. A cientificação se desenvolve articulada ao processo de *mercantilização*, através do qual, gradualmente, constituintes do processo produtivo, antes gerenciados de forma autônoma, passam a depender de dinâmicas mercantis externas à unidade de produção. As estratégias construídas na “via da mercantilização”, na pesca artesanal, são observadas quando os pescadores optam por incorporar novas tecnologias aos sistemas de produção, como o uso de embarcações maiores e motores de combustão interna, visando ampliar o raio de ação e a capacidade de captura. Neste contexto, a incorporação de insumos externos representa uma *externalização* de etapas e fatores de decisão do processo produtivo e, ao menos em parte, a própria reprodução social passa a depender de lógicas de mercado, externas às famílias de pescadores. Este processo tende a substituir até mesmo os meios de produção mais “subjetivos”, como naqueles casos em que os pescadores passam a utilizar equipamentos como a “sonda” em substituição ao conhecimento tradicional na localização dos cardumes.

O autor destaca, entretanto, que este não é um “caminho linear”. Mesmo que o processo de mercantilização passe a coordenar as lógicas produtivas, isto não significa que passe a coordenar os demais domínios da vida social dos “produtores diretos”, neste caso os pescadores artesanais. Além disto, em muitos casos, as famílias optam por estratégias diversificadas, não exclusivamente ligadas à especialização dos sistemas produtivos dentro de uma lógica de mercantilização. Resulta que, em função da variabilidade de estratégias possíveis, o que se pode esperar encontrar na realidade empírica da pesca artesanal em uma determinada localidade é também uma variabilidade em relação aos *estilos de pesca*. Van der Ploeg (1992) utilizou o conceito *estilos de agricultura*. Pretende-se abordar esta diversidade através da análise dos sistemas de produção na pesca.

Nos trabalhos de Ellis (1998) também se encontram categorias para análise das estratégias de reprodução social e que podem ser associadas a este referencial teórico. O autor desenvolve o conceito de “*diversificação de modos de vivência*” e demonstra que as unidades familiares de produção estão sensíveis às mudanças que ocorrem à sua volta, que as interpretam ao elaborarem suas estratégias de reprodução levando em conta suas “*capacidades*” bem como o “*contexto*” (políticas públicas, mudanças tecnológicas, mercados, questões ambientais, etc.) em que estão inseridas. Esta formulação apresenta uma proximidade interessante com o que se apresentou até aqui, em termos de referencial teórico, para entendimento das estratégias de reprodução social na

pesca artesanal. Outro aspecto que aponta um interessante diálogo com esta proposta de abordagem, é o fato de que Ellis (1998b), para compreender esta dinâmica de “*diversificação*”, faz uso de conceitos largamente utilizados pelo estudo de sistemas complexos, como “*adaptabilidade*<sup>13</sup>” – como um contínuo processo de mudança para melhorar ou manter os padrões de vida, e “*resiliência*<sup>14</sup>” – como a capacidade de um sistema em absorver mudanças, ou mesmo utilizá-las em benefício próprio.

Um aspecto bastante interessante e inovador, que pode ser encontrado no trabalho de Ellis (1998), é o fato de que esta diversificação atribui às famílias um caráter dinâmico, diferenciado do usual estereótipo conservador atribuído aos agricultores (ou pescadores, no caso): “a diversificação é definida como o processo através do qual as famílias rurais<sup>15</sup> constroem um ‘portfólio’ de atividades e capacidades de sustento, de maneira a manter ou melhorar seus padrões de vida<sup>16</sup>”.

Esta capacidade de diversificação traz outras implicações analíticas importantes. Adaptando, ao universo empírico da pesca artesanal, as considerações que Ellis (1998 e 1998b) realiza para as famílias rurais, pode-se destacar:

- as famílias de pescadores, objetivando sua reprodução social, não consideram apenas as oportunidades relacionadas aos sistemas produtivos, mas também aos outros setores, o que vem sendo chamado de *pluriatividade*;
- no que se refere à atividade da pesca, ao contrário do que o mercado usualmente demanda – especialização e escala, as famílias optam muitas vezes por diversificação de atividades;
- a diversificação ocorre em situações diferentes, tanto para reduzir as perdas com fenômenos naturais, ajudando a manter o padrão de vida, como em momentos de estabilidade, para melhorar o padrão de vida;

---

<sup>13</sup> No original: “*livelihood adaptation has been defined as the continuous process of changes to livelihoods which either enhance existing security and wealth or try to reduce vulnerability and poverty*” (DAVIES e HOSSAIN, 1997 *apud* ELLIS, 1998b)

<sup>14</sup> No original: “... *resilience means the ability of the system to absorb changes or even utilize change to advantage.*” (BLAIKIE e BROOKFIELD, 1987 *apud* ELLIS, 1998b).

<sup>15</sup> Cabe lembrar que na pesca artesanal a atividade produtiva realiza-se diretamente sobre a natureza, independente se a residência das famílias se situa no rural ou no urbano.

<sup>16</sup> No original: “*Rural Livelihood diversification is defined as the process by which rural households construct an increasingly diverse portfolio of activities and assets in order to survive and to improve their standard of living*”(ELLIS, 1998)

- a unidade de decisão da diversificação é a família, e a maneira como as oportunidades externas se apresentam pode alterar as relações dentro desta. Por exemplo: o poder de decisão das mulheres pode ser ampliado quando a possibilidade de pluriatividade se caracteriza por trabalhos realizados por elas;
- a diversificação não significa o “abandono” dos sistemas de produção na pesca, podendo, inclusive, servir como fonte de financiamento para trazer melhorias ou maior segurança para estes.

Dessa forma, o autor aponta que é necessário investigar empiricamente como as estratégias se dividem em categorias distintas: estratégias de “*manutenção*”, para momentos de dificuldades, e estratégias de “*acumulação*”, para melhorar a situação econômica da família ou técnica do sistema de produção, em momentos mais favoráveis. Esta parece ser uma proposta analítica pertinente, pois, conforme constatado na pesquisa exploratória, existe uma significativa diversidade de estratégias implementadas pelos diferentes tipos de pescadores, demandando pesquisa empírica para seu entendimento.

As considerações até aqui apresentadas, em termos de referencial teórico, procuraram demonstrar como se pretende articular a teoria dos sistemas agrários com as questões relacionadas à reprodução social. A seguir apresenta-se o método utilizado para confrontar estas considerações de caráter teórico com as informações obtidas e observadas na realidade empírica da pesca artesanal em São Lourenço do Sul.



## 2.4 O PROBLEMA DE PESQUISA E SUA ABORDAGEM METODOLÓGICA

O conceito de método de pesquisa proposto não se restringe apenas a uma descrição dos instrumentos usados na obtenção e análise de dados. Aproxima-se da idéia sugerida por Minayo (1996): como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” e do sentido de pensar o método como “a articulação entre conteúdos, pensamentos e existência”. Essa forma de entender o método valoriza a pesquisa como um processo que não se inicia somente depois de elaborado o projeto, mas que tem origem nas inquietações, vivenciadas durante o período da pesquisa ou mesmo trazidas de experiências anteriores, e que levam a problematizar sobre determinado tema, em sucessivas “idas e vindas” entre a teoria e o empírico. Dessa forma, procura-se apresentar a seguir o processo que conduziu a elaboração desta pesquisa, desde o contato inicial com a realidade empírica do município de São Lourenço do Sul, à redação da dissertação.

### 2.4.1 Pesquisa exploratória e a formulação do problema de pesquisa

A pesquisa exploratória, realizada em São Lourenço do Sul no período de 22 a 24 de setembro de 2003, teve uma importância fundamental na construção do problema de pesquisa. Foram realizadas entrevistas com informantes-chave (mediadores técnicos da EMATER/RS e do CAPA<sup>17</sup>, e com o presidente da Colônia de Pescadores Z-8), além de diversos representantes da comunidade local de pescadores. Essas entrevistas foram conduzidas de forma aberta, uma vez que o objetivo era um “mapeamento” das impressões destes atores sobre a realidade local. Com os mediadores técnicos e com o presidente da colônia, buscou-se compreender também as representações feitas por eles a respeito dos pescadores locais. Com os pescadores, os temas ficaram em torno dos sistemas de produção na pesca implementados, dos diferentes tipos de pescadores e das dificuldades enfrentadas.

Nas entrevistas com os pescadores, especialmente, constatou-se uma diferenciação social interna à categoria geralmente tratada de forma homogênea como “pescador artesanal”. Os diferentes tipos identificados diferenciavam-se em relação à posse de equipamentos de pesca e às relações de trabalho. Diante destas constatações, tornou-se evidente o fato de que também existia

---

<sup>17</sup> ONG: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

uma variabilidade em relação às estratégias de reprodução social implementadas por estes diferentes tipos, tanto porque não estavam expostos exatamente os mesmos problemas como porque dispunham de diferentes recursos para enfrentá-los.

Dessa forma, a pesquisa exploratória serviu como “prospecção” de temas relevantes a serem abordados, bem como permitiu avançar alguns passos na formulação do problema de pesquisa. Tendo em vista que o principal elemento motivador foi a diversidade de tipos de pescadores e formas através da qual a pesca artesanal é realizada, a pesquisa busca, em um primeiro momento, identificar os fatores que têm sido, ao longo do tempo, responsáveis pela diferenciação das categorias sociais e dos sistemas de produção na pesca por elas implementados. Em um segundo momento, busca identificar os fatores que atualmente geram dificuldades à atividade da pesca artesanal na localidade em estudo e o processo através do qual, mediante o enfrentamento destas dificuldades, as famílias de pescadores constroem as diversas estratégias de reprodução social. Estas são, de maneira geral, as questões para as quais a pesquisa pretende oferecer respostas.

Conforme destacado anteriormente, para a pesca artesanal, a dimensão produtiva e os aspectos ligados à *técnica*, entendida como um elemento síntese da interação entre cultura e natureza, assumem contornos que extrapolam as questões ligadas exclusivamente à geração de renda e à reprodução material dos meios de produção, constituindo-se também em elementos simbólicos de importância para a construção da identidade das famílias de pescadores artesanais. Dessa forma, o estudo dos sistemas de produção na pesca e as mudanças técnicas que os pescadores elaboram nestes, em função das dificuldades enfrentadas e dos recursos que podem mobilizar, são aspectos centrais no entendimento das suas estratégias de reprodução social. O fato de atribuir significativa importância à dimensão produtiva, não significa reduzir a esta todos os elementos que se relacionam à reprodução social dos pescadores artesanais. Em função desta constatação é que a pesquisa busca compreender também as estratégias de reprodução social construídas “fora” da pesca propriamente dita.

As hipóteses formuladas pela pesquisa são apresentadas a seguir:

## Quadro 2: Hipóteses da pesquisa

- 1) A diferenciação social atualmente percebida entre os pescadores artesanais de São Lourenço do Sul encontra suas principais origens no processo de “modernização do setor pesqueiro” de 1960 e 1970, especialmente em função do acesso desigual às políticas públicas da época.
- 2) Os pescadores que colocam em prática, atualmente, sistemas de produção na pesca mais “mercantilizados”, ou seja, que utilizam embarcações maiores, motores mais potentes e uma quantidade maior de equipamentos e insumos, tendem a construir estratégias de reprodução social mais vinculadas à dimensão produtiva, “dentro” da pesca propriamente dita.
- 3) Os pescadores que colocam em prática, atualmente, sistemas de produção na pesca menos “mercantilizados”, em função de seu reduzido potencial de captura, tendem a estabelecer uma “diversificação” maior de estratégias de reprodução social, ligadas tanto à viabilização dos sistemas produtivos, como à geração de renda em atividades “fora” da pesca propriamente dita.

Constitui objetivo da pesquisa, portanto, compreender a origem dos atuais sistemas de produção na pesca artesanal, bem como o processo de diferenciação das categoriais sociais (tipos de pescadores) que os compõem. Da mesma forma, procura-se compreender como os diferentes tipos de pescadores operacionalizam suas estratégias de reprodução, a diversidade de estratégias adotadas e os contextos que determinam a escolha dessas estratégias.

### 2.4.2 As etapas de campo e a aproximação com a comunidade

Como estratégia para aproximação e inserção na comunidade de pescadores, iniciou-se a pesquisa de campo entrevistando pescadores mais antigos, aposentados ou ainda em atividade. Estas entrevistas tiveram como objetivo realizar um esforço de reconstituição histórica, alimentado também pela revisão bibliográfica, da evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros de São Lourenço do Sul, o qual será apresentado no capítulo 4.

Estas entrevistas foram realizadas no sentido de reconstituir as histórias de vida destes pescadores. Este instrumento (entrevistas biográficas) teve de ser adaptado, uma vez que se pretendia focar os aspectos da vida desses sujeitos que tinham relação com o exercício da

pesca. Buscou-se compreender, neste processo, como os pescadores perceberam, ao longo do tempo, a influência de transformações (sociais, econômicas, políticas, técnicas, ambientais) e como estas se refletiram em mudanças nos sistemas de produção na pesca, vivenciadas diretamente por eles e também pelos demais pescadores da comunidade.

Também foi necessário “pautar” esta reconstituição histórica em relação aos aspectos (categorias analíticas) que permitiram reconstituir a evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros: as relações de trabalho em diferentes épocas, migrações e saídas de indivíduos da atividade, mudanças econômicas como instalação de indústrias de beneficiamento de pescado e/ou a maior procura por determinadas espécies, acesso a políticas públicas, mudanças tecnológicas como a introdução do gelo e dos motores a combustão, variações nas disponibilidades dos estoques de recursos pesqueiros, problemas ambientais, etc. Conforme sugere Becker (1994), cada história biográfica focalizada que estabeleça conexões com o processo histórico envolvente pode funcionar como “peças acrescentadas a um mosaico que contribuem para nossa compreensão do quadro como um todo”. Foram realizadas cinco entrevistas biográficas focalizadas, de onde foram extraídas as informações mínimas necessárias, junto com a revisão bibliográfica, para a composição deste “mosaico”, que nos permitiu ter uma visão, ainda que a “traços largos”, como destacam Mazoyer e Roudart (2001), sobre a evolução dos sistemas pesqueiros e sobre o processo de diferenciação social que produziu os atuais tipos de pescadores.

A realização desta etapa sobre a evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros em São Lourenço do Sul possibilitou também que se aprofundasse a problematização já realizada e se levantassem novas variáveis a serem investigadas na próxima etapa.

A etapa de campo seguinte consistiu na realização de entrevistas semi-estruturadas com os diferentes tipos de pescadores atualmente ativos em São Lourenço do Sul. As entrevistas realizadas com informantes-chave (técnico da EMATER/RS e presidente da Colônia Z-8) na pesquisa exploratória apontaram a existência de aproximadamente 350 pescadores artesanais no município, dos quais por volta de 25% são proprietários de “parelhas grandes” (barcos com até 12 metros, com motor e demais “petrechos” de pesca) e os restantes são proeiros (que embarcam com as parelhas disponibilizando sua força de trabalho e seu conhecimento, e que, em alguns casos, possuem redes) e donos de pequenas embarcações, muitas vezes sem motor, que pescam de forma solitária e na costa próxima à Lagoa dos Patos.

Tomando por base, portanto, esta “pré-tipologia” de pescadores e sistemas de produção na pesca, foram realizadas 35 entrevistas semi-estruturadas, aproximadamente 10% da população. A amostra não foi aleatória, mas sim conduzida no sentido de abranger estes diferentes tipos de pescadores inicialmente diagnosticados, bem como no sentido de identificar outras formas de exercício da pesca que “escaparam” desta primeira aproximação com o campo empírico. Não se tem, portanto, a pretensão de conhecer a proporção de cada “tipo” de pescador no conjunto da comunidade, nem de elaborar estimativas da participação da produção ou da renda destes diferentes tipos no total da atividade pesqueira local. A pesquisa busca realizar uma caracterização mais aprofundada destes “tipos” de pescadores e das relações estabelecidas entre eles na implementação dos sistemas de produção na pesca, bem como das demais estratégias de reprodução social.

Este número inicialmente previsto de entrevistas foi suficiente para atingir o “ponto de saturação”, definido por Bauer & Gaskell (2002) como o ponto no qual “temas comuns começam a aparecer, e progressivamente sente-se uma confiança crescente na compreensão emergente do fenômeno (...)” até a altura em que “o pesquisador se dá conta que não aparecerão novas surpresas ou percepções”; ponto que determinou, portanto, o fim do processo de coleta de dados.

Estas entrevistas foram realizadas durante o período de defeso (proibição da pesca), entre os meses de junho e agosto de 2004, em função da maior facilidade de encontrar os pescadores em suas residências. Assim, os dados levantados em relação aos resultados obtidos com os sistemas de produção se referem à safra pesqueira decorrida (oficialmente) entre o período de outubro de 2003 e maio de 2004. Para o cálculo de outros indicadores não relacionados aos sistemas de produção, como, por exemplo, a Renda de Atividades Não-Pesqueiras, foi utilizado como referência o período de junho de 2003 a maio de 2004.

Tradicionalmente, os pescadores aproveitam essa época (defeso) para fazer a manutenção dos materiais de pesca, especialmente o remendo das suas redes ou daquelas que pertencem ao padrão da parrelha. Muitos dos pescadores de São Lourenço do Sul costumam se encontrar nas proximidades da fábrica de gelo da Colônia Z-8, quando realizam estes trabalhos em grupos, conversando sobre questões relacionadas à pesca e ao cotidiano da comunidade. Dessa forma, foi possível participar de uma série de “conversas” informais, nas quais eram apresentados os objetivos da pesquisa e introduzidas questões mais abrangentes. A seguir prosseguia-se um

debate não direcionado sobre temas gerais da pesca artesanal local. Estas “conversas” informais, além de propiciarem o acesso a um conjunto de informações e percepções diferenciadas dos pescadores, possibilitaram agendar boa parte das 35 entrevistas individualizadas.



Fotos 1 e 2: proximidades da fábrica de gelo da Colônia Z-8.

Importante ressaltar ainda que, por se ter investigado alguns aspectos relacionados ao comportamento ou à subjetividade dos pescadores artesanais, a observação participativa constituiu-se em um instrumento importante para a aproximação com a comunidade de pescadores, como forma de acesso a informações que escaparam da problematização inicial. Segundo Oliveira (2000), a convivência prolongada no campo de pesquisa ajuda a contornar a “domesticação teórica do olhar” (o esquema conceitual da disciplina/teoria formadora da maneira de se ver a realidade). O autor ressalta que tem-se a propensão a não registrar os “ruídos” (fatos observados, depoimentos) que não se encaixam na percepção do pesquisador. A convivência com o cotidiano da comunidade pode conduzir a um entendimento dos fatos, que a princípio, não se havia dedicado importância, trazendo à tona novos elementos para o tema em estudo ou para sua melhor contextualização. Além disso, a participação em algumas das atividades da comunidade aumentou o acesso ao “mundo interior”, à região onde são disputadas e preparadas as representações exteriorizadas (CORTES, 1998). Foram, ao todo, mais de 40 dias de convivência, em diferentes momentos, período em que, além das entrevistas, foram realizadas inúmeras conversas informais, contatos e criação de vínculos de amizade, que permitiram ter uma visão mais “íntima” da situação das famílias de pescadores artesanais do município de São Lourenço do Sul.

Todas as entrevistas foram aplicadas pelo pesquisador, e o roteiro utilizado encontra-se no anexo 1. Os quadros 3 e 4 descrevem os principais indicadores utilizados na caracterização dos sistemas de produção na pesca, obtidos diretamente das entrevistas, ou através de cálculos derivados do conjunto de informações levantadas.

Tabela 1: Indicadores socioeconômicos para caracterização dos sistemas de produção na pesca.

<b>Indicador</b>	<b>Descrição</b>
UTH – mão-de-obra	Uma UTH (unidade de trabalho homem) corresponde a 300 dias de trabalho de 8 horas diárias.
UTHf	Indica a disponibilidade de mão-de-obra na família de pescadores, dedicada à pesca ou a outras atividades.
UTHfp	Indica a utilização de mão-de-obra familiar nas atividades de pesca.
UTHc	Indica a utilização e mão-de-obra externa à família no sistema de produção na pesca.
UTHtp	Indica a mão-de-obra total demandada pelo sistema de produção na pesca.
PB – produto bruto	Quantidade capturada das diferentes espécies de pescado, durante a safra, multiplicada pelo preço recebido por cada espécie. Integra o PB a quantidade total comercializada mais a quantidade destinada ao autoconsumo familiar dos diferentes integrantes do sistema de produção na pesca.
Pbaf	Valor da produção destinada ao autoconsumo da família.
CI – consumo intermediário	Corresponde ao valor dos insumos e serviços adquiridos de outros agentes econômicos. São considerados intermediários por serem integralmente consumidos no decorrer da safra. O CI inclui despesas com insumos (combustível, gelo, rancho), manutenção de equipamentos e pagamento, em espécie (partilha da produção), dos outros pescadores que trabalham no sistema de produção na pesca.
KI – capital imobilizado	Corresponde ao somatório do valor do patrimônio imobilizado para a atividade produtiva (embarcações, motores, “petrechos”) assim como as despesas de CI, impostos e taxas realizadas no decorrer da safra.
VAB – valor agregado bruto	Corresponde à riqueza bruta produzida pelo sistema de produção na pesca durante a safra, ou seja, o produto bruto descontado do valor dos insumos e serviços de terceiros ( $VAB = PB - CI$ ).
VAL – valor agregado líquido	Corresponde à riqueza líquida produzida pelo sistema de produção na pesca durante a safra, ou seja, o VAB descontado da depreciação de máquinas e equipamentos.
RP – renda da pesca	Corresponde ao VAL descontado ainda de taxas e impostos relativos à atividade produtiva.

Tabela 2. Indicadores combinados utilizados na caracterização dos sistemas de produção na pesca.

<b>Indicador</b>	<b>Descrição</b>
PB/CI	Indica o produto bruto gerado em razão de cada unidade monetária gasta com insumos. Fornece uma idéia da eficiência do uso de insumos externos na atividade.
KI/UTHtp	Indica a “intensidade” de emprego de capital por unidade de mão-de-obra. Fornece uma idéia da estrutura de capital, por unidade de trabalho, demandada pelo sistema de produção.
VAB/UTHtp	Indica a produtividade do trabalho, a capacidade de geração de riqueza bruta por unidade de trabalho empregada no sistema de produção na pesca.
RP/UTHfp	Indica a renda da pesca produzida por unidade de trabalho familiar dedicada à pesca
RP/UTHtp	Indica o rendimento do trabalho. A renda da pesca produzida por unidade de trabalho empregada no sistema de produção. A renda final do pescador será determinada em função do sistema de partilha praticado.
PBaf/PB	Indica a importância da produção destinada ao autoconsumo da família em relação à produção total.
UTHfp/UTHf	Indica o grau de dedicação da mão-de-obra familiar à pesca.
RP/RT	Indica a participação da renda da pesca na renda total familiar.

Torna-se necessário esclarecer alguns detalhes relativos à obtenção destes indicadores.

Em relação ao cálculo da mão-de-obra dedicada à atividade, foi considerada 1 UTH para os pescadores, independente da proibição da pesca nos quatro meses que correspondem ao “defeso”, uma vez que nesse período é realizada a manutenção dos equipamentos. Serviços *eventuais* não relacionados à pesca não foram descontados do tempo dedicado à atividade. Dessa forma, para os pescadores, somente nos raros casos em que era declarado trabalho, em período integral, em uma atividade não-pesqueira, durante parte do ano de referência da pesquisa, que a UTH dedicada à pesca foi inferior a uma unidade completa. Em relação aos filhos, foi questionada a participação no processo de trabalho, variando de casos em que estes se dedicavam integralmente à pesca, a casos em que participavam em apenas alguns meses, quando então era calculada uma fração da UTH correspondente a este período. Em relação às esposas, quando estas trabalhavam em atividades “fora” da pesca, foi computada 1 unidade à UTHf (familiar), mas não à UTHfp (familiar dedicada à pesca). Quando realizavam atividades eventuais ligadas à pesca, como a comercialização direta de parte da produção, foi computada 0,5 UTHfp e, quando realizavam diversas atividades, como processamento, comercialização e manutenção de equipamentos de pesca, foi computada 1 UTHfp. Para o cálculo da mão-de-obra externa à



família, demandada pelo sistema de produção (UTHc, “contratada”), foi efetuada uma proporção em relação ao número de meses que “proeiros” e “caranchos<sup>18</sup>” trabalharam nas “parelhas” durante o período de referência da pesquisa.

O cálculo do Produto Bruto, do qual derivam vários indicadores, como o Valor Agregado Bruto e a Renda da Pesca, também merece algumas considerações. Obter o volume exato de pescado capturado por determinado sistema de produção na pesca implica inúmeras dificuldades, e só seria possível com um acompanhamento sistemático ao longo da safra pesqueira. Assim como freqüentemente ocorre na agricultura, os pescadores não costumam registrar<sup>19</sup> os valores referentes à produção de um período de pesca, seja ela praticada no sistema em que as parelhas ficam de cinco a sete dias na lagoa, seja ela praticada nas proximidades do município, com desembarques diários. Dessa forma, o método empregado para estimar o Produto Bruto da atividade do pescador consistiu em questioná-lo sobre os diferentes tipos de pesca que praticou ao longo da safra (de tainha na “navegação”, de traíra<sup>20</sup> e jundiá<sup>21</sup> na costa, de linguado<sup>22</sup> na costa, etc.), bem como sobre a produção média obtida e o preço pago em cada período de pesca correspondente a estes diferentes sistemas técnicos de captura. No caso de “proeiros” e “caranchos”, que trabalham em sistemas de produção coordenados por outros pescadores, foi considerada a forma de estimar a produção descrita acima, aliada ao sistema de partilha da produção implementada pela “parelha” em questão.

Portanto, os valores apontados para o Produto Bruto, bem como para indicadores derivados deste, em especial a Renda da Pesca, não devem ser tomados como valores exatos, mas como referências para interpretar a ordem de grandeza destes indicadores, bem como para realizar comparações entre diferentes tipos de pescadores e sistemas de produção na pesca.

Outro aspecto que merece destaque, associado aos indicadores de produção, é a particularidade da safra pesqueira em questão. Essa se caracterizou como a seqüência de um período de quatro anos sem “lagoa salgada”, de baixa produção pesqueira. Tal fato ocasionou impactos diferenciados nos sistemas de produção, os quais serão discutidos no capítulo 5.

---

<sup>18</sup> “Patrões de parelha grande”, “patrões de parelha pequena”, “encarregados”, “gongueiros”, “caranchos” e “proeiros” constituem os tipos de pescadores identificados pela pesquisa, e serão detalhadamente descritos no capítulo 6.

<sup>19</sup> Isto não significa que não disponham de critérios e indicadores para avaliar os sistemas produtivos.

<sup>20</sup> *Hoplias malabaricus*.

<sup>21</sup> *Rhamdia sp.*

<sup>22</sup> *Paralichthys brasiliensis*.

Para o cálculo do Consumo Intermediário, que corresponde ao gasto com insumos externos e ao pagamento dos “proeiros” e “caranchos”, foram utilizados também como referência os diferentes sistemas técnicos de captura, seus períodos de trabalho e custos de implementação. Para gerar o indicador relativo ao Capital Imobilizado, somou-se ao Consumo Intermediário o total do valor atribuído pelo pescador a cada um dos equipamentos de sua propriedade.

Além da análise dos sistemas produtivos, parte considerável das entrevistas foi dedicada aos assuntos relacionados às dificuldades gerais da atividade e às demais estratégias implementadas para assegurar a reprodução social. Estes dados, alguns de caráter quantitativo e outros qualitativos, foram obtidos pela informação direta dos pescadores e pescadoras, não demandando cálculos secundários. Os principais indicadores obtidos nas entrevistas e empregados para abordar estes temas são apresentados abaixo.

Tabela 3. Indicadores utilizados para avaliação da diversificação de estratégias e outras questões relacionadas à reprodução social.

Indicador	Descrição
RatNP	Renda familiar oriunda de atividades não-pesqueiras (trabalhos permanentes de outros membros da família, trabalhos temporários, aluguéis, etc.).
RPS	Renda oriunda de políticas sociais (seguro desemprego da pesca artesanal, aposentadorias e pensões).
RT	Renda total familiar. Somatório da Renda da Pesca, Renda de Atividades não Pesqueiras e Renda oriunda de políticas sociais.
RAatNP/RT	Indica participação da renda de atividades não-pesqueiras na renda total familiar.
RPS/RT	Indica participação da renda oriunda de políticas sociais na renda total familiar
Transmissão conhecimentos	Forma como o pescador adquiriu os conhecimentos da atividade.
Sucessão profissional	Se existem filhos trabalhando na pesca, ou, no caso de filhos muito novos, se existe intenção de sucessão na atividade.
Padrões de herança	Se o pescador herdou os meios de produção e se pretende e como pretende deixar para os filhos.
Documentação profissional	Se os integrantes da família estão documentados como pescadores profissionais e se têm acesso às políticas públicas.
Acesso à financiamentos	Indica o montante de recursos, com retorno ou a fundo perdido, a que o pescador responsável pela implementação do sistema de produção na pesca teve acesso nos 3 anos anteriores.
Trajectoria recente	Se a família está investindo na ampliação, em termos de materiais e equipamentos, do sistema de produção na pesca, ou se está mantendo ou reduzindo. Se houve diferenciação social do pescador, mudando de “tipo” em função dessa trajetória recente.
Diversificação	Diversificação de atividades “dentro” e “fora” da pesca e elementos que condicionam as escolhas.
Divisão da renda	Formas de divisão da renda familiar.

### 2.4.3 Análise dos dados

Os dados obtidos nas entrevistas foram analisados entre os meses de setembro e dezembro de 2004. As entrevistas biográficas focalizadas levantaram informações que, aliadas à revisão bibliográfica, foram utilizadas na construção do capítulo 4 desta dissertação. Este capítulo forneceu uma visão geral da evolução e diferenciação dos sistemas de produção na pesca artesanal em São Lourenço do Sul, e permitiu que se abordasse a primeira hipótese desta pesquisa, que diz respeito aos fatores que produziram, ao longo do tempo, a diferenciação social hoje existente entre os pescadores dessa comunidade.

Cada uma das 35 entrevistas semi-estruturadas gerou uma planilha de dados, adaptada da análise de sistemas de produção agropecuários para a pesca artesanal. Estes dados serviram de base para descrição dos atuais sistemas de produção na pesca artesanal de São Lourenço do Sul, os quais são apresentados no capítulo 5. A título de ilustração, colocou-se, no anexo 2, uma dessas planilhas de dados.

O capítulo 6 apresenta uma tipologia dos pescadores artesanais da comunidade, bem como faz uma análise das estratégias de reprodução social implementadas pelas famílias destes diferentes tipos de pescadores. Convém ressaltar que se tem clareza que esta tipologia representa uma sistematização da realidade que, em alguma medida, reduz sua complexidade. Entretanto, foi produzida através da caracterização, por indicadores socioeconômicos, de “tipos” com os quais os próprios pescadores se identificavam, sendo então baseada em “categorias nativas”. Isto explica as denominações empregadas, como “patrões”, “encarregados”, “proeiros”, “caranchos” e “gongueiros”. Convém ressaltar, ainda, que esta tipologia busca entender a situação atual de cada pescador e o contexto do qual dispõe para elaborar suas estratégias de reprodução social, mas não é empregada como algo que possa determinar, *a priori*, a ação destes indivíduos. Os dados quantitativos e qualitativos utilizados para elaboração do capítulo 6 encontram-se no anexo 3, que representa uma planilha síntese das principais informações obtidas com a pesquisa de campo.

O capítulo 3, que dá seqüência a este, apresenta uma análise, baseada em dados bibliográficos, da atividade pesqueira no Rio Grande do Sul. Tem como objetivo apresentar uma problematização geral da pesca artesanal no Estado, para, antes de centrar o foco na realidade empírica de São Lourenço do Sul, demonstrar como a problemática local se articula no quadro regional.

### 3 ATIVIDADE PESQUEIRA NO RIO GRANDE DO SUL

O Estado do Rio Grande do Sul apresenta diversos corpos d'água, na forma de rios, lagos, barragens, lagoas costeiras, estuário e uma faixa marinha disposta ao longo de 622 km de litoral. Tais recursos hídricos propiciam e favorecem o estabelecimento e manutenção de populações humanas, que se utilizam destes ambientes para fins de recreação, navegação, transporte, desenvolvimento de atividades industriais, turísticas e de pesca, constituindo-se, esta última, uma das práticas mais tradicionais do homem ao longo de sua história (GARCEZ, 2001).

A costa oceânica do Estado corresponde a aproximadamente 9% do litoral brasileiro e constitui notável plataforma continental, caracterizada por seus fundos de areia ou lama, raramente interrompidos por rochas, oferecendo condições apropriadas ao desenvolvimento da pesca, de caráter industrial, de arrasto das espécies demersais<sup>23</sup> (BARCELLOS, 1966). Essa planície submarina apresenta grande diversidade ecológica, por situar-se em uma zona de transição, recebendo a influência das correntes quentes do Brasil e das correntes frias das Malvinas. Acrescente-se a existência do maior complexo lagunar da América Latina, formado pelas Lagoas dos Patos e Mirim, ligado ao oceano pela da Barra de Rio Grande, que funciona como grande área de reprodução para diversas espécies e como área de crescimento e alimentação para outras. Além do oceano e das lagoas, a pesca se desenvolve ainda nas águas interiores do Estado, nos rios que compõem as duas principais bacias hidrográficas: em especial o rio Jacuí, que contribui para a Lagoa dos Patos, e o rio Uruguai, que contribui para a Bacia do Prata. O Rio Grande do Sul é o quarto estado brasileiro mais importante na produção artesanal de pescado (PAIVA, 1997 *apud* GARCEZ, 2001), sendo a média de produção entre os anos de 1980 e 2003, estimada<sup>24</sup> em 16.506 toneladas (IBAMA, 2005).

---

<sup>23</sup> Espécies capturadas com arrasto de fundo, em profundidades muitas vezes superiores a 500 metros.

<sup>24</sup> Convém ressaltar que os dados de desembarque são subestimados, uma vez que não conseguem captar a comercialização informal na cadeia produtiva da pesca, nem a proporção da produção destinada ao autoconsumo das famílias. Garcez (2001), entrevistando pescadores de diferentes regiões do estado, constatou que, em 54% dos casos, o peixe é consumido com uma frequência de uma a quatro vezes por semana. Conforme será visto adiante, para algumas famílias de pescadores de São Lourenço do Sul, o Produto Bruto destinado ao autoconsumo pode alcançar, em média, até 17% do Produto Bruto Total.

A pesca, ao longo dos anos e nos dias atuais, constitui uma atividade humana tradicional e de base para a segurança alimentar de diversas sociedades. De maneira geral, as formas desenvolvidas pelo homem para interagir com os recursos pesqueiros, caracterizam-se, inicialmente, pela artesanidade. Em muitas regiões, em função de características ecológicas e socioeconômicas, reúnem-se as condições para o desenvolvimento da pesca em caráter industrial, que passa a se realizar em conjunto com a pesca artesanal, em uma relação muitas vezes de conflito, mas também com alguma complementaridade. Assim ocorre no Rio Grande do Sul, e o processo histórico que conduziu para tanto é o tema deste capítulo.

O conceito amplo que se utiliza para compreender a pesca artesanal já foi apresentado. Torna-se necessário, portanto, apresentar os elementos gerais que caracterizam a forma industrial de realização da atividade pesqueira.

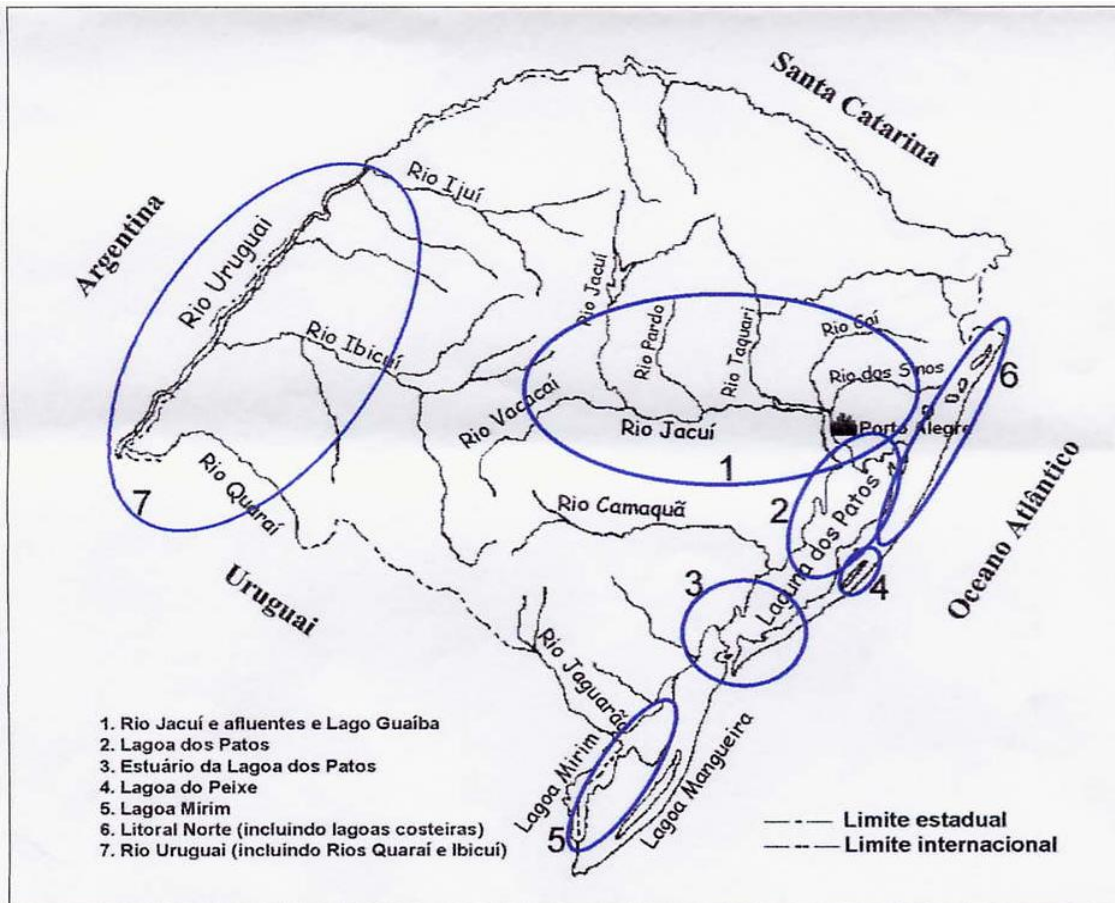
A pesca industrial é realizada por embarcações de maior porte e potência, de propriedade de indústrias de beneficiamento de pescado, de empresas de pesca ou de armadores autônomos, que contratam pescadores na forma de trabalhadores “embarcados”. O proprietário dos meios de produção não participa do processo de trabalho, mas centraliza as decisões sobre esse processo, geralmente operando-as através do “mestre” da embarcação, de sua confiança. No Estado, a pesca industrial desenvolve-se majoritariamente no município de Rio Grande, onde se concentra grande parte das indústrias e armadores. Ocorre também no município de São José do Norte e, em menores proporções, nos municípios de Tramandaí e Torres, os quais também apresentam saídas para o oceano através dos rios Tramandaí e Mampituba, respectivamente.

Garcez (2001) estimou a existência de aproximadamente 12.200 pescadores artesanais<sup>25</sup> no Estado, e propôs sete macrorregiões de pesca artesanal, representativas dos principais ambientes aquáticos onde a atividade é desenvolvida, conforme o mapa abaixo.

---

<sup>25</sup> Através da análise dos cadastros do Programa RS Rural Pesca Artesanal e em entrevistas com pescadores e informantes-chave, a autora elaborou um “perfil médio” deste trabalhador no estado, o qual indicou uma idade média de 42,9 anos (variando entre 18 e 66 anos), com uma estimativa de pelo menos 18 anos de envolvimento com a atividade pesqueira. Aproximadamente 73% dos pescadores são casados e, sobre o grau de escolaridade, cerca de 13% são analfabetos e 80% não completaram o primeiro grau. Cerca de 38% das residências possuem rede de esgoto sanitário, 80% possuem água encanada e 89% possuem energia elétrica. Sobre bens materiais adquiridos, 97% das residências têm fogão, 79% têm geladeira e televisão, 90% têm rádio e 50% têm freezer em casa. A renda mensal declarada pelos pescadores pode variar de 0,5 a 4 salários mínimos, distribuídos na seguinte frequência relativa: 37% de 0,1 a 1 salário mínimo (s.m.), 52% de 1,1 a 3 s.m. e 11% de 3,1 a 4 s.m. (dados de 2001, 01 s.m.= R\$180,00) (GARCEZ, 2001).

Figura 1. Macrorregiões de pesca artesanal no Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Justus (1990), *apud* Garcez (2001).

A grande diversidade de ambientes, ecológicos e culturais, nos quais a pesca é realizada, dá origem a uma grande variedade de sistemas de produção. Estes se defrontam, em função de características ambientais da própria região e das demais atividades humanas desenvolvidas, com uma série de problemas e conflitos socioambientais, os quais constituem desafios à reprodução social das famílias de pescadores artesanais. Neste sentido, a regionalização acima será retomada ao final do capítulo, para apresentar e discutir algumas destas características e conflitos, particulares de cada macrorregião onde a atividade pesqueira se desenvolve no Estado.

### 3.1 EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NO ESTADO<sup>26</sup>

Nas últimas décadas do século XIX, aportaram à cidade de Rio Grande regular número de imigrantes portugueses, na sua maioria pescadores artesanais de Póvoa do Varzim (SOUZA, 2001). A existência de grandes estoques de várias espécies de pescado que, periodicamente, invadiam a parte sul da Lagoa dos Patos ou que se aproximavam do litoral, todos de fácil acessibilidade, possibilitou o surgimento de uma pesca inicialmente de base lacustre e litorânea (BARCELLOS, 1975).

Esses imigrantes trouxeram uma “bagagem técnica”, em virtude da tradição pesqueira de que dispunham, tendo que adequar, entretanto, seus conhecimentos a este novo ambiente. Neste processo, combinaram suas técnicas com algumas das artes de pesca praticadas pelos habitantes nativos dessa região, em especial pelos índios Guaranis, exímios pescadores. Resulta que, ainda hoje, em diferentes regiões do Estado, ainda é possível encontrar elementos da influência indígena, como uma série de armadilhas utilizadas na captura do pescado, além das canoas escavadas, ou “pirogas”.

Pois eram estas as canoas utilizadas na pesca do final do século XIX. Constituíam-se, comumente, de um tronco escavado a enxó ou feitas de pranchões e retalhos de madeira, movidas a vela e a remo. A abundância de pescado propiciava fartas capturas, mesmo com uma quantidade reduzida de redes, as quais eram artesanalmente confeccionadas, e sem a necessidade de se afastar muito da costa (COSTA, 1999).

Além do abastecimento do mercado local, então bastante restrito, o pescado era destinado à salga, como forma de conservação, para possibilitar seu transporte e comercialização em cidades mais distantes. A implantação de estabelecimentos que passaram a se dedicar à salga do pescado foi o marco inicial da indústria da pesca do Rio Grande do Sul. Neste momento da história, tanto a captura quanto o processamento do pescado era feito com base no trabalho familiar. Na primeira metade do século XX, existiam mais de 20 indústrias de tipo familiar no RS, localizadas, em sua maioria, no município de Rio Grande, em função do acesso ao oceano

---

<sup>26</sup> A análise da evolução da atividade pesqueira no RS, apresentada neste subitem, será focada no processo histórico decorrido principalmente na região sul da Lagoa dos Patos, onde a pesca, enquanto atividade econômica estruturada, se desenvolveu inicialmente, e onde sempre foi numericamente mais representativa, envolvendo sempre mais de 60% dos pescadores existentes no Estado. Pela ausência de fontes secundárias e pela impossibilidade de se levantarem informações primárias, devido à dimensão do trabalho, ficará prejudicada a análise sobre a evolução das atividades de pesca em outras regiões do estado, como aquelas abrangidas pelos rios Uruguai e Jacuí, bem como o litoral norte e a região mais ao norte da Lagoa dos Patos, que certamente apresentaram dinâmicas bastante distintas.

que permitia o escoamento do pescado salgado para outras capitais do país, em especial para o Nordeste brasileiro, e mesmo para a Europa. Em um segundo momento, essas empresas passaram a produzir também conservas de pescado (SOUZA, 2001).

A abertura de mercados distantes e a ampliação da demanda por pescado fortaleceram e estimularam os sistemas de produção na pesca, conhecidos como “parelhas”, os quais se caracterizavam ainda por um alto grau de artesanidade, mas apresentavam diferenças importantes no que se refere às relações de trabalho estabelecidas. A necessidade de ampliar as capturas fez com que se adotassem embarcações maiores e mais redes, além de se fazer necessária a pesca em locais mais distantes da costa. Os motores de centro, a gasolina, estavam apenas começando a surgir, e as parelhas freqüentemente eram movidas a vela e a remo, demandando alta mão-de-obra. Essas mudanças nos sistemas de produção, e a estrutura de capital relativamente maior para implementar esse tipo de pesca, produziram importantes diferenciações sociais, categorias distintas de pescadores tornaram-se mais nitidamente diferenciadas, conforme pode ser observado na descrição apresentada por Barcellos:

“A pesca artesanal é levada a efeito pelas chamadas ‘parelhas’, espécie de sociedade de co-participação, composta de 20 a 30 homens [proeiros], dos quais um é o proprietário e tem parte nos lucros maior que os demais. Ao término da safra, o dono da parelha, após descontar as despesas relativas a rancho, combustível, reparos nos motores, etc., divide o saldo em tantas partes quantos são os integrantes da parelha, cabendo-lhe mais partes, em geral de 5 a 10, conforme o número de embarcações, redes, motores, etc” (BARCELLOS, 1966:21).

As possibilidades abertas pelo transporte rodoviário, por volta de 1950, de percorrer distâncias maiores em menor tempo, e o maior valor agregado do pescado resfriado e congelado, incentivaram as indústrias da região a uma maior diversificação em termos de formas de processamento. As indústrias, agora não mais exclusivamente familiares, passaram a trabalhar com uma diversidade maior de produtos: pescado salgado, enlatado, resfriado e congelado, além do óleo e farinha de peixe, produzidos a partir de subprodutos e do pescado descartado. Este aumento gradual da demanda continuou a estimular a ampliação da capacidade de pesca dos sistemas de produção, mais especificamente das “parelhas”, que passaram a utilizar mais freqüentemente os motores de centro a gasolina, posteriormente substituídos por motores a diesel. Botes e Baleeiras, com pescadores artesanais oriundos do estado de Santa Catarina, passaram a



freqüentar sistematicamente o litoral gaúcho e a Lagoa dos Patos, influenciando também a evolução dos sistemas de pesca aqui praticados.

A indústria de pesca no Rio Grande do Sul, até meados de 1960, apresenta uma evolução lenta e gradual, em um período de ausência de políticas públicas de estímulo ao setor. Neste período, a pesca artesanal, praticada na costa litorânea próxima e no estuário da Lagoa dos Patos, constituía a principal fornecedora de matéria-prima para a indústria de processamento. Nas safras de 1945 e 1946, o desembarque médio alcançou 12.387 toneladas, oriundas exclusivamente da pesca artesanal. O ano de 1951 marca o início das atividades de pesca industrial, de forma mais estruturada, no Estado. Com autorização presidencial, seis barcos escandinavos foram contratados, com tripulação 1/3 estrangeira e 2/3 brasileira, para realizar experimentalmente a pesca oceânica, explorando áreas mais distantes da costa. Em face aos resultados positivos é que se generalizou a determinação de incrementar as atividades industriais da pesca (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA RS, 1975), as quais somente viriam a se consolidar posteriormente, via estímulo de políticas públicas. Entre 1955 e 1961, os desembarques oriundos da pesca artesanal<sup>27</sup> alcançaram a média de 20.243 toneladas/ano, ao passo que aqueles oriundos da pesca industrial ficaram em torno de apenas 4.272 toneladas/ano (BARCELLOS, 1966).

Apesar de constituir uma das garantias de manutenção do parque industrial, a pesca artesanal apresentava, entretanto, um comportamento que dificultava sua operação. A entrada dos cardumes no estuário da Lagoa dos Patos depende de uma série de fatores como pluviosidade, nível da lagoa, força dos ventos e marés, os quais interagem com características genéticas e tróficas das espécies. Há, portanto, grande imprevisibilidade e variabilidade das safras oriundas da pesca artesanal, além de uma grande concentração em períodos relativamente curtos, em virtude de sua ocorrência. Segundo Barcellos:

“Há alguns anos atrás, as quantidades de pescado capturado nas pontas de safras lacustres e litorâneas eram de tal ordem que os meios de frigorificação disponíveis, estoques de gelo e capacidade de industrialização eram esgotados pelo enorme volume de pescado de uma ou outra espécie, que, por curtos espaços de tempo, abarrotavam a indústria. Este fato não só obrigava a utilização pouco racional da produção [...] como o aviltamento de preços, [...] a ponto do produto não interessar a indústria nem por doação. Visando cobrir os excessos das safras e um aproveitamento mais racional da produção, as indústrias

<sup>27</sup> Vale ressaltar que as estimativas de desembarque, realizadas pela SUDEPE, apresentam-se subestimadas principalmente em relação à pesca artesanal, uma vez que este ocorre de forma difusa ao longo das diversas comunidades pesqueiras, em várias regiões do estado, conforme apresentado.

ampliaram seus parques industriais, especialmente os meios de frigorificação, de tal maneira que se gerou uma capacidade ociosa tida como normal até uns 30%, embora em algumas ocasiões alcançasse até 50%” (BARCELLOS, 1975:262).

Relatórios e diagnósticos que fazem menção a este período registram a existência de um consenso acerca da necessidade de desenvolver as atividades de captura baseadas em uma frota pesqueira industrial, que seria complementar à atividade artesanal e asseguraria à indústria “cobrir as lacunas originadas pelas ‘safras secas’, justificando ainda uma evolução para receber os totais capturados nas ‘corridas’<sup>28</sup>”. No ano de 1962, a produção industrial alcança patamares semelhantes aos da produção artesanal. No período de 1962 até 1968, ainda praticamente sem os impactos das políticas públicas de desenvolvimento do setor pesqueiro, os desembarques médios artesanais foram de 23.222 toneladas/ano, ainda superiores aos industriais, de 20.980 toneladas/ano (BARCELLOS, 1966; ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA RS, 1975; CEPA-RS, 1979; SUDEPE, 1983 e 1988).

Em um primeiro momento, a pesca industrial entrava menos em conflito com a pesca artesanal, uma vez que explorava com maior intensidade cardumes oriundos da corrente fria das Malvinas, em especial os de Merluza<sup>29</sup>, podendo inclusive atuar nos litorais do Uruguai e Argentina. No ano de 1966, entretanto, a Argentina, por ato unilateral, estende sua soberania sobre uma faixa de 200 milhas marinhas e passa a impedir a pesca de navios estrangeiros. O Uruguai, em 1969, toma medida semelhante, e passa a permitir a pesca por navios estrangeiros mediante pagamento de licenças e taxas que, em poucos anos, tornaram economicamente inviável o deslocamento da frota industrial brasileira para atuar naquelas águas. Com a área de atuação restringida, a pesca industrial, que a partir deste momento passaria a contar com fortes investimentos do setor público, passa a diversificar as artes de pesca e a implementar um esforço de pesca significativamente maior, em especial na Barra de Rio Grande e sobre espécies de interesse da pesca artesanal, como camarões<sup>30</sup>, tainha, bagre<sup>31</sup> e corvina<sup>32</sup>, os quais adentram a Lagoa dos Patos para crescimento e/ ou reprodução. Evidencia-se, assim, um conflito até então

---

<sup>28</sup> Épocas de concentração da produção artesanal.

<sup>29</sup> *Merluccius hubbsi*

<sup>30</sup> *Penaeus sp.*

<sup>31</sup> *Netuma barba*, várias espécies.

<sup>32</sup> *Micropogonias furnieri*.

latente entre pesca artesanal e industrial, através da atuação de ambas sobre a mesma base de recursos naturais.

No período que corresponde a meados do século XX, o setor pesqueiro desenvolve-se com muito pouco apoio estatal. De 1945 até 1961, nenhuma medida legislativa de maior impacto foi tomada visando regulamentar ou desenvolver a pesca no Brasil. Em 1961, através do Decreto-Lei nº 50.872, é criado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CODEPE), que originaria, em 1962, a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). Entretanto, somente em 1967, através do Decreto-Lei 221 é que se define uma política clara de estímulo à pesca, fortemente direcionada ao setor industrial, através da concessão de incentivos fiscais, contemplando também definições básicas sobre a atividade pesqueira e o embasamento legal para seu ordenamento (DIEGUES, 1983 e 1988b; SOUZA, 2001).

Diegues (1988) avalia as conseqüências desse período, e argumenta que a pesca de caráter empresarial-capitalista, no Brasil, somente veio a se consolidar a partir de 1967, com a referida lei de incentivos fiscais criada pela SUDEPE, e com um forte direcionamento das políticas públicas para a pesca industrial. A pesca artesanal, entre 1967 e 1977, havia recebido somente 12% do equivalente aos fundos investidos na indústria pesqueira, via incentivos fiscais (DIEGUES, 1988b). Além dos incentivos fiscais, a pesca industrial, por oferecer maiores garantias às exigências dos bancos, recebeu grande parte dos recursos disponibilizados para pesca através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em detrimento da pesca artesanal que, por exercer a atividade de forma mais aleatória e com freqüente falta de capitalização, não pôde atender às exigências bancárias (SOUZA, 2001).

Cabe também destacar as diferenças regionais nas políticas de estímulo à atividade pesqueira dessa época. Segundo Diegues (1983), cerca de 94% das empresas incentivadas eram do centro-sul do país. Percebe-se, portanto, a exemplo do ocorrido com as políticas de modernização/industrialização da agricultura brasileira, uma dupla concentração dos recursos disponibilizados, tanto regionalmente, com priorização das regiões Sul e Sudeste, como dentro destas regiões, priorizando a pesca industrial em detrimento da artesanal.

Segundo Sousa e Abdallah (2003), a produção pesqueira do Rio Grande do Sul, um dos estados que mais recebeu recursos<sup>33</sup>, apresentou-se crescente e atingiu seu pico no ano de 1973,

---

<sup>33</sup> Segundo Sousa (2003), de 1969 a 2001, o estado gaúcho foi responsável por apenas 7,98% do desembarque brasileiro de pescado, captando, no entanto, 11,82% do crédito destinado ao setor no mesmo período.

passando a decrescer, com algumas oscilações, desde então. O fato de a produção decrescer mesmo em um período no qual se dispunha de investimentos no setor, demonstra a inadequação ambiental do modelo de desenvolvimento implementado, pelo esgotamento dos estoques naturais de pescado. O resultado da política de incentivos direcionados ao setor industrial no Brasil não foi animador: grande parte das empresas (muitas firmas fantasmas), depois de realizarem pesados investimentos em infra-estrutura, foram à falência, pois, como resultado da sobrepesca, os recursos pesqueiros procurados começaram a escassear (PENNER, 1984; LOUREIRO, 1985; MELLO-FIUZA, 1985; apud DIEGUES, 1988).

Além da redução dos estoques pesqueiros, segundo Souza (2003), a redução dos subsídios nos anos de 1980 e o baixo uso da capacidade instalada, levaram à quebra de várias indústrias pesqueiras na região do Estuário da Lagoa dos Patos, passando de 30 em 1980 para 20 em 1987, e apenas 9 em 1996. A queda do número de empresas compradoras concentrou os canais de comercialização e favoreceu a atuação dos “atravessadores”.

Diante da tendência de queda nos preços pagos aos pescadores e do aumento na relação de troca com os principais insumos, em especial o óleo diesel, uma das alternativas mais implementadas pelos pescadores foi intensificar ainda mais o esforço de pesca para aumentar o volume capturado. O uso generalizado de motores ampliou o raio de ação das “parelhas”. São construídos depósitos para gelo nas embarcações, capazes de armazenar maiores volumes de pescado, e que permitem um período de trabalho mais prolongado, de até sete dias na lagoa. A quantidade de redes necessária para alcançar o volume de captura desejado aumenta consideravelmente, e o tamanho da malha diminui, já como um indicativo de sobrepesca.

Entra em marcha, assim, de forma mais intensa, o processo descrito por Van der Ploeg (1992), de “mercantilização” da produção e “externalização” de fatores de decisão e etapas produtivas. Ou seja, por um lado, a incorporação de “insumos modernos” permite ampliar o esforço de pesca e as capturas, porém reduz o grau de “artesanalidade” da atividade, produzindo custos e riscos maiores. Por outro lado, a necessidade de se dedicar mais intensamente à pesca propriamente dita, tanto para cobrir custos quanto para abastecer a demanda maior, impossibilita muitos pescadores de realizar etapas de processamento e comercialização, agora operadas pelas indústrias e por “atravessadores”. Dessa forma, os elementos que influenciam a reprodução das unidades de produção na pesca, e, por conseqüência, ao menos em parte, a própria reprodução

social dos pescadores artesanais, passam a ter uma forte dependência de dinâmicas de mercado, tanto a jusante como a montante da pesca propriamente dita.

No que diz respeito à pesca industrial, pode-se perceber o aumento do esforço de pesca por meio do crescimento da frota atuante na pesca oceânica no Estado, a qual teve uma grande inflexão após os anos de 1970, como resultado das políticas de desenvolvimento do setor, quando passa a superar os desembarques oriundos da frota pesqueira artesanal, de atuação no estuário da Lagoa dos Patos<sup>34</sup>. Em 1961 havia 20 arrasteiros simples e 5 parelhas industriais operando (SOUZA, 2001) e, no ano de 1986, existiam 240 embarcações industriais, provenientes de diversos estados, atuando no litoral gaúcho (SUDEPE, 1988).

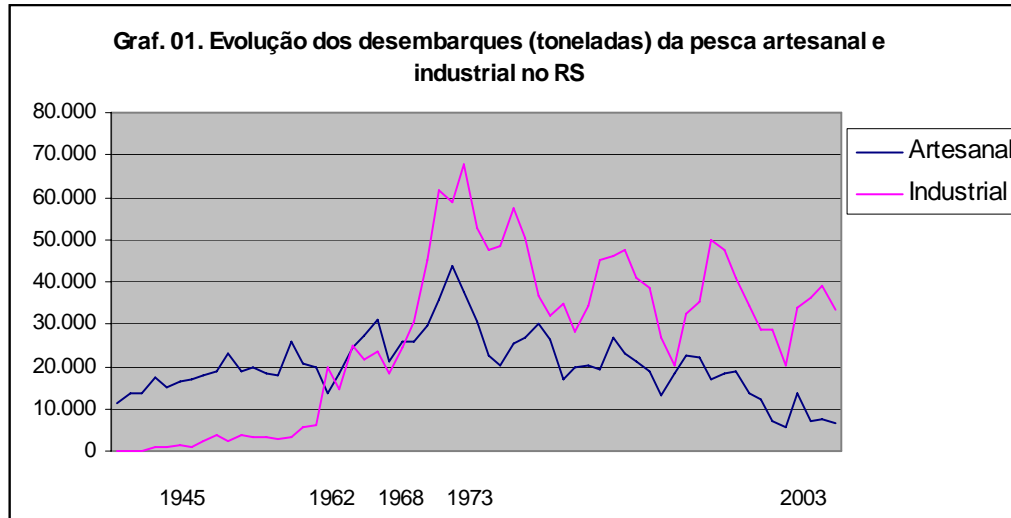
Os desembarques oriundos da pesca artesanal e industrial apresentam valores crescentes somente até o ano de 1973. A partir de então passam a apresentar tendência decrescente, o que demonstra a inadequação ambiental do modelo de desenvolvimento do setor.

---

<sup>34</sup> Em que pese as frequentes denúncias de atuação de barcos de pesca industrial dentro da Lagoa dos Patos, esta constitui uma área “reservada” à pesca artesanal, em função de restrições impostas pela legislação no que no refere ao tipo e ao tamanho das embarcações.

O Quadro abaixo ilustra momentos característicos da evolução da atividade pesqueira no Rio Grande do Sul, utilizando como indicador os desembarques da pesca artesanal e industrial.

Quadro 3. Evolução da atividade pesqueira no RS – principais períodos:



Fonte: Assembléia Legislativa do RS (1975) e IBAMA (1997 e 2005).

1945 – 1961: Predominância da pesca artesanal no abastecimento dos mercados locais e das indústrias de salga e conserva de pescado.

1962 – 1967: Evolução gradual do parque industrial de processamento de pescado, incorporação de novas formas de processamento como pescado resfriado e congelado, ampliação da demanda estimula desenvolvimento da pesca industrial, cujos desembarques passam a se equiparar aos da pesca artesanal.

1968 – 1973: Impacto das políticas de desenvolvimento do setor pesqueiro e da lei de incentivos fiscais de 1967, ampliação superdimensionada do parque industrial de processamento e direcionamento de recursos para pesca industrial, cujos desembarques passam a superar os artesanais.

1973 – 2003: Impactos ambientais do modelo começam a serem percebidos, desembarques artesanais e industriais atingem o maior valor no ano de 1973 e passam a decair, como resultado da sobrepesca. Na década de 1980, a redução dos incentivos fiscais provoca a quebra de grande parte das indústrias de beneficiamento, os canais de comercialização são concentrados e os sistemas de produção na pesca ampliam ainda mais o esforço de pesca, caracterizando a crise econômica e socioambiental do setor.

A abertura de mercados e o aumento da demanda intensificaram a “mercantilização” dos sistemas de pesca, que se produziu pela incorporação de insumos modernos. A partir de meados da década de 1970, este modelo extrapola a “capacidade de suporte” dos estoques naturais das principais espécies de pescado. Diante desse problema, a estratégia paradoxalmente adotada, na maioria dos casos, passa por uma intensificação ainda maior dos sistemas de produção na pesca.

Aumentando a jornada de trabalho, diminuindo a malha das redes, adotando novas formas de localização de cardumes (sonda), implementando sistemas de partilha ainda mais desiguais, as parselhas artesanais e os barcos industriais asseguram uma produção maior por viagem, mas, no conjunto, consolidam um círculo vicioso entre aumento do esforço de pesca e degradação dos estoques de pescado, o qual ainda é potencializado pela poluição, de origem agrícola e industrial, dos cursos de água.

Cabe ressaltar que, mesmo sendo esta a tendência geral, muitos pescadores adotaram estratégias diferentes, implementando mudanças que permitiram a permanência de sistemas de produção na pesca mais “tradicionais”, ou menos “mercantilizados”, além de uma grande variedade de estratégias construídas “fora da pesca” propriamente dita.

Deve-se acrescentar a este processo mais geral, além de dinâmicas sociais (como a “mercantilização” da produção, as relações de comercialização assimétricas, o acesso desigual às políticas públicas e os problemas na regulamentação da profissão e na representação da categoria), outras dinâmicas que influenciam a pesca artesanal, como a própria imprevisibilidade das variações naturais da disponibilidade de pescado. Evidencia-se, assim, um “esboço” do atual cenário de dificuldades enfrentadas pelos pescadores artesanais para assegurarem sua reprodução social. Estas questões serão trabalhadas no decorrer deste capítulo, no sentido de caracterizar melhor a pesca artesanal no Estado e a problemática atual em que se encontra inserida. O objetivo é formular um quadro geral que permita, posteriormente, melhor situar os processos sociais e produtivos abordados pela pesquisa na localidade de São Lourenço do Sul.

### 3.2 PROBLEMÁTICA GERAL DA PESCA ARTESANAL NO RIO GRANDE DO SUL

A reconstituição histórica realizada até aqui enfocou principalmente a evolução da pesca artesanal e industrial, as políticas públicas, os conflitos gerados e a degradação dos estoques pesqueiros. Entretanto, não são estes os únicos elementos que compõem a problemática atual da pesca artesanal.

Assim como a agricultura, a pesca é uma atividade fortemente influenciada tanto por dinâmicas ambientais como sociais, as quais são percebidas pelas famílias de pescadores enquanto atores sociais: é mediante a interpretação que eles realizam acerca dos problemas, conflitos e possibilidades, que são elaboradas as estratégias de reprodução social, tanto aquelas

voltadas exclusivamente para a atividade produtiva, por intermédio de mudanças técnicas na produção, processamento e comercialização, como aquelas que buscam diversificar a atividade familiar com alternativas “fora da pesca”, localmente disponíveis.

Neste momento serão abordados, ainda que superficialmente, os principais problemas e conflitos socioambientais existentes em torno da pesca artesanal no Rio Grande do Sul, alguns deles também comuns a outras regiões do país. Cada localidade pesqueira apresenta, evidentemente, um perfil diferenciado em relação aos elementos que serão aqui apresentados, além de possivelmente outros que fugiram a esta aproximação de caráter geral. Da mesma forma, variam as estratégias elaboradas pelas famílias de pescadores, em função das oportunidades que cada local oferece e dos recursos que estas podem mobilizar.

Neste sentido, esta apresentação das principais dinâmicas sociais e ambientais que influenciam a reprodução social dos pescadores artesanais no Estado terá mais o caráter de fornecer um panorama geral, sem aprofundar a análise, uma vez que, para uma maior aproximação com a realidade, estas dinâmicas devem ser problematizadas localmente. Em outras palavras, no contexto das características de cada território, é que a problemática geral aqui apresentada assume sua configuração local, sem, entretanto, perder o vínculo com os processos “macro” que a perpassam. O objetivo, portanto, é realizar esta caracterização geral tendo em vista identificar pontos de articulação com a problemática presente no campo empírico do município de São Lourenço do Sul, para melhor situar esta nos processos “macro” da pesca artesanal no Estado, como também para sugerir que a metodologia utilizada localmente pode ser útil para estudo de outras realidades.

### **3.2.1 Dinâmicas sociais**

As relações entre pescadores artesanais e sua organização associativa, as Colônias, apresentam contradições e conflitos que, mesmo assumindo diferentes formas ao longo do tempo, se encontram presentes ainda hoje. As Colônias de Pescadores<sup>35</sup> foram criadas em 1922, por iniciativa da Marinha de Guerra, tendo como objetivo inicial assegurar o território nacional, uma vez que as comunidades de pescadores se situavam, comumente, em terras da Marinha, a qual

---

<sup>35</sup> A Colônia de Pescadores é uma pessoa jurídica a qual cabe, atualmente, entre outras tarefas, reunir e encaminhar a elaboração da documentação legal para o exercício profissional da atividade pelos pescadores de um número determinado de municípios, correspondentes à sua jurisdição.



poderia contar estrategicamente com a utilização dos pescadores e suas embarcações em eventuais situações de conflitos militares. Posteriormente, no regime militar, as Colônias assumiram papel de mediadoras entre os interesses do Estado, de modernização do setor pesqueiro com ênfase no desenvolvimento da pesca industrial, e os pescadores artesanais. Segundo Silva:

“... tinham o papel ‘civilizador’ de transformar os hábitos dos pescadores (técnicas de pesca ‘indígenas’, ‘atrasadas’; vinculação com agricultura; festas populares tradicionais, uniões matrimoniais não regulamentadas; etc.), tornando-os aptos para servirem às empresas nascentes. Enquanto embarcados ou mesmo autônomos, os pescadores deveriam criar hábitos típicos de trabalhadores urbanos: disciplina, asseio, higiene” (SILVA, 1989:144).

Como representantes oficiais dos pescadores artesanais, as Colônias sempre tiveram papel na definição de beneficiários de políticas públicas e mesmo, em alguns casos, na operação destas políticas. Tais prerrogativas são, muitas vezes, utilizadas de forma clientelística, na manutenção do poder político dos presidentes das Colônias, gerando insatisfação da parcela de pescadores excluída dos benefícios. Esta situação se configura ainda hoje, em diversas localidades do estado, em relação a políticas públicas como o RS Rural Pesca Artesanal<sup>36</sup> e o Seguro Desemprego<sup>37</sup>.

O conflito mais tradicional entre Colônias e pescadores reside no fato de esta atuar muito pouco para os interesses da categoria. O diagnóstico da SUDEPE (1983) já apontava estas contradições:

“... no intuito de melhorar sua receita, as Colônias abrigam no seu quadro social profissionais de outras áreas [...] que se utilizam do direito de requerer terrenos da marinha e crédito pesqueiro [políticas públicas para os pescadores artesanais na época], neste caso por oferecerem garantias reais às instituições financeiras, o que não ocorre com a grande maioria dos pescadores profissionais” (SUDEPE, 1983:21).

<sup>36</sup> O Programa RS Rural é fruto de Acordo de Empréstimo do Estado do Rio Grande do Sul com o Banco Mundial – BIRD e tem como objetivo combater a pobreza, a degradação dos recursos naturais e o êxodo da população rural do Estado do Rio Grande do Sul, melhorando sua qualidade de vida e sua capacidade produtiva. Promove ações integradas de infra-estrutura familiar e comunitária, geração de renda e de manejo e conservação dos recursos naturais, bem como projetos de suporte e desenvolvimento institucional (<http://www.agricultura.rs.gov.br/rsrural/home.html>).

<sup>37</sup> A lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991, institui o seguro desemprego para a pesca artesanal. Em função do estabelecimento, pela legislação ambiental, dos “defesos”, os pescadores que comprovarem atividade têm direito a receber 1 salário mínimo por mês, durante o período em que a pesca estiver proibida.

Os desvios de função em relação ao quadro social e a atuação das Colônias, agravam-se ainda mais em 1994, quando, por determinação da Lei Estadual nº 10.164/94<sup>38</sup>, estas passam a ter a responsabilidade de expedir as carteiras de pescador artesanal, válidas regionalmente. A interpretação dessa legislação é motivo de inúmeros conflitos. Embora a lei faça uma referência clara em relação ao caráter profissional da pesca artesanal, em muitos casos, os presidentes de colônias e sindicatos, interessados em ampliar o número de associados (os quais elegem o presidente) e ampliar a arrecadação de anuidades e outras taxas, concedem carteiras de pescador artesanal (conhecida no meio como “carteira amarela”) para pescadores amadores, ou que não têm a pesca como modo de vida. Esta lei destina parte da referida arrecadação para o Batalhão Ambiental da Brigada Militar, que tem a responsabilidade de fiscalizar águas interiores do Estado. Em virtude desta situação, o Rio grande do Sul se torna o único estado do país no qual pescadores amadores ou esportistas, por um equívoco de interpretação da legislação, obtêm carteira de pescador artesanal válida regionalmente, estando autorizados ao uso de até 200 metros de redes, sem risco de sofrer penalizações em função da fiscalização do Batalhão Ambiental em águas interiores. Dessa forma, principalmente na pesca realizada nos rios, se estabelece um grave conflito socioambiental, uma vez que os pescadores amadores freqüentemente possuem embarcações com motores potentes e maior quantidade de redes, exercendo uma influência considerável sobre os estoques pesqueiros que constituem importante fonte de renda e trabalho para a reprodução social dos pescadores artesanais. Em função deste conflito, em algumas regiões do Estado, os pescadores artesanais, para se diferenciarem claramente dos pescadores amadores que possuem a “carteira amarela”, se identificam como “pescadores profissionais-artesanais”.

A evolução das políticas ambientais e, mais precisamente, a forma como sua implementação vem sendo efetivada, é também um elemento conflituoso para a pesca artesanal. A fiscalização em relação ao uso de equipamentos e artes de pesca proibidos, até 1988, era de responsabilidade da SUDEPE, que, além de representar, à época, um órgão muito mais identificado com o estímulo a um desenvolvimento produtivista da pesca, não contava com recursos humanos e materiais para tanto (DIAS NETO & MARRUL FILHO, 2003; SUDEPE, 1983). A partir da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, que extingue a SUDEPE e cria o IBAMA, a fiscalização da legislação que regulamenta a pesca passa a ser realizada de forma mais

---

<sup>38</sup> Recentemente, em abril de 2005, o Superior Tribunal Federal considerou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin 1.245) proposta contra dispositivos da Lei Estadual 10.164/94.

intensa, o que gera inúmeros conflitos entre pescadores artesanais e agentes ambientais. Se, por um lado, os pescadores artesanais possuem uma percepção diferenciada que a dos agentes ambientais em relação aos recursos naturais e não estavam habituados a sofrer fiscalização, por outro, denunciam com freqüência que esta fiscalização só incide sobre os “pequenos” e de forma “truculenta”.

Além do mais, muitos pescadores defendem a idéia de que a fiscalização é necessária, mas deveria atuar com o mesmo rigor sobre as embarcações industriais que realizam a pesca muito próxima da costa. Esta, entretanto, é uma questão complexa e que mereceria uma abordagem específica, em razão das desigualdades de poder econômico e político destes diferentes tipos de pesca e de suas influências na configuração da problemática socioambiental. O objetivo aqui é apenas citar esta questão como uma das dificuldades que enfrentam os pescadores artesanais no exercício de sua profissão.

Outro aspecto relacionado a este tema é a quantidade de registros, carteiras, licenças, etc, que os pescadores devem portar a bordo da embarcação para estarem em situação legal diante dos diferentes órgãos que fiscalizam a atividade. O rol de documentos muda um pouco de região para região, mas abrange a carteira de pescador profissional, expedida atualmente pela Secretaria Especial da Pesca (SEAP), a carteira de pescador artesanal expedida pelas Colônias (principalmente em águas interiores sob fiscalização do Batalhão Ambiental), a carteira profissional da Capitania dos Portos e o registro da embarcação neste órgão.

Mais recentemente, em uma medida<sup>39</sup> interessante e que visa regular a pesca no estuário das Lagoas dos Patos, Mangueira e Mirim , os pescadores terão que retirar anualmente uma licença de pesca declarando a área de atuação, o esforço de pesca e, ao final do período com vistas a obter a renovação, a produção obtida na safra.

Os pescadores reconhecem, via de regra, a importância da regulamentação da profissão, o que tem trazido alguns benefícios, mas relatam as dificuldades de obter e manter atualizados todos estes documentos. Não são raros os casos em que os pescadores são multados ou não conseguem obter benefícios pela dificuldade, até mesmo financeira, de pagar todas as taxas que implicam a expedição dos documentos.

As relações sociologicamente classificadas como de patronagem/ clientelismo constituem um traço característico do grupo social – pescadores artesanais, freqüentemente levantado e

---

<sup>39</sup> Instruções Normativas Conjuntas N°02 e N°03, entre SEAP/PR e IBAMA, de 09 de fevereiro de 2004.

problematizado, por parte das ciências sociais, e também das ações de desenvolvimento voltadas para este público. Além das relações que se estabelecem entre pescadores e presidentes de Colônias, anteriormente abordadas, outras duas “formas gerais” encontram-se presentes, de forma variada, em muitas regiões do estado: as relações entre atravessadores e pescadores artesanais e as relações, nas parelhas, entre o pescador proprietário da embarcação (“patrão ou chefe”) e os “proeiros”, que constituem os demais membros da equipe de pesca.

A relação entre pescadores e “atravessadores” é tradicionalmente caracterizada como clientelística, uma vez que, diante da falta de recursos e da imprevisibilidade da renda dos pescadores artesanais, o atravessador freqüentemente disponibiliza os insumos necessários para a atividade (gelo, diesel, rancho) e para a manutenção da família “em terra” (rancho, remédios quando necessário), de maneira que fica o compromisso de entrega da produção ao preço determinado pelo atravessador. Geralmente esta contabilidade vai se realizando ao longo da safra, o pescador retira apenas alguns adiantamentos (“vales”) e, ao final do período, não raro, a renda restante é nula ou muito reduzida. Em alguns, casos o atravessador é também dono dos meios de produção, e a relação se intensifica mais, o pescador passa a ter a obrigação de realizar a manutenção destes equipamentos (reparos na embarcação, remendar as redes, etc.).

Situação semelhante se estabelece nas “parelhas”, em que o patrão (proprietário da embarcação), embora também participe do processo de trabalho, conta com o compromisso dos proeiros nos trabalhos de manutenção, uma vez que assegura a “vaga” do pescador na parelha e também lhe fornece apoio financeiro, na forma de adiantamentos, nos momentos de entressafra ou de alguma eventualidade.

Não se trata de julgar se estas relações se configuram como exploratórias<sup>40</sup>, em que pese não se pode negar a “assimetria”, não só econômica como também de “status” social, que elas produzem. Isto é algo que somente se pode afirmar frente à pesquisa das diferentes realidades empíricas e, evidentemente, depende do referencial teórico com o qual se está abordando estas realidades. Entretanto, é fato que as recentes políticas públicas, de crédito aos pescadores artesanais e de garantia de renda nos períodos de defeso (proibição da pesca), têm alterado estas relações tradicionalmente construídas na pesca artesanal, produzindo novas categorias sociais,

---

<sup>40</sup> De acordo a abordagem proposta por Scott (1985), as relações de patronagem/clientelismo envolvem certo grau de reciprocidade entre os serviços fornecidos pelo patrão ao cliente e vice-versa. Sempre que esta reciprocidade é rompida, em termos da não observação “*de los terminos mínimos irreductibles*” demandados pela “*economia moral*” dos clientes, neste caso pescadores, passando a ameaçar sua reprodução social enquanto tal, a relação passa a ser percebida como exploração.

novos sistemas de produção na pesca e, portanto, novas relações sociais. Estes aspectos serão retomados posteriormente, com base nos dados colhidos entre os pescadores artesanais de São Lourenço do Sul.

### 3.2.2 Dinâmicas ambientais

Neste tópico, são consideradas especialmente as dinâmicas ambientais relativas ao comportamento dos estoques de pescado, suas características biológicas em interação com o clima, com a qualidade das águas e com atividades humanas que influenciam, direta ou indiretamente, os ambientes aquáticos.

A pesca artesanal do estuário da Lagoa dos Patos, onde se concentra a maioria dos pescadores do estado, é fortemente influenciada pela entrada de cardumes do oceano que a procuram para se reproduzir ou para se alimentar. A entrada desses cardumes é um fenômeno que se produz na interação de diversas variáveis.

Em primeiro lugar é preciso que a Lagoa apresente a salinidade adequada, a qual é produzida pela entrada de água do oceano, que ocorre em função de uma combinação entre a pluviosidade do período em toda a bacia de contribuição<sup>41</sup>, o nível da Lagoa e a ação dos ventos. A Lagoa dos Patos situa-se no eixo nordeste – sudoeste, os ventos de sul e sudoeste, mais atuantes no inverno, têm características de rebojo ou represo, e conduzem a água do oceano para a lagoa, que tem seu nível elevado e adquire salinidade. O refluxo ocorre por cessação do vento de represo e é tão mais intenso quanto mais altos forem o nível da Lagoa (o qual também é influenciado pelas precipitações na bacia de contribuição) e a força dos ventos de vazão (BARCELLOS, 1966).

Em segundo lugar, as condições de salinidade têm que estar presentes na época em que as espécies, em função de suas características, estão em reprodução ou em fase de crescimento. A Lagoa salgada no inverno possibilita a entrada, entre outras espécies, de bagres e linguados. Se a “salga” persistir até outubro/novembro, o que indica um inverno com pouca pluviosidade, corvinas e tainhas juvenis começam a procurar a lagoa para alimentação.

---

<sup>41</sup> Bacia de contribuição corresponde à área de abrangência na qual as águas das chuvas são conduzidas ao componente hídrico em questão. No caso da Lagoa dos Patos, a bacia de contribuição abrange toda a bacia do Guaíba (Rios Jacuí, Taquari, Caf, Sinos, Gravataí) e a bacia do Rio Camaquã.

Se o inverno for chuvoso, o nível da Lagoa se eleva e para que se tenham condições de salinidade na primavera e verão, para entrada da tainha e do camarão, é desejável uma ação intensa e não muito prolongada dos ventos de vazão, em especial o nordeste, provocando um refluxo rápido e o rebaixamento do nível para que as águas do oceano entrem novamente. Esta combinação de fatores que determinam a “salga” da Lagoa ocorre com mais frequência nem sua extremidade sul, nos municípios de Rio Grande e São Jose do Norte. À medida em que se desloca em direção à extremidade norte, esta dinâmica ambiental se faz cada vez mais rara, e a Lagoa perde sua condição estuarina. Esta variabilidade ambiental acarreta também variações nos sistemas de produção na pesca implementados ao longo da Lagoa dos Patos, sendo que município de São Lourenço do Sul, em virtude de sua localização geográfica, se encontra em um espaço de transição, no qual a dinâmica estuarina ocorre, embora com menor frequência.

Além dos aspectos “intrinsecamente naturais” das espécies de pescado em interação com o ambiente, existe a influência das atividades humanas sobre estas, produzindo uma série de conflitos socioambientais para com os pescadores artesanais. A pesca artesanal e a industrial, embora com áreas de atuação separadas, compartilham em muitos casos os mesmos estoques de pescado. O conflito se estabelece principalmente, conforme denunciam os pescadores artesanais, em função da atuação dos barcos industriais em distâncias da costa menores que a permitida por lei e com uso de equipamentos proibidos, em especial na barra de Rio Grande, onde se concentram os cardumes para entrar na Lagoa dos Patos. Além disso, a atuação de barcos maiores que 12 metros, proibidos na Lagoa dos Patos, que fazem uso de redes altas e sondas para localização dos cardumes, realizando capturas muito mais expressivas que aquelas efetuadas pelos pescadores artesanais, é frequentemente relatada. A pesca artesanal predatória é também apontada pelos pescadores.

Nas regiões em que se desenvolve o cultivo de arroz, existem conflitos em função da retirada de água dos mananciais, através de bombas de sucção e sem o uso de telas de proteção, o que acarreta grande mortandade de alevinos (peixes em estágio juvenil). De forma generalizada para outros cultivos agrícolas, os pescadores identificam a contaminação por agrotóxicos como elemento que reduz a qualidade da água e provoca mortandade de peixes, o mesmo ocorrendo em relação à poluição de origem urbana e industrial.

A atividade de mineração, principalmente a dragagem de leitos de rios e lagoas para a retirada de areia, é apontada em algumas regiões como responsável pela destruição do *habitat* de reprodução de diversas espécies, e também pela inutilização de redes dos pescadores.

A construção de barragens e usinas para geração de energia elétrica constitui outro elemento que influencia a reprodução dos estoques, mais especificamente espécies de água doce, como a piava<sup>42</sup> e o dourado<sup>43</sup>, que precisam realizar a piracema. A inexistência ou a má conservação de desvios ou escadas previstas pela legislação ambiental para este fim restringe a migração das espécies e compromete sua ocorrência e reprodução, principalmente a montante da barragem.

Estes são alguns dos aspectos, aqui apenas levantados, que, por ocorrer nos ambientes aquáticos ou os influenciando indiretamente, interferem sobre os estoques naturais de pescado, objeto de trabalho dos pescadores artesanais.

### 3.2.3 A diversidade regional na pesca artesanal do Rio Grande do Sul

As informações apresentadas a seguir, com base no diagnóstico realizado por Garcez (2001)<sup>44</sup> e na experiência de trabalho nos anos de 2001 e 2002 com pescadores artesanais de diferentes localidades do Estado<sup>45</sup>, buscando fazer uma primeira aproximação de como a problemática geral assume diferentes contornos regionais, em função das características e possibilidades de cada macrorregião. A regionalização que segue toma como base o mapa apresentado na página 43.

---

<sup>42</sup> *Schyzodon sp.*

<sup>43</sup> *Salminus maxillosus.*

<sup>44</sup> Conforme destacado anteriormente, o trabalho da autora tomou por base, além de entrevistas com pescadores e informantes-chave de diversas regiões do estado, os cadastros do Programa RS Rural Pesca Artesanal. Os dados fazem referência ao ano de 2000 e apresentam uma estimativa de aproximadamente 12.200 pescadores artesanais no Estado, que apesar de poder ser considerada “conservadora”, constitui ainda a melhor fonte de informação disponível. É possível supor que a quantidade de pescadores artesanais no Estado, atualmente, tenha aumentado significativamente em função dos benefícios que as atuais políticas públicas têm oferecido à categoria, como o seguro desemprego e o acesso ao PRONAF. Este fato já constitui inclusive um problema para a “normatização” da profissão, tendo em vista inúmeras denúncias de pessoas que não fazem da pesca artesanal sua principal atividade, mas que obtêm os documentos de “pescador profissional” e, por conseqüência, conseguem acessar os benefícios destas políticas públicas.

<sup>45</sup> Como consultor do Programa de Apoio a Novos Produtos Agropecuários, um subcomponente do Programa RS Rural (PANPA/ RS Rural), apoiando a elaboração de projetos relacionadas à comercialização dos produtos dos pescadores artesanais.

01) **Rio Jacuí e afluentes e Lago Guaíba:** nesta macrorregião existem aproximadamente 1.200 pescadores artesanais, 10% do total do Estado. Nos municípios situados no entorno do Lago Guaíba e na proximidade da Lagoa dos Patos, como Porto Alegre e Guaíba, existe a prática da pesca por meio de sistemas com capacidade de realizar maior esforço unitário, com embarcações de porte médio, motorizadas e com maior uso de redes, em que se formam grupos de pesca que costumam passar vários dias em acampamentos, mantendo o pescado conservado em caixas térmicas com gelo. Também ocorre a pesca em pequenas embarcações, tanto no Lago Guaíba como nos rios que compõem a macrorregião. Esta ocorre muitas vezes de forma solitária e próxima à residência dos pescadores, devido ao menor capacidade de deslocamento quando não possuem motores. Quando a pequena embarcação é motorizada, possibilita a pesca com mais de uma pessoa e no sistema de acampamento. As principais espécies de pescado são: piava, bagre, traíra, jundiá e pintado<sup>46</sup>.

Nas proximidades do Lago Guaíba, a falta de locais para acampar, em função das propriedades privadas e das áreas de reserva ambiental, constitui um problema ao exercício da pesca artesanal. Os pescadores relatam também o conflito com pescadores amadores<sup>47</sup>, muitas vezes melhor equipados que os pescadores artesanais. A implementação de áreas de proteção ambiental, como o Parque Estadual do Delta do Jacuí, e a fiscalização realizada pelo IBAMA e pelo Batalhão Ambiental da Brigada, constitui fonte de conflitos socioambientais envolvendo os pescadores da região. A poluição das águas, a redução dos estoques, o bombeamento de água para as lavouras de arroz e a atuação de dragas de extração de areia, configuram os demais “problemas ambientais” enfrentados na atividade.

Tendo em vista melhorar a situação em relação à comercialização do pescado, os pescadores organizaram a COOPEIXE (Cooperativa dos Pescadores da Ilha da Pintada) que, por intermédio de recursos do Orçamento Participativo da Prefeitura de Porto Alegre e do Governo do Estado, no período de 1999–2002, construiu um entreposto de beneficiamento de pescado e ocupa uma loja no Mercado Público Municipal. Enfrentam ainda, entretanto, dificuldades na gestão desses equipamentos, e muitos pescadores buscam formas alternativas de comercialização

---

<sup>46</sup> *Pseudoplatystoma corruscane*.

<sup>47</sup> Convém lembrar que sempre que se menciona o conflito entre pescadores artesanais e amadores, estará subentendido também o conflito com as Colônias de Pescadores que, conforme visto, fornecem aos últimos carteira de pescador artesanal válida apenas regionalmente, mas que lhes confere o direito de uso de quantidade significativa de redes, muitas vezes mais que os próprios pescadores “profissionais-artesanais”.



do pescado, via venda direta aos consumidores ou informalmente a pequenos mercados e restaurantes.

Os recursos de políticas públicas têm sido empregados, via de regra, na ampliação do esforço de pesca, especialmente na aquisição ou reforma de motores que possibilitam a pesca em locais mais distantes. Como estratégias de reprodução social “fora” da pesca, os pescadores artesanais da macrorregião buscam empregos temporários nas cidades, trabalhos de carpintaria, jardinagem, entre outros. Na Ilha da Pintada, em Porto Alegre, há a opção de trabalho no Restaurante mantido pela Colônia Z-5, a participação em feiras e eventos divulgando um produto típico da “culinária pesqueira”, o “peixe na taquara”, ou ainda passeios turísticos de barco nas águas do Guaíba.

02) **Lagoa dos Patos** (ao norte, entre Capivari e Arambaré): existem nesta macrorregião aproximadamente 300 pescadores, 2,5% do Estado, que implementam sistemas de produção na pesca semelhantes aos descritos para a macrorregião anterior, com embarcações de tamanho médio para 2-3 pescadores e embarcações pequenas para 1-2 pescadores que, quando motorizadas, permitem a pesca em locais mais distantes e a prática dos acampamentos. A região também recebe, eventualmente, pescadores do Litoral Norte, em especial de Tramandaí, Imbé e Cidreira, que se deslocam por via terrestre e ficam acampados por aproximadamente um mês, sendo que o “atravessador” responsável por este deslocamento, toda semana vem buscar o pescado e levar os mantimentos necessários. Os pescadores residentes nos município do lado oriental da Lagoa dos Patos também praticam a pesca de rede de espera, com “calões”, no mar. As principais espécies de pescado são: piava, bagre, traíra, jundiá, linguado e viola<sup>48</sup>; eventualmente tainha e camarão.

Poluição das águas e o uso incorreto de bombas de sucção para irrigação do arroz são relatados como os principais “problemas ambientais” atuantes sobre a diminuição dos estoques. Os principais conflitos socioambientais se estabelecem entre pescadores e órgãos de fiscalização e entre pescadores artesanais e pescadores amadores. O maior isolamento relativo aos centros consumidores e a inexistência de entrepostos de beneficiamento são elementos que contribuem para uma maior “dependência” dos pescadores para com os “atravessadores”. Apenas no período de veraneio, alguns pescadores conseguem efetuar a venda direta para os consumidores.

---

<sup>48</sup> *Loricaria sp.*

Os recursos disponibilizados por políticas públicas têm sido empregados, via de regra, na ampliação do esforço de pesca. Como estratégias de reprodução social “fora” da pesca, os pescadores artesanais da macrorregião realizam contratos temporários nas lavouras de arroz, como ocorre em Palmares do Sul, e serviços em casas de veraneio, principalmente em Arambaré e Tapes.

03) **Estuário da Lagoa dos Patos** (ao sul, entre São Lourenço do Sul e Rio Grande): constitui a região mais expressiva em relação à quantidade de pescadores, aproximadamente 7.500, mais de 60% do total do Estado. Apresenta uma grande diversidade de sistemas de produção na pesca, desde pequenas embarcações, movidas a vela e a remo e com potencial de captura reduzido até embarcações de grande porte para a pesca artesanal, com mais de 10 metros de comprimento, mais de quatro toneladas de capacidade e com motores de até 60 HP. Estes sistemas de pesca atuam sobre diferentes ambientes na Lagoa e apresentam produtividades que dependem das condições de salinidade do estuário. Períodos de água salgada propiciam fartura relativa de pescado, favorecendo, via de regra, todos os sistemas; em períodos de água doce, entretanto, alguns sistemas são menos prejudicados que outros, em função da composição de custos ou dos nichos em que atuam. Ainda, os sistemas com maior poder de captura e deslocamento podem percorrer toda a Lagoa em busca de melhores pescarias. Dessa forma, existe uma grande variedade de espécies de pescado exploradas: tainha, camarões, bagre, corvina, traíra, jundiá, pescadas<sup>49</sup>, enchova<sup>50</sup>, etc.

A imprevisibilidade das dinâmicas ambientais que condicionam a entrada de cardumes do oceano na Lagoa e a atuação da pesca industrial, de forma ilegal, nas proximidades da costa e na entrada da barra de Rio Grande, constituem os principais problemas e conflitos socioambientais que atuam sobre a reprodução social dos pescadores artesanais desta macrorregião. Somam-se a esses fatores, a atuação dos órgãos de fiscalização, segundo os pescadores, somente sobre os “pequenos”, a própria pesca predatória por parte dos artesanais, além, como nas demais regiões, da “dependência” em relação aos “atravessadores”.

As políticas públicas têm atuado na ampliação do esforço de pesca, na diferenciação social e nas relações estabelecidas entre os pescadores. Como estratégias de reprodução social

---

<sup>49</sup> *Cynoscion sp.*

<sup>50</sup> *Pomatomus saltator.*

“fora” da pesca, as famílias buscam empregos temporários nas cidades, na construção civil ou na confecção/manutenção de materiais de pesca. Em Rio Grande, particularmente nas ilhas dos Marinheiros e Torotama, a pesca pode ser alternada com o cultivo de hortaliças e, em São José do Norte, com o cultivo da cebola.

04) **Lagoa do Peixe:** com aproximadamente 210 pescadores, apenas 1,7% do total do Estado, esta microrregião foi destacada em função da presença de características peculiares. Toda a área de abrangência da Lagoa do Peixe constitui uma reserva ambiental fechada para a pesca de populações de fora, estando previsto, inclusive, a remoção dos pescadores que ali residem. A área é tida como de grande importância ecológica em função de sua biodiversidade e por constituir importante paradouro de aves migratórias. Curiosamente, a atividade tradicional da pesca artesanal, em que pese também poder assumir eventualmente um caráter predatório, é em parte responsável pela grande biodiversidade do local, uma vez que, historicamente, os pescadores da localidade realizam o manejo (abertura) de um pequeno canal que propicia a entrada da água do mar, trazendo cardumes de tainha e camarão, principalmente, que passam a crescer na lagoa, servindo tanto de alimento para as aves migratórias como para o trabalho, alimentação e manutenção da população de pescadores. Os sistemas de pesca implementados são, na maioria, de baixo potencial de impacto, compostos de pequenas embarcações a remo ou motorizadas. Esta situação tem produzido uma interessante discussão no sentido da possibilidade de manutenção dos pescadores no local, transformando a reserva ambiental em uma reserva extrativista, e implementado uma pesca controlada, aliada a outras fontes de renda, em especial o turismo, que envolvesse a comunidade local.

05) **Lagoa Mirim:** nesta macrorregião residem aproximadamente 335 pescadores artesanais, 2,7% do estado. Os sistemas de produção na pesca implementados se aproximam dos descritos para o estuário da Lagoa dos Patos, porém em dimensões máximas, em termos de tamanho das embarcações e potência dos motores, um pouco inferiores. Constitui um ambiente sem contato direto com o oceano, formado, além da Lagoa Mirim, pelo Rio Jaguarão e Lagoa Mangueira. As principais espécies pescadas são a traíra, o jundiá, a viola e o peixe-rei<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> *Odonthestes sp.* (peixe-rei da água doce)

Existe a incidência de diversos conflitos: entre pescadores e arroteiros, em função das bombas de irrigação e do uso de agrotóxicos: entre pescadores e órgãos de fiscalização; entre pescadores artesanais e pescadores amadores. O relativo isolamento da região e o pequeno mercado consumidor local, diante da produção significativa de pescado, acentua a “dependência” em relação aos “atravessadores”.

Além da pesca propriamente dita, os pescadores trabalham na confecção/manutenção de equipamentos de pesca para terceiros, muitas vezes os próprios pescadores amadores, além de serviços temporários em construção, pinturas e carpintarias.

06) **Litoral Norte** (incluindo lagoas costeiras): esta macrorregião abrange também uma grande diversidade de sistemas de produção na pesca, em função da diversidade de ambientes que a compõe. Os aproximadamente 1.620 pescadores, 13,3% do Estado, que nela residem, dependendo de sua localização, praticam a pesca em pequenas embarcações nos rios e lagoas interiores, a pesca de espinhéis, tarrafas e redes de espera com “calões” ao longo do litoral, a pesca artesanal costeira com embarcações motorizadas de médio porte (principalmente no entorno do Rio Tramandaí e Mampituba, portos naturais de acesso ao mar), além de eventualmente se empregarem em barcos de armadores autônomos, de pesca industrial, nos municípios de Torres e Tramandaí. Existe, portanto, grande diversidade de espécies de pescado: cação<sup>52</sup>, arraia<sup>53</sup>, linguado, tainha, camarão sete-barbas<sup>54</sup>, corvina, enchova, papa-terra<sup>55</sup> na pesca litorânea; traíra, jundia e cará<sup>56</sup> na pesca de águas interiores; tainha, bagre e camarões, entre outros, na pesca “estuarina” dos rios e lagoas do município de Rio Tramandaí.

A poluição das águas em função da agricultura e das concentrações urbanas, especialmente no verão, a especulação imobiliária com fins turísticos e os arrastos ilegais, muito próximos à costa, de barcos industriais, constituem os principais fatores de conflitos socioambientais nesta macrorregião. Existem também conflitos localizados, como na barra do Rio Tramandaí, devido à presença de turistas que fazem uso de “jet-skis”, aumentando os problemas de assoreamento, e à presença de um grande número de pescadores amadores.

---

<sup>52</sup> *Squantina* sp. várias espécies.

<sup>53</sup> *Potamotrygon brachyura*, várias espécies.

<sup>54</sup> *Artemesia longinaris*

<sup>55</sup> *Menticirrhus* sp.

<sup>56</sup> *Cichla* sp.

Para diversificar as fontes de renda, os pescadores desenvolvem atividades de jardinagem, pintura, encanamento e eletricidade nas casas de veraneio. Também ocorrem plantios de subsistência nas margens das estradas ou nas praias. A comercialização direta do pescado aos veranistas, em especial do camarão, constitui uma importante fonte de renda para uma quantidade expressiva de pescadores dessa região.

07) **Rio Uruguai** (incluindo rios Quaraí e Ibicuí): constitui a macrorregião de pesca do Estado mais peculiar em relação às demais, por se caracterizar pela pesca de rio e geralmente em associação com a agricultura, mas principalmente por apresentar uma maior diversidade étnica, contando com, além do elemento açoriano, predominante nas demais macrorregiões, a presença de traços indígenas, espanhóis (em função da fronteira), e mesmo italianos e poloneses. Os sistemas de pesca se caracterizam por pequenas embarcações que, quando mecanizadas, permitem maior deslocamento e a prática do acampamento. As principais espécies de pescado são: piava, dourado, pati<sup>57</sup>, armado,<sup>58</sup> cascudo<sup>59</sup>, grumatã<sup>60</sup> e o pintado; e já bastante raros surubins<sup>61</sup>.

Poluição das águas por agrotóxicos, uso inadequados de bombas de sucção para irrigação de arroz e desmatamento das margens são fatores que se somam ao esforço de pesca elevado, causando a redução dos estoques. Nessa região são especialmente fortes os conflitos entre pescadores amadores e artesanais, e também é relatada a atuação demasiado truculenta do Batalhão Ambiental sobre os pescadores artesanais.

As unidades familiares buscam assegurar sua reprodução social por meio da pesca associada com cultivos agrícolas de subsistência e comerciais, com o corte de lenha para consumo e venda e com a criação de gado e pequenos animais.

-----

Este capítulo procurou apresentar, ainda que resumidamente, a evolução da atividade pesqueira no Rio Grande do Sul e a problemática geral da pesca artesanal no Estado. Procurou-se enfatizar como esta problemática assume diferentes formas na diversidade regional da atividade

---

<sup>57</sup> *Luciopimedolous pati*.

<sup>58</sup> *Pterodoras granulatus*.

<sup>59</sup> *Plecostomus sp.*

<sup>60</sup> *Prochilodus sp.*

<sup>61</sup> *Pseudoplatystoma sp.*

pesqueira e como dinâmicas sociais e ambientais, que tem origem tanto em processos locais como globais, influenciam estas configurações.

Com estas considerações, pretende-se demonstrar que a realidade empírica encontrada no município de São Lourenço do Sul e suas especificidades, que serão abordadas nos próximos capítulos, podem ser compreendidas dentro de um “quadro geral”, fornecido pela teoria dos sistemas agrários aplicada à pesca, e que pode ser empregado no estudo de outras localidades.

Este “quadro geral” de análise orienta-se pelo pressuposto de que os diferentes tipos de pescadores e suas famílias, ao interpretarem as dinâmicas ambientais e sociais, às quais estão expostos e delas fazem parte, elaboram suas estratégias de reprodução social, dentro dos sistemas de produção na pesca ou em atividades “fora” da pesca propriamente dita, considerando as “ferramentas” e oportunidades de que dispõem localmente.

## 4 EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS PESQUEIROS EM SÃO LOURENÇO DO SUL

A reconstituição da evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros em São Lourenço do Sul, apresentada neste capítulo, tem como objetivo levantar subsídios para compreender a atual diversidade de tipos de pescadores e sistemas de produção na pesca observada neste município. As informações aqui reunidas provêm da revisão bibliográfica e das entrevistas biográficas focalizadas, realizadas com pescadores mais antigos desta comunidade.

### 4.1 O SISTEMA PESQUEIRO INDÍGENA

São poucos os registros a respeito das populações indígenas que habitavam a região de São Lourenço do Sul. A razão para tanto, provavelmente, esteja relacionada à ausência de confrontos diretos nesse local, uma vez que os habitantes originais não mais se encontravam no momento do estabelecimento das primeiras populações luso-brasileiras, pela concessão de Sesmarias. Também pelo fato de os resquícios arqueológicos eventualmente encontrados terem sido tratados com desinteresse (COSTA, 1984).

Entretanto, pode-se supor que as populações de Tapes e Arachanes, de comportamento seminômade, que habitavam a região da Serra do Sudeste, então denominada Serra dos Tapes, muito provavelmente se deslocavam até as margens da Lagoa dos Patos, na busca do pescado abundante para complementação de sua dieta. As praias e desembocadura de arroios do município de São Lourenço do Sul, em função das condições geográficas e hidrográficas que apresentam, possivelmente constituíam locais que propiciavam aos índios colocarem em prática seus sistemas de pesca.

Sendo os Tapes e Arachanes subgrupos da grande nação dos Guaranis, portanto, exímios pescadores, podem ser feitas algumas inferências sobre as características da atividade de pesca em São Lourenço do Sul naquele momento da história. As canoas utilizadas, as *pirogas*, eram feitas de troncos de árvores escavados, as quais possibilitavam a pesca no Rio Camaquã, nos

arroyos e banhados e na costa da Lagoa dos Patos. Os guaranis, segundo Silva Noelli (1993 *apud* GOMES *et alii*, 1995), colocavam em prática uma grande diversidade de artes de pesca, como a pesca com anzóis feitos com pequenas pedras ou dentes de animais, a pesca com lanças, arco e flecha, a pesca com peneiras, a pesca com *puçás* (pequenas redes ligadas a um arco de madeira), a pesca com venenos naturais em arroios ou enseadas, além de uma série de armadilhas e pequenas construções para aprisionar o pescado. A diversidade de artes de pesca permite inferir que os indígenas dispunham de técnicas para realizar a captura da grande maioria das espécies de pescado que habitavam a Lagoa, os arroios e os banhados. Algumas destas artes de pesca eram exclusivamente praticadas pelos homens, como o uso do arco e flecha, outras eram praticadas por homens e mulheres, como a pesca com peneiras e redes.

As incursões de Bandeirantes que objetivavam capturar escravos nativos causaram a “fuga” dos indígenas para áreas de acesso mais restrito. Como forma de assegurar o território, a Coroa Portuguesa passa a conceder a posse de Sesmarias a representantes militares do exército de Portugal no Brasil, especialmente as terras de fronteira e no entorno de rio e lagoas navegáveis. Todo o território no entorno da Lagoa dos Patos ganha importância especial, por se constituir a principal saída navegável para o oceano, do Estado.

É, portanto, nesse contexto, por volta de 1780, que o sistema pesqueiro indígena entra em decadência. Apesar da dominação conflituosa do território do Rio Grande do Sul por parte do conquistador, que reduziu o intercâmbio cultural e técnico, os sistemas pesqueiros que viriam a suceder o indígena ainda guardaram algumas de suas características, como o uso das *pirogas* e algumas armadilhas. As canoas escavadas ainda hoje continuam sendo empregadas na pesca, não em São Lourenço do Sul, mas em outras regiões do Estado. Armadilhas como a *nassa* (tipo de cesto que dispõe de um cone interno através do qual o pescado, depois de passar, não consegue mais sair) são muito semelhantes aos *covos*, até recentemente utilizados na pesca artesanal na Lagoa dos Patos.

#### 4.2 O SISTEMA PESQUEIRO DE SUBSISTÊNCIA NAS CHARQUEADAS

Existe a versão de que os primeiros habitantes brancos da região seriam luso-brasileiros fugidos de Rio Grande, por volta de 1776, por ocasião da tomada desse município pelos espanhóis. Esses habitantes teriam se instalado em vários pontos da margem ocidental e oriental



da Lagoa dos Patos, até o município de Mostardas. Provavelmente, a área onde hoje se situa o município de São Lourenço do Sul deve ter servido de abrigo a estes “fugitivos”, em função da facilidade de aportar pequenas embarcações no arroio São Lourenço. Esses habitantes podem ter se instalado em sesmarias já efetivadas ou em terras devolutas que viriam a ser concedidas posteriormente, estabelecendo sistemas de parceria e tornando-se agregados, a exemplo do ocorrido em Sesmarias de outras regiões do Estado.

Em 1780 é concedida sesmaria de terras a Raphael Pinto Bandeira, que se estendia desde o Arroio Grande do Sul até o Arroio Carahá, pelo fato de ele ter alegado a construção, já em 1776, de casa e curral nessas terras. Sabe-se, entretanto, que o Brigadeiro nunca habitou o local. O primeiro proprietário a constituir residência de fato foi o Capitão de Dragões José Cardoso de Gusmão, que recebeu sesmaria em São Lourenço do Sul, estabelecendo exploração pastoril. A partir de então, o número de estâncias foi se multiplicando, em função da atividade de produção do charque, o que implicou um aumento da população composta por escravos, alforriados, peões e agregados (COSTA, 1984).

As sesmarias e charqueadas, evidentemente, não tinham como objetivo a pesca. Entretanto, é bastante provável que os habitantes dos pequenos povoados junto às sedes destas, formados em função do trabalho na atividade pastoril e na manutenção de uma economia interna e fechada, nas sesmarias, praticassem a atividade pesqueira de subsistência, em um primeiro momento, como forma de complementação da alimentação. Por não constituir uma mercadoria, o pescado provavelmente estava em condições de livre acesso para aqueles que viviam o sistema social da época, desde os escravos privados de sua liberdade, até os peões e agregados, economicamente dependentes de seus patrões. A característica do pescado como um recurso ainda não *apropriado* veio a influenciar esse sistema pesqueiro, bem como o que o sucedeu. Este fato se repetiu em outras regiões do Brasil, como na pesca de Itaipu, no estado do Rio de Janeiro, onde, segundo Pessanha (2003):

“A organização fundiária existente [...] baseava-se na divisão da terra em grandes propriedades, [...] e a atividade da pesca certamente atraiu indivíduos desejosos de se estabelecerem como produtores independentes, e que viam no mar e nas lagoas fontes disponíveis e não apropriadas de recursos abundantes” (PESSANHA, 2003:22).

Muito provavelmente os indivíduos que compunham esse sistema pesqueiro mesclaram técnicas indígenas de pesca com outras referências técnicas aportadas pelas diferentes culturas.

Conforme mencionado anteriormente, parte da população que veio a se estabelecer em São Lourenço do Sul, à época, tornando-se agregados nas Sesmarias, eram imigrantes luso-açorianos fugidos da tomada de Rio Grande pelos espanhóis, localidade que constituía um porto e um núcleo urbano relativamente desenvolvido, onde provavelmente a pesca já representava como atividade econômica mais estruturada. É possível também que peões, escravos e alforriados também aportassem conhecimentos e técnicas diferenciadas a este sistema pesqueiro.

Além da troca de conhecimentos, os novos materiais – como cordas, arames, ferro – e as novas ferramentas para facilitar a construção de canoas, feitas não mais apenas em troncos escavados, mas também com pranchões de madeira, permitiram a evolução e diferenciação dos sistemas de pesca. Entretanto, a atividade ainda era realizada majoritariamente como forma de subsistência, complementando a alimentação dessas famílias que trabalhavam, ligadas de diferentes formas à criação de gado e à produção do charque.

Em função dos equipamentos disponíveis, é possível inferir que a pesca era praticada no rio Camaquã, nos arroios e banhados e na margem próxima da Lagoa dos Patos, onde os pescadores da época utilizavam armadilhas, linhas com anzóis, lanças e pequenas redes na captura das diversas espécies de pescado que ocupavam estes ambientes.

Esse sistema pesqueiro começa a ser reformulado em meados do século XIX, com o fim da escravidão e com a decadência do ciclo econômico baseado nas charqueadas. O encerramento do modelo econômico de produção de charque para exportação coincide, em São Lourenço do Sul, com o início da colonização alemã, com um modelo agrícola mais diversificado e com o surgimento também de atividades não-agrícolas. A criação de um “mercado interno” e o desenvolvimento populacional do município geram as condições para que o pescado se converta, de uma forma mais intensa, em “mercadoria”. Estes aspectos foram responsáveis por significativas mudanças em relação aos diversos aspectos – sociais, econômicos, culturais – que influenciam a evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros, produzindo as formas de relação entre pescadores e natureza que estão nas origens dos processos sociais hoje presentes no município. É neste contexto que surge, conceitualmente, o ator social “pescador artesanal”, entendido como aqueles indivíduos ou famílias que, empregando seus conhecimentos sobre o ambiente e sua “cultura técnica”, realizam a captura do pescado objetivando sua realização enquanto mercadoria, como a principal forma de assegurar sua reprodução social (DIEGUES,

1983). Os sistemas pesqueiros, que evoluíram e se diferenciaram neste novo contexto, serão apresentados a seguir.

#### 4.3 O SISTEMA PESQUEIRO DE ABASTECIMENTO DO POVOADO DE SÃO LOURENÇO DO SUL

Até meados do século XIX, a localidade do Boqueirão (atual distrito de São Lourenço do Sul) era o povoamento de maior representatividade entre Camaquã e Rio Grande. Em 1850 contava com 500 “almas” e em 1866 foi levada à categoria de sede do município.

A colonização alemã, iniciada em 1858, por iniciativa de um contrato comercial firmado entre Jacob Rheingantz e o Coronel José Antônio de Oliveira Guimarães, começava a gerar produtos exportáveis. O pequeno porto do arroio São Lourenço, que já havia desempenhado importantes funções durante a Revolução Farroupilha, quando então pertencia à Fazenda do Sobrado ou Fazenda São Lourenço, de propriedade de Dona Ana Joaquina da Silva Santos, irmã de Bento Gonçalves da Silva, fora adequado, pelo trabalho do Coronel Oliveira Guimarães, um dos herdeiros da Fazenda, para servir de ponto de partida dos produtos da Colônia.

Segundo Abreu (1993):

“... feito o contrato com Rheingantz, coube a Guimarães o compromisso de dragar o arroio e fazer um porto para escoamento do produto da nova colônia com custeio próprio e, em contrapartida, fazer um loteamento junto ao novo porto, mais precisamente à margem esquerda do arroio, em terras que lhe pertenciam por partilha de sua mulher, co-herdeira do Sobrado. Obviamente, os rendimentos da comercialização do loteamento serviram para ressarcimento das despesas com feitura do porto e destinações outras. Feito o loteamento, que ainda hoje constitui em 80% da planta da cidade, os terrenos foram vendidos até para gente da colônia que aqui se instalou com comércio e outras atividades, visando principalmente receber e atender seus patrícios que, de carroça, demandavam o porto para escoamento de seus produtos” (ABREU, 2003:5).

Segundo uma carta enviada pelo então administrador da colônia Carlos Rheingantz ao presidente da província, no ano de 1877:

“... os produtos que os habitantes colhem e oferecem a venda são principalmente: milho, feijão, batata, trigo, aveia, cevada, manteiga, toucinho, banha, presuntos, ovos, galinhas, madeiras e lenha. Tem a Colônia em vizinhança imediata a cidade de Pelotas para onde perto de

duzentas carretas, pertencentes aos próprios colonos, levam, duas vezes por semana, esses gêneros da produção local. Tem, além disso, os mercados do Porto de São Lourenço, onde os gêneros são embarcados para Rio Grande”.

À medida que crescia a colônia, também crescia o porto, firmando-se um entreposto por onde se fazia a exportação dos produtos coloniais e se recebia por importação, o que se fazia necessário ao “desbravamento” das terras altas de São Lourenço do Sul. Muitos alemães são atraídos então não mais para o trabalho na agricultura, mas sim para o comércio, abrindo as “exporthaus”, que adquiriam os produtos dos colonos e também possuíam frota de navegação para transportá-los. Com o aumento da frota de iates, o transporte passa a se dar predominantemente via Lagoa dos Patos e Mirim, não mais apenas até o porto de Rio Grande, mas também para Pelotas, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, Mostardas, Arambaré, Tapes e Porto Alegre, incluindo navegações com carga de batatas para os distantes portos de Montevideo e Rio de Janeiro. A empresa Carlos Helms e Cia. Ltda. por exemplo, uma das “exporthaus” de maior expressão na época, fundada em 1895, recebia, no período de safra agrícola, um movimento diário de 100 carroças carregadas de produtos coloniais (COSTA, 1999).

Com o desenvolvimento do porto, em 1874, a sede da freguesia do Boqueirão é transferida para o povoado de São Lourenço, o qual é elevado à categoria de Vila no ano de 1901. O crescimento demográfico e as oportunidades de trabalho na navegação atraíram famílias que tradicionalmente dominavam a arte de navegar, entre elas, famílias de pescadores da foz do Rio Camaquã, Itapuã, Rio Grande e Pelotas. De forma diferenciada dos sistemas de pesca até então implementados, voltados à subsistência e à complementação de outras atividades, muitas destas famílias acabam por se dedicar exclusivamente à pesca como fonte de renda, uma vez que o pescado agora constituía uma “mercadoria”, já se contava com um mercado local a ser abastecido. Conforme visto, os pescadores do sistema pesqueiro anterior realizavam a pesca de forma complementar ao trabalho nas Sesmarias e na agricultura, mas é com as possibilidades de trabalhar o pescado enquanto fonte de renda que se instalam os pescadores que vieram a constituir a maioria dos atores sociais envolvidos na atividade pesqueira. Esses pescadores, mais especializados, desenvolveram um novo sistema pesqueiro que veio a se tornar, posteriormente, uma das principais atividades econômicas do município.

Esses pescadores que imigraram para São Lourenço do Sul povoaram o “Saco da Barrinha” e a foz do arroio São Lourenço, em sua margem esquerda. Essa zona foi chamada de Barra e até hoje é um lugar identificado como a moradia do pessoal ligado à pesca e aos estaleiros. O abastecimento do mercado local era realizado via comercialização direta do pescado fresco, levado em balaies de vime “de casa em casa”. Os sistemas de produção na pesca eram bastante simples, usavam-se canoas escavadas ou feitas com pranchões, com um ou dois mastros, movidas a remo e velas de algodão. Utilizavam-se poucas redes, confeccionadas de algodão, linho ou gerbo, sustentadas por bóias de porongo ou corticeira, além de armadilhas e da pesca com linhas e anzóis. Em função da abundância de pescado, os pescadores não precisavam se afastar mais que 300 metros da costa para assegurarem capturas expressivas de tainhas, bagres e enchovas, e, assim, propiciar um fornecimento diário à população (COSTA, 1999).

Os sistemas de produção na pesca operavam com equipamentos confeccionados artesanalmente. Grande parte dos petrechos, como madeira para embarcações, bóias de porongo, pedras para peso das redes, e fibras para confecção de armadilhas, era extraída diretamente da natureza. Entretanto, parte considerável dos meios de produção tinha que ser adquirida nas “exporthaus”, caracterizando um processo inicial de “externalização” (VAN DER PLOEG, 1992), como as linhas de gerbo e algodão para confecção de redes e panos de algodão para confecção de velas. A pesca era realizada em regime de trabalho familiar, geralmente os homens – pais e filhos – trabalhavam nas atividades de captura. Homens, mulheres e crianças trabalhavam na confecção dos petrechos, no processamento e na comercialização do pescado.

A ampliação dos mercados para o pescado, por meio de sua exportação inicialmente na forma de pescado salgado, e posteriormente como enlatado, e o estabelecimento destas indústrias de processamento em São Lourenço do Sul, a exemplo do ocorrido em outros municípios do estuário da Lagoa dos Patos, veio a promover um aumento da demanda por algumas espécies de pescado, bem como significativas mudanças nos sistemas de produção na pesca, a ponto de ser possível caracterizar um novo sistema pesqueiro.

#### 4.4 O SISTEMA PESQUEIRO MERCANTIL DE PARELHAS NÃO MOTORIZADAS

A possibilidade de conservação do pescado salgado possibilitou a busca de mercados mais distantes, e este passou a figurar entre a lista de produtos das casas comerciais de São

Lourenço do Sul. Surgiram também compradores de peixe salgado de outras regiões. Em 1928, instalou-se a Indústrias de Conservas Wienke, que processava pescado com modernas máquinas importadas da Alemanha. Grande parte da produção era exportada para o Nordeste Brasileiro. Seguindo esse caminho, outras indústrias de processamento de pescado se instalaram no município (COSTA, 1999).

O aumento da demanda por pescado trouxe mudanças nos sistemas de produção, ampliando a capacidade de captura, o raio de ação e o emprego de mão-de-obra. Se, no sistema pesqueiro anterior, utilizavam-se poucos equipamentos, a maioria de fabricação artesanal e ao alcance das famílias de pescadores, nesse novo sistema pesqueiro, em que a capacidade de captura fora ampliada, a estrutura de capital necessária para colocar em prática os sistemas de produção veio a produzir uma diferenciação interna muito mais perceptível em relação ao grupo social. Os pescadores passaram a formar as “parelhas”: grupos formados por um número variável de pescadores, freqüentemente mais que 10 indivíduos, que se dividem em diferentes funções: dono da parrelha ou “patrão”, “remadores”, “proeiros”, “lançadores de redes” e o “caidor na água”. Os rendimentos das pescarias eram repartidos, ao final da safra, no sistema de “partes”, cabendo ao “patrão” uma remuneração maior que a dos demais pescadores. As parrelhas realizavam um sistema técnico de captura que se tornou predominante nessa época, conhecido como “terno de costa”, utilizado na busca e cerco dos cardumes de bagres e miraguaias<sup>62</sup>, então abundantes na Lagoa dos Patos. Localizado o cardume, a canoa se aproximava e um dos homens “caía na água” com uma bóia e uma das extremidades da rede em suas mãos, enquanto os demais remavam e lançavam a rede buscando fechar o cerco para aprisionar o cardume.

Cabe destacar, entretanto, que apesar de concentrar a propriedade dos meios de produção, os novos sistemas de produção na pesca ainda preservam um alto grau de “artesanalidade”, e se caracterizam mais por incorporar mão-de-obra do que por excluir, como viria a ser observado posteriormente com a incorporação de tecnologias “modernas” como o uso de gelo e de motores de combustão interna. O deslocamento das parrelhas ainda dependia da “associação” entre o vento e os remadores. O processamento do pescado era artesanal, assim como a confecção das redes, agora utilizadas em quantidades expressivas. Utilizavam-se fios de linho, algodão ou gerbo, e as redes tinham que ser “encascadas”: “para aumentar a durabilidade das redes, elas eram fervidas em caldeirões de água quente numa infusão de casca de capororoca (*Rapanea spp.*) ou aroeira

---

<sup>62</sup> *Pogonias cromis*.

(*Schinus molle*), árvores nativas da orla da Lagoa dos Patos, cujas cascas são ricas em tanino” (COSTA, 1999).

Os pescadores, suas parselhas e famílias percorriam a Lagoa, acampando por longos períodos nas margens ou em suas ilhas, desde a entrada dos cardumes, de junho a outubro, até seu retorno ao oceano, de janeiro a março. O bagre e a miraguaia eram salgados em varais ou sob lonas estendidas na areia. Também eram aproveitados subprodutos, os estômagos dos peixes, secados ao sol, eram vendidos para fabricação de cola, e as cabeças eram fervidas para extração de óleo. Interessante observar as mudanças nas relações de trabalho ocasionadas pelo novo sistema pesqueiro: a atividade de captura deixa de constituir uma atividade planejada e executada pela unidade familiar e passa a ser feita pela “parselha”, de forma que, mesmo que o patrão discutisse com o grupo de pescadores sobre o processo de trabalho, a decisão final recaía sobre sua pessoa, como proprietário dos meios de produção. Entretanto, como a etapa de processamento, a “salga” constituía um processo ainda artesanal, incluída, portanto, dentro do processo produtivo da pesca propriamente dita, as famílias dos pescadores, executando esse trabalho, desempenhavam papel fundamental para o sistema de produção. Costa (1999) registrou esse momento da história da pesca – início do século XX – em São Lourenço do Sul:

“Como os navegadores polinésios, faziam também os pescadores de São Lourenço. Muitas vezes, levavam suas famílias que se dedicavam a auxiliá-los no trabalho da pesca, como salgar os bagres em varais ou formando grandes pilhas cobertas por lonas nas praias. Todos trabalhavam. As mulheres, entre várias tarefas, evisceravam os peixes e as crianças limpavam o estômago do bagre, secando-o em varais, já que se tratava de um material muito procurado e caro naquela época, pois se destinava à produção de colas pelas indústrias. Conforme os cardumes se movimentavam pela laguna, também o faziam os pescadores e suas famílias, montando e desmontando suas barracas de lona, ao longo das praias, em viagens de canoas feitas somente a vela” (COSTA, 1999:100).

Posteriormente, a instalação das fábricas de conserva estimulou a pesca da savelha<sup>63</sup>. Esta também era realizada pelas parselhas não motorizadas com redes de cerco ou de espera, no período de inverno. Os barcos iam e voltavam no mesmo dia, a remo e vela. Saíam de madrugada e remavam até quatro horas para chegar ao local de pesca. A pesca da savelha também envolvia mão-de-obra familiar. Quando as parselhas retornavam, as mulheres auxiliavam a descarregar e realizavam a evisceração.

---

<sup>63</sup> *Brevoortia pectinata*.

Cabe destacar que, embora com menor expressão comercial, os pescadores seguiram utilizando sistemas técnicos de captura característicos do sistema pesqueiro anterior, tanto para o abastecimento do mercado local com pescado fresco, como para o consumo familiar.

Começam a surgir, porém, os primeiros barcos motorizados: as “chacareiras”, canoas grandes, antigamente utilizadas para transporte dos produtos coloniais, que passam a levar gelo e trazer a produção dos pescadores acampados, pois o processo da “salga” começa a ser realizado dentro das indústrias. Os estoques naturais de bagres e outras espécies destinadas à salga decaem sensivelmente, mas, com as possibilidades abertas pelo transporte rodoviário, as indústrias gradualmente passam a investir em outras formas de processamento, como o pescado resfriado e congelado, abrindo mercados para outras espécies. Conforme visto no capítulo 3, nesse período, por volta 1960, a pesca artesanal ainda constituía a principal fornecedora de matéria-prima para indústria de beneficiamento, e a pesca industrial apresentava um crescimento lento e constante. A partir de 1967, com o direcionamento das políticas públicas, a pesca industrial desenvolve-se acentuadamente e passa a atuar, em função de mudanças nas legislações da Argentina e do Uruguai, exclusivamente no território brasileiro, capturando cardumes de interesse da pesca artesanal. Esta, por sua vez, intensificando o processo de “mercantilização”, incorpora tecnologias como o uso de motores, de gelo, e de grandes quantidades de redes confeccionadas em fios de *nylon*.

A concepção dominante para a pesca, do ponto de vista do ideário de “modernidade” e do papel desempenhado pelo Estado e pelo setor industrial, em muito se assemelha às mudanças ocorridas na agricultura brasileira nesse período, e cujos resultados são bastante conhecidos. Esse contexto histórico é que viria a produzir o atual sistema pesqueiro e seus impactos.

#### 4.5 O SISTEMA PESQUEIRO ATUAL E SEUS IMPACTOS

A partir de 1950, observa-se o emprego de novas tecnologias na pesca, como o uso de gelo e de motores de combustão. Mas é somente na década de 1960 que, mediante esforços, por parte do Estado, para modernização da atividade pesqueira, se observam mudanças mais acentuadas, podendo se configurar um novo sistema pesqueiro. As principais formas escolhidas pelo Estado para intervenção na atividade pesqueira são o estímulo à atividade industrial via isenções e subsídios fiscais, e a disponibilização de crédito para investimento em novos



equipamentos, a ser tomado pelas indústrias e pelos pescadores. Algumas das indústrias já existentes se modernizaram e outras novas se instalaram. Algumas dessas indústrias formaram frotas particulares para pesca oceânica, e surge a categoria social do “pescador embarcado”. Entretanto a maioria dos pescadores continuou autônoma, praticando a pesca artesanal.

O acesso ao crédito só foi possível, entre os pescadores artesanais, para aqueles poucos que haviam acumulado garantias ao longo do tempo. Esse fato, em conjunto com a redução do número de pescadores necessários nas parelhas, ocasionado pela adoção de técnicas e equipamentos mais “modernos”, em especial o uso mais generalizado dos motores, provocou dispensa de mão-de-obra, maior desigualdade de renda e abandono da atividade.

As parelhas, agora botes motorizados e com espaços para armazenamento de gelo, passam a trabalhar, em média, com apenas quatro pescadores: o dono do barco (“patrão”, que acerta os preparativos e forma sua equipe, geralmente através de relações de parentesco ou vizinhança) e “proeiros” (que entram com a força de trabalho e o conhecimento na localização dos cardumes). O gelo e o combustível, via de regra, são fornecidos pelas empresas mediante compromisso informal de venda futura da produção. Essas equipes ficam pescando pelo período de até uma semana, geralmente pernoitando a bordo, navegando à procura de cardumes ou locais de boa pesca, cada vez mais escassos.

As novas formas de processamento, conservação e transporte criaram demanda para uma diversidade maior de espécies de pescado: além do bagre e da miraguaia, já bastante raros, espécies como tainha, corvina, enchova, camarão, linguado, traíra e jundiá, entre outras, passam a compor a pauta comercial das indústrias de beneficiamento de pescado e objeto de trabalho dos pescadores artesanais desse novo sistema pesqueiro. As indústrias de conserva, por outro lado, entram em decadência, e espécies como a savelha e o biru<sup>64</sup> perdem mercado.

A pesca da tainha inicia no mês de outubro, quando, caso a Lagoa apresente salinidade adequada, os cardumes entram do oceano buscando alimentação; e se encerra na “corrida” da tainha, no mês de maio, quando o peixe retorna ao oceano para desovar. Quando são localizados cardumes expressivos, as “parelhas” praticam o cerco ou o lance; quando são avistados apenas alguns sinais da presença da tainha, as redes são colocadas à espera e recolhidas no dia seguinte, para “safar” o pescado. Nesse período, também pode ocorrer a pesca da corvina e do linguado, geralmente pelo sistema de espera.

---

<sup>64</sup> *Curimatã sp.*

O bagre, atualmente bastante raro, ocorre nesta porção da Lagoa dos Patos geralmente entre os meses de junho a agosto, período no qual a pesca está proibida. Dessa forma, fica restrito seu acesso como uma espécie de interesse comercial, em que pese algumas parselhas praticarem sua pesca, se expondo às penalidades da legislação ambiental. Como dizem os pescadores, estas “parselhas saem na arriscada”, e praticam a pesca de espera com redes “fundeadas”, ou seja, colocadas no fundo da lagoa através de pequenas âncoras de ferro. Nos meses de verão, algumas parselhas se dedicam à pesca de outra espécie de bagre, de menor valor comercial, conhecida por bagre bebéu ou guri.

A pesca de camarão representa uma importante fonte de renda para os pescadores artesanais, entretanto, sua ocorrência está condicionada a salga na Lagoa e a uma conjunção de fatores climáticos que a tornam extremamente imprevisível. Apesar disto, no período que corresponde ao início deste sistema pesqueiro, o camarão constituía uma espécie que, quando se fazia presente, propiciava abundantes capturas e algum acúmulo financeiro aos pescadores. Entretanto, logo os estoques começaram a sentir o impacto da sobrepesca, e a pesca do camarão na Lagoa dos Patos passou a ser regrada por portarias do IBAMA. Atualmente só é liberada entre os meses de fevereiro e maio.

Quando a Lagoa não apresenta condições de salinidade para entrada das espécies do oceano, a pesca artesanal fica restrita à captura de espécies de água doce, como a traíra e o jundiá. Entretanto, essas espécies ocorrem de maneira mais dispersa e não propiciam grandes volumes de captura, se adequando a sistemas de produção na pesca de menores dimensões em termos de capacidade das embarcações, potência dos motores e quantidade de redes. A descrição detalhada dos atuais sistemas de produção na pesca artesanal de São Lourenço do Sul será objeto do próximo capítulo.

No período que corresponde a esse sistema pesqueiro, conforme visto anteriormente, a pesca industrial se desenvolveu acentuadamente e passou a atuar, muitas vezes de forma predatória, cada vez mais próxima da costa, visando cardumes de interesse da pesca artesanal que entram na Lagoa dos Patos. As parselhas de pesca artesanal também incorporaram, mais intensamente, novos insumos e técnicas de pesca. Esse processo foi acentuado em São Lourenço do Sul, uma vez que, dos municípios considerados dentro da região estuarina da Lagoa dos Patos, é o que se encontra mais distante do mar e em uma posição em que a lagoa apresenta já uma grande distância em seu eixo leste-oeste, com menor ocorrência de sacos ou enseadas, fatores

que demandam do sistema de “parelhas”, nessa localidade, uma grande capacidade de deslocamento até a localização dos cardumes ou até os pontos de pesca. Dessa forma, as parelhas artesanais ampliaram seu esforço de pesca através do uso generalizado de motores e embarcações maiores, além de empregarem mais redes e com malhas menores. A partir da década de 1970, os desembarques, tanto artesanais quanto industriais, começaram a decair em toda a região e o parque industrial passou a operar com ociosidade ainda maior. A situação se agravou na década de 1980 quando, em função da redução dos subsídios e dos incentivos fiscais, muitas empresas entram em falência, concentrando os canais de comercialização e caracterizando uma crise no setor, com reflexos, sociais e ambientais, que podem ser percebidos atualmente.

---

É importante ressaltar que esta reconstituição da evolução dos sistemas pesqueiros, em nível regional e local, colocou ênfase em processos mais gerais e nos sistemas de produção na pesca artesanal que foram mais característicos dos diferentes momentos históricos. Entretanto, como é próprio do processo histórico, estes sistemas de produção, embora mais representativos, não ocorreram de forma exclusiva ao longo do tempo. Um olhar mais atento ao passado da atividade pesqueira demonstra que os sistemas de produção evoluem e se diferenciam, mas que, muitas vezes, formas mais tradicionais persistem, com pequenas modificações, até os dias atuais.

Neste sentido, a diversidade atual em termos de sistemas de produção na pesca e tipos de pescadores no município do São Lourenço do Sul, levantada através dos resultados desta pesquisa e que passa a ser apresentada a seguir, tem origem tanto nos processos gerais que influenciaram a atividade pesqueira ao longo dos anos, e que produziram sistemas de produção cada vez mais “mercantilizados”, como na própria “resistência<sup>65</sup>” a estes processos, através da qual muitas famílias de pescadores desenvolveram estratégias, dentro e fora da pesca, que viabilizaram uma permanência “atualmente adaptada” de sistemas de produção mais tradicionais.

---

<sup>65</sup> O termo resistência assume aqui o sentido proposto por SCOOT (2002), como mecanismos elaborados pelos atores sociais no sentido de resistir às imposições dos projetos “modernizadores”.

Tabela 4: quadro síntese da evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros em São Lourenço do Sul

	<b>Sistema Pesqueiro Indígena</b>	<b>Sistema pesqueiro de subsistência nas Sesmarias</b>	<b>Sistema pesqueiro de abastecimento do povoado</b>	<b>Sistema pesqueiro de “parelhas” não-motorizadas</b>	<b>Sistema pesqueiro “moderno”</b>
<b>Período</b>	Anterior a 1780	1780 até o final do século XIX	Final do século XIX até por volta de 1927	Aproximadamente entre 1915 a 1950.	1950 até os dias atuais
<b>Categorias sociais</b>	Indígenas Arachanes, Tapes, Guaranis.	Escravos, alforriados, peões, agregados.	Famílias de pescadores de origem açoriana.	Famílias de pescadores de origem açoriana.	Famílias de pescadores de origem açoriana.
<b>Localização espacial</b>	Arroios, banhados e margem da Lagoa dos Patos.	Arroios, banhados e margem da Lagoa dos Patos.	Costa próxima da Lagoa dos Patos, nas proximidades do porto. Eventuais incursões até o arroio Caipira e à foz do rio Camaquã.	Principalmente nas ilhas e praias ao longo da Lagoa dos Patos	Ao longo da Lagoa dos Patos, também nas Lagoas Mangueira e Mirim.
<b>Formas de acesso aos equipamentos</b>	Construção artesanal, uso de recursos naturais locais como cipós, fibras, galhos, pedras e dentes de animais.	Construção artesanal, recursos naturais locais combinados com recursos externos como ferro e cordas.	Construção artesanal e aquisição nas casas de exportação do porto	Construção artesanal e compra. Maior uso de equipamentos, surge a categoria social do “patrão”, proprietários dos meios de produção.	Aquisição, fornecimento adiantado pelas indústrias.
<b>Instrumentos e equipamentos</b>	Canoa escavada (piroga), flechas e lanças, anzóis, peneiras, armadilhas, venenos naturais.	Canoa escavada ou com pranchões, pequenas redes, arpões, linhas e anzóis.	Canoas escavadas ou com pranchões, a remo e a vela de algodão, com um ou dois mastros. Bóias de porongo ou corticeira; redes de algodão, linho ou gerbo; tarrafas, anzóis e arpões.	Grandes canoas, geralmente feitas com pranchões de madeira, a vela e a remo. Redes tipo trolhas, de algodão ou linho. Também espinhéis para a pesca de inverno e pequenas redes outras espécies	Botes e lanchas motorizadas, redes de <i>nylon</i> . Equipamentos de navegação, rádios amadores, celulares e, em alguns casos, uso de sondas para localizar cardumes.

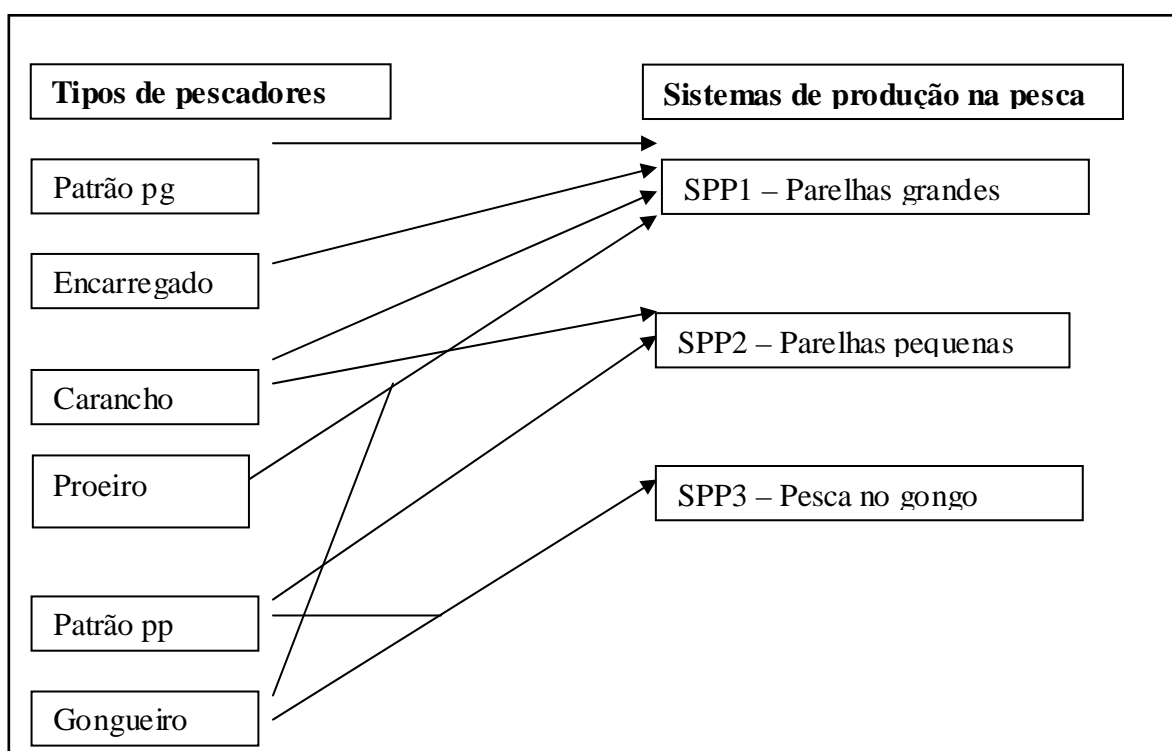
<b>Principais espécies</b>	Diversidade de espécies da época.	Diversidade de espécies da época.	Tainha, bagre, enchova e corvina (alguns metros da praia), além de traíras, jundiás e linguados (nas margens e nos arroios)	Bagre, Miraguaia, Savelha para industrialização. Espécies diversas para consumo familiar e abastecimento mercado local	Tainha, Bagre, Corvina, Linguado, Camarão, Traíra e jundiá.
<b>Estilos de pesca</b>	(?)	(?)	Esperas de redes e anzóis nas margens e arroios. Lances e armações de espera a na costa próxima.	“Terno de costa”, espera ou cerco da savelha, pesca de outras espécies de inverno em espinhéis.	Cerco, lance ou espera para tainha. Arrasto de camarão. Redes de espera para demais espécies.
<b>Relações de trabalho</b>	Trabalho coletivo e divisão de tarefas entre homens e mulheres.	(?)	Trabalho familiar. Homens, na captura. Homens, mulheres e crianças na confecção dos petrechos, processamento e comercialização.	Trabalho familiar no preparo (evisceração e salga) do pescado e subprodutos e na confecção dos petrechos. Divisão dos rendimentos pelo sistema de partes.	Menor envolvimento familiar. Divisão dos rendimentos pelo sistema de partes entre o patrão e os demais tripulantes.
<b>Objetivo/destino da produção</b>	Subsistência.	Subsistência	Consumo familiar e venda de peixe fresco no mercado local.	Comerciantes de peixe salgado e fábricas de conserva. Também para o consumo familiar e mercado local.	Pequena parte para o consumo familiar. Principalmente comercialização junto a indústrias e “atravessadores”.
<b>Fatores de crise do sistema</b>	“Fuga” dos Bandeirantes, instalação das Sesmarias e Charqueadas.	Fim da escravidão e do sistema de charqueadas, imigração alemã e estabelecimento de um mercado local.	Surgem novas formas de processamento e o pescado passa a ser exportado. O aumento da demanda provoca alterações nos sistemas de produção.	Redução dos estoques, novas formas de processamento, novas tecnologias como fios de <i>nylon</i> , barcos maiores e motores mais potentes. Acesso diferenciado a estas tecnologias.	Degradação dos estoques de pescado. Maior diferenciação social entre pescadores. Construção de estratégias diversas de reprodução social.

Fonte: Revisão bibliográfica e Pesquisa de campo (2003 e 2004). Elaborado pelo autor.

## 5 OS ATUAIS SISTEMAS DE PRODUÇÃO NA PESCA ARTESANAL DE SÃO LOURENÇO DO SUL

As informações apresentadas a seguir resultam de 35 entrevistas semi-estruturadas, realizadas com pescadores artesanais de São Lourenço do Sul, entre os meses de junho e agosto de 2004. Os diversos modos de exploração do meio natural empregados pelos pescadores dessa localidade podem ser compreendidos dentro de três diferentes sistemas de produção: o sistema de “parelhas grandes”, o de “parelhas pequenas” e a “pesca no gongo”. Seis diferentes tipos de pescadores interagem na implementação desses sistemas de produção: os “patrões de parelha grande” (patrões pg), os “encarregados”, os “caranchos”, os “proeiros”, os “patrões de parelha pequena” (patrões pp) e os “gongueiros”. Apesar de uma certa arbitrariedade, sempre presente neste tipo de sistematização da realidade, existe uma considerável coerência interna aos sistemas de produção e tipos de pescadores assim estabelecidos e, conseqüentemente, significativas diferenças entre eles. Convém lembrar que esta caracterização se apoiou em “categorias nativas”, indicadas pelos próprios pescadores. O quadro abaixo sintetiza as relações entre pescadores e sistemas de produção.

Quadro 4: Diferentes tipos de pescadores e sistemas de produção na pesca



Fonte: Pesquisa de campo (2004)

## 5.1 A PESCA DAS “PARELHAS GRANDES”

As parelhas grandes constituem o sistema de produção mais representativo do processo geral de evolução da atividade pesqueira, descrito anteriormente. São aquelas unidades de produção que, mediante o aumento da demanda por pescado e a redução dos estoques naturais, optaram por aprofundar ainda mais a lógica de “mercantilização”, ou seja, aumentar a potência e o tamanho das embarcações e empregar maiores quantidades de materiais de pesca e insumos.

Os botes, lanchas e chalupas utilizados neste sistema de produção possuem de 8 a 12 metros de comprimento e capacidade girando em torno de cinco toneladas. Os motores são movidos a diesel, e o modelo mais utilizado apresenta potência de 18 HPs. O pescador proprietário desses meios de produção é chamado pelos demais de “patrão” ou “dono” da parelha, e possui também uma grande quantidade de redes, para pesca de diferentes espécies, alcançando em média 2.200 metros de comprimento.

Esta configuração de meios de produção permite às parelhas grandes implementar diferentes sistemas técnicos de captura (“artes de pesca”) e explorar os mais variados nichos ecológicos. A pesca do camarão é realizada por meio do “arrasto de porta<sup>66</sup>”, que constitui um arrasto de fundo com rede própria para o camarão, cuja boca é mantida aberta pelo uso de pedaços de madeira. Para captura da tainha, pode ser praticada a “pesca de navegação”, na qual a parelha percorre longas distâncias em busca de localizar os cardumes. Quando esses são localizados, a parelha ou realiza um “lance”, largando as redes em frente à direção em que o cardume está se movimentando, ou tenta realizar um cerco. A pesca de navegação, entretanto, é mais propícia para períodos em que a Lagoa se encontra com alta salinidade e, mesmo assim, de acordo com depoimentos dos pescadores, é cada vez mais rara a localização de grandes cardumes. Dessa forma, a pesca mais praticada é a de “espera”, na qual as parelhas se deslocam até encontrar sinais da presença do pescado, ou até os pontos de pesca conhecidos, onde largam as redes para serem colhidas no dia seguinte. Se o ponto de pesca se situa próximo a um ponto de desembarque, as parelhas montam acampamento. Se não, pernoitam na própria embarcação, ancorada em meio à Lagoa. As redes podem ficar na superfície, para captura da tainha, ou no fundo, pelo uso de pequenas âncoras de ferro, para captura de corvinas, bagres e linguados.

---

<sup>66</sup> O arrasto de fundo, apesar de proibido na Lagoa dos Patos, constitui o principal sistema técnico empregado na captura do camarão pelas “parelhas grandes” nesta comunidade pesqueira, fato este gerador de inúmeros conflitos entre os pescadores e os órgãos de fiscalização.

Embora não ocorra com muita frequência, as parselhas grandes podem também praticar a pesca de espécies que habitam a costa próxima da Lagoa dos Patos, como a traíra e o jundiá. O tamanho das embarcações e a potência dos motores possibilitam até que as parselhas grandes abandonem a Lagoa dos Patos pela Barra de Rio Grande, para prática da pesca costeira oceânica, visando à captura de espécies como a pescada, a pescadinha<sup>67</sup> e o papaterra.

Esse sistema de produção apresenta um alto potencial de captura. Quando as condições são propícias à pesca no estuário da Lagoa dos Patos, não raro são realizadas pescarias de duas ou mais toneladas por embarcação. Isto decorre de sua elevada estrutura de capital (o Capital Imobilizado – KI – em equipamentos e ferramentas alcança, em média R\$ 16.700,00) e seu alto grau de “mercantilização” (o Consumo Intermediário – CI – que representa o gasto com insumos, como diesel e gelo, e o pagamento dos demais pescadores, alcança em média R\$ 14.800,00 por safra), que resultam em uma imobilização anual, em média, superior a R\$ 31.500,00.

Apesar de poder atuar em diversas situações, em função do seu alto custo de operação, constitui um sistema altamente dependente da entrada dos cardumes do oceano, os quais representam a possibilidade de capturas mais expressivas, permitindo às “parselhas grandes” desempenharem seu potencial. Convém lembrar que a entrada desses cardumes é um fenômeno que se produz na interação de diversas variáveis: em primeiro lugar é preciso que a Lagoa apresente a salinidade adequada, a qual é produzida pela entrada de água do oceano, que ocorre em função de uma combinação entre a pluviosidade do período em toda bacia de contribuição, o nível da lagoa e a ação dos ventos. De maneira geral, invernos pouco chuvosos reduzem o nível da lagoa e, quando sopram com mais intensidade, no inverno e na primavera, os ventos de sul e sudoeste, a água do oceano é conduzida para o interior da lagoa. Se as condições de baixa pluviosidade persistem até o verão, o estuário da lagoa permanece “salgado”, fornecendo condições para a penetração e rápido crescimento de espécies de interesse para a pesca artesanal, como o camarão e a tainha, quando então são realizadas expressivas capturas.

As entrevistas levantaram informações da safra de 2003, que nesta região ocorreu, oficialmente, de 1º de outubro de 2003 até 31 de maio de 2004. Essa safra iniciou mantendo a condição de “lagoa doce” que se repetia já durante quatro anos; somente no final da safra a

---

<sup>67</sup> *Macrodon ancylodon*.



condição de salinidade melhorou um pouco e foram realizadas algumas capturas expressivas de tainhas.

O Produto Bruto (PB) médio das parelhas grandes nessa safra, que é a multiplicação do volume total capturado pelo preço recebido, foi de R\$ 23.700,00. Outro indicador importante para avaliar o sistema é a Produtividade do Trabalho (VAB/UTH<sub>tp</sub>). O Valor Agregado Bruto (VAB) corresponde à riqueza bruta produzida pelo sistema de produção, ou seja, o Produto Bruto descontado do valor dos insumos e serviços de terceiros utilizados no decorrer da safra. A produtividade do trabalho indica, portanto, a riqueza produzida pelo total de mão-de-obra, em termos Unidade de Trabalho Homem empregada na pesca (UTH<sub>tp</sub>), e nesse sistema de produção, alcançou, em média, 3.149,34 R\$/UTH<sub>tp</sub>/ano.

A mão-de-obra empregada no sistema de parelhas grandes depende também em parte das condições ambientais. Em épocas de “lagoa salgada”, a tripulação é composta do “patrão” e mais dois ou três pescadores; nas maiores parelhas a tripulação total pode alcançar até cinco pescadores. Nas épocas de “lagoa doce”, em função das capturas menores e para reduzir custos, embarcam o “patrão” e mais um ou dois pescadores. Na safra de referência da pesquisa, o sistema empregou, em média, 2,8 UTH, das quais 1,20 UTH representam a mão-de-obra “contratada” (UTH<sub>c</sub>), ou seja, os demais pescadores que compõem o grupo de pesca, além do “patrão”. Importante lembrar que a quantidade de mão-de-obra “contratada” parece relativamente baixa, mas deve-se ao fato de que é calculada com base no trabalho dos “proeiros” e “caranchos” durante oito meses do ano (ou seja  $8/12 = 0,66$  UTH) nos quais a pesca é permitida. Somente ao “patrão” que, além de trabalhar na “safra”, se envolve com outras atividades relativas à manutenção da “parelha” durante o período de proibição, é que se atribui o valor de uma UTH ao longo do ano dedicada ao sistema de produção.

Percebe-se, portanto, que a unidade de produção na pesca não corresponde, na maioria das vezes, à unidade familiar. O grupo de pesca é formado por relações de vizinhança ou parentesco distante, raramente os filhos dos pescadores que possuem uma parelha grande trabalham junto com o pai. As esposas dos pescadores, em alguns casos, desempenham funções relativas à pesca, como a comercialização direta na própria casa do pescador e o conserto das redes.

Entretanto, apesar de não poder ser caracterizado como familiar, esse sistema de produção também não se enquadra em uma lógica empresarial típica. O grupo de pesca constitui uma sociedade de co-participação, as relações de trabalho não são formais e não existe assalariamento. A divisão da produção ocorre no sistema de partes, via acordos entre os tripulantes, os quais giram em torno de um padrão socialmente construído. As decisões sobre

o processo de trabalho (“que rumo tomar”, “onde largar as redes”) são de responsabilidade do “patrão”, mas os conhecimentos dos demais pescadores, especialmente se tiverem maior experiência, é levado em conta.

Entre os demais componentes da parelha, além do “patrão”, existem duas categorias diferentes de pescadores: “proeiros” e “caranchos”. Em alguns casos, ainda, o “patrão” pode ser substituído pela figura do “encarregado”. Características destes diferentes tipos de pescadores serão apresentadas mais detalhadamente no próximo tópico. Por hora, destacam-se apenas os aspectos de importância para compreensão do papel desempenhado por eles junto aos sistemas de produção.

Os “proeiros” participam com seu trabalho nas atividades da parelha e em remuneração ganham uma parte da produção. Cada jornada de trabalho das parelhas grandes corresponde a um período de quatro a seis dias de pesca, por semana, na lagoa e, no retorno, é realizada a comercialização da produção em uma indústria sediada no município ou em um entreposto mantido pela Colônia de Pescadores Z-8. Como o volume de pescado geralmente é bastante expressivo, os pescadores não dispõem de meios para armazenar, e comercializam toda produção no momento em que aportam de volta em São Lourenço, retirando apenas uma porção para o autoconsumo. Neste momento, o “patrão” desconta um volume de pescado destinado a pagar os custos da semana, como o rancho, o diesel e o gelo. O restante da produção, que corresponde ao Produto Líquido (PL), é dividido conforme acordado com a tripulação, geralmente em oito a dez partes<sup>68</sup>, ficando uma para remunerar o trabalho de cada pescador, incluindo o “patrão”, e o restante para a “parelha”, ou seja, para cobrir custos de manutenção e depreciação dos equipamentos e para remunerar o capital do “patrão”. Dessa forma, a remuneração dos proeiros gira em torno de 1/8 a 1/10 do Produto Líquido.

Os “caranchos” constituem um grupo de pescadores que dispõem de algumas redes de pesca. Quando embarcam com uma parelha, levam consigo suas redes (dentro de um limite máximo estipulado pelo “patrão”), mas trabalham no conjunto de tarefas demandadas pela parelha. O sistema de partilha é alterado, ao invés da parte, o carancho recebe “o peixe que cair em suas redes”, além de uma pequena participação, que varia ao redor de 2,5% do

---

<sup>68</sup> Eis um exemplo hipotético, que permite entender melhor o sistema de partilha: suponha-se que uma parelha, de 4 tripulantes (“patrão” mais 3 “proeiros”) capturou 1.000 kgs. de tainha, os quais, a preços de 2003, resultaram em R\$ 1.250,00. Considere-se que esta “parelha” trabalha com a divisão em 10 partes. Então, se se descontar R\$ 350,00 de gastos com insumos e alimentação, cada proeiro receberá R\$ 100,00 por seu trabalho durante os dias em que a parelha esteve pescando. O patrão também receberá uma parte de R\$ 100,00 por seu trabalho, além das 5 partes restantes, destinadas a cobrir custos de manutenção e depreciação e remunerar o capital do “patrão”.

Produto Bruto total da parelha. Via de regra, a remuneração desta categoria acaba superando à dos proeiros.

Como existe um limite em relação à quantidade de redes que a parelha pode empregar, o qual é dado tanto pela legislação como pela própria capacidade de trabalho do sistema, os “patrões” alternam estratégias diferenciadas em relação à sua tripulação. Em safras melhores, é mais interessante para o “patrão” arregimentar “proeiros”, uma vez que pode empregar todas suas redes e se apropriar de uma parcela maior do Produto Líquido. Em épocas de “pescaria incerta”, prefere diminuir um pouco o uso de suas redes e trabalhar com “caranchos”, de forma que se exime da necessidade de dividir o Produto Líquido.



Fotos 3 e 4: “parelhas grandes”.

Importante destacar que as “parelhas grandes”, ao passo que apresentam o maior potencial de captura, também apresentam os maiores custos para operar. Sua eficiência técnica depende, portanto, da salinidade no estuário e da entrada de cardumes do oceano. É um sistema de produção que apresenta riscos maiores, uma vez que não existe previsibilidade em relação à ocorrência destas condições. No período em que foram realizadas as entrevistas, estas condições não se faziam presentes de forma constante há pelo menos 4 safras, motivo pelo qual muitas parelhas vinham encontrando dificuldades de fazer a manutenção dos meios de produção. Embora os dados coletados tenham como referência uma safra de baixa disponibilidade de pescado, é possível inferir, ao menos em tese, que, em safras melhores, como a que ocorreu no ano 2004 (posterior ao período de referência da pesquisa), as “parelhas grandes” conseguem expressar seu potencial de produção e melhorar indicadores como os de Produto Bruto e Produtividade do Trabalho, em comparação aos demais sistemas de produção na pesca.

## 5.2 A PESCA DAS “PARELHAS PEQUENAS”

Este sistema de produção utiliza basicamente o mesmo tipo de equipamentos e insumos que as “parelhas grandes”, porém em dimensões menores. As embarcações (botes, lanchas e caícos) variam entre 4,7 a 8,8 metros, e os motores têm uma potência média de 8,5 HP. O pescador proprietário destes meios de produção é chamado também de “patrão” ou “dono” da parelha, e possui uma quantidade de redes menor que a dos “patrões de parelha grande”, em média 38 redes, ou o equivalente a aproximadamente 760 metros.

Se as diferenças entre parelhas grandes e pequenas fossem apenas de escala, não se justificaria a separação em um outro sistema de produção. O fato é que estas diferenças são responsáveis por mudanças significativas em relação aos ambientes em que as “parelhas pequenas” podem atuar, aos sistemas técnicos de pesca que podem desempenhar e, também, sobre as relações de trabalho estabelecidas entre o grupo de pesca que é formado.

Em função do tamanho reduzido das embarcações e da menor potência dos motores, as “parelhas pequenas” não realizam a “pesca de navegação” ou “pesca de meio de lagoa”, ou seja, não podem percorrer grandes distâncias à procura de cardumes. A pesca é praticada então no sistema de “acampamento”: as parelhas deslocam-se até locais de pesca, relativamente distantes do município e montam acampamento nas ilhas e margens da lagoa. Em épocas de lagoa doce, se dedicam à pesca de espécies como a traíra, a viola e o jundiá, as redes são colocadas na margem e são revisadas e trocadas de lugar todos dias. Em épocas de água salgada, a Ilha do Canal Novo é bastante procurada, pois permite o acampamento e, por estar próxima ao canal, a pesca da tainha no sistema de espera.

A dinâmica de “salga” da lagoa é bastante complexa. Além da combinação de aspectos ambientais já comentada, a água salgada entra na lagoa de forma gradual, e junto com ela as espécies de pescado provenientes do oceano. Segundo os pescadores, a lagoa “salga” primeiro em sua porção central, através do fluxo maior de água salgada que ocorre nos canais e nas partes mais profundas. Somente se as condições se mantêm, a lagoa “salga” também nas margens, expulsando para os banhados e arroios as espécies de água doce e proporcionando que as espécies do oceano ocupem estes espaços. Dessa forma, o sistema de produção das “parelhas pequenas” pode alternar a pesca em acampamentos nas margens, geralmente visando espécies de água doce, e eventualmente as espécies do oceano, quando as condições de salinidade atingem estes espaços, com a pesca na ilha do Canal Novo, tão logo o meio da lagoa se apresente salgado.

As “parelhas pequenas” também podem realizar a pesca nas proximidades do município, reduzindo o número de tripulantes a no máximo dois pescadores, que, diariamente, se deslocam até as redes, retiram o pescado, mudam as redes de local e retornam para casa.

Outra estratégia bastante empregada pelas “parelhas pequenas” é o deslocamento, até a Lagoa Mangueira, para a pesca da traíra, viola, jundiá e peixe-rei, onde permanecem acampados por longos períodos, seguidamente mais de três meses.

Na pesca da Lagoa Mangueira, a comercialização é feita com os “atravessadores” do local. Da mesma forma, quando acampam na ilha do Canal Novo e da Feitoria, que se encontram muito distantes de São Lourenço do Sul para retornar toda semana. Nas proximidades de São Lourenço os pescadores deste sistema de produção têm mais opções. Quando o volume capturado é expressivo, parte pode ser entregue para indústria ou ao entreposto da Colônia Z-8. Entretanto, como geralmente os volumes são mais reduzidos, muitas famílias fazem o processamento na forma de filé e armazenam em freezer de sua propriedade. Este produto, embora informal, é comercializado através de canais alternativos, para compradores de Porto Alegre e Região Metropolitana, e para a população local.

Outra característica marcante desse sistema de produção tem origem na quantidade limitada de redes de propriedade do “dono” da parrelha. Como consequência, ele busca constituir o grupo de pesca junto com outros pescadores que também possuem redes, ou seja, os “caranchos”. Neste caso, entretanto, a partilha da produção ocorre de forma diferenciada. O “dono” da parrelha e os “caranchos”, geralmente, dividem os custos e a produção de acordo com a proporção de redes que cada um dispõe, formando um arranjo mais próximo a uma “sociedade” de pesca do que aquele representado pelas “parelhas grandes”. Dessa forma, o “dono” da embarcação e do motor, embora ainda assuma o papel de comando do processo de trabalho, tem reduzido o caráter de “patrão” observado nas “parelhas grandes”.

Outro aspecto interessante é que, nas “parelhas pequenas”, mais freqüentemente a unidade de produção corresponde à unidade familiar, ou seja, mais seguidamente os filhos (e/ou parentes próximos) trabalham junto com o pai. As esposas desempenham funções importantes relativas à pesca, como o processamento e a comercialização direta do pescado, a reforma das redes e até mesmo embarcando para pescar junto com a família. Esta é uma estratégia adotada especialmente quando existe mão-de-obra disponível na família, e tendo em vista evitar a repartição do Produto Bruto.

Esse sistema demanda menos mão-de-obra, de uma a três pessoas, dependendo da disponibilidade de pesca. Em média, para o período de referência da pesquisa, utilizou 2,03

UTH durante a safra. Contrata menos mão-de-obra, pois, conforme observado, emprega mais o trabalho familiar e estabelece parcerias com pescadores “caranchos”.



Fotos 5 e 6: “parelhas pequenas”

As “parelhas pequenas” demandam uma significativa estrutura de capital (KI médio, em equipamentos e ferramentas = R\$ 6.800,00) e apresentam um nível intermediário de “mercantilização” (CI médio = R\$ 4.500,00). Estes indicadores combinados resultam em um capital imobilizado anualmente, em média, superior a R\$ 11.300,00.

A produtividade do trabalho (VAB/UTHp) nas “parelhas pequenas” decai bastante, atingindo aproximadamente a metade da observada nas “parelhas grandes”, ou seja, 1.325,56 R\$/UTHp/ano. Por trabalhar com um gasto considerável em insumos e apresentar algumas limitações técnicas em relação ao potencial de captura, esse sistema de produção trabalha com uma margem menor, o Rendimento do Trabalho (a renda gerada por UTH empregada na pesca) atinge uma média de apenas 777,94 R\$/UTHp/ano, o que implica, conforme será aprofundado posteriormente, em uma maior “diversificação” de atividades por parte das famílias.

Por outro lado, o fato de se adequar a diferentes condições de salinidade da lagoa, alternando a pesca de espécies de água doce e de água salgada, e também por apresentar um custo relativamente menor que as “parelhas grandes”, confere a esse sistema, em tese, resultados mais estáveis, ou uma maior “resiliência” em relação à variação das dinâmicas naturais que influenciam as safras pesqueiras na Lagoa dos Patos.

### 5.3 A PESCA NO “GONGO”

A pesca no “gongo” pode ser compreendida como a permanência “atualmente adaptada” de um sistema de produção que já foi mais representativo no passado. Os pescadores que operam este sistema de produção, os “gongueiros”, utilizam pequenas embarcações, caícos, geralmente ao redor de cinco metros de comprimento, os quais são movidos à vela e a remo. Possuem, em média, apenas 32 redes (aproximadamente 640 metros).

Com estes equipamentos, os pescadores não podem se afastar muito nem da costa da lagoa, nem da sede do município. Praticam a pesca nos juncais ou a pequenas distâncias da costa da lagoa, e nos banhados e arroios próximos. Desta forma, adaptam aos dias atuais o sistema de produção mais representativo do início do século XX, quando da formação do município. A disponibilidade de pescado, evidentemente, é bastante diferenciada da época, quando, segundo relatos de pescadores mais antigos, “com 3 ou 4 redes, lotava o caíco de peixe”.

Atualmente, as espécies buscadas para comercialização são a traíra, o jundiá, e, quando a salinidade atinge as margens da lagoa, tainhas e bagres. Em determinada época, quando os linguados procuram a margem da Lagoa, são realizadas capturas expressivas deste pescado de alto valor comercial. Para os pescadores que trabalham nesse sistema de produção, outras espécies que habitam a margem da lagoa, como o biru e o pintado, que possuem valor comercial praticamente nulo, adquirem importância para o autoconsumo.

Para viabilizar esse sistema de pesca, os “gongueiros” tiveram também que buscar canais alternativos de comercialização, uma vez que espécies como a traíra e o jundiá eram muito desvalorizadas pelos canais de comercialização tradicionais. Ainda que informalmente, esses pescadores realizam o processamento e armazenamento desses pescados, para serem vendidos à população local e, em maiores volumes, para compradores de Porto Alegre e Região Metropolitana, que abastecem pequenos restaurantes, peixarias e mercados. Alguns pescadores que estabeleceram em suas casas pequenas “peixarias” informais constituem também um canal de comercialização para os “gongueiros”, especialmente para o filé de traíra.

Nesse sistema, a unidade de produção coincide com a unidade familiar. O sistema de pesca em si demanda menos mão-de-obra, a pesca muitas vezes é realizada pelo pai sozinho ou na companhia de um filho, que, no processamento, comercialização e reparo dos materiais de pesca, contam com o trabalho da mulher pescadora. Entretanto, os demais filhos

geralmente também trabalham na pesca, embarcando como “proeiros” nas “parelhas grandes”. Não ocorre repartição do Produto Bruto, todo resultado da pescaria é retido pelo núcleo familiar. Seguidamente os filhos constituem família e continuam a morar, em peças ou residências próprias, no mesmo terreno dos pais.



Fotos 7 e 8: “pesca no gongo”.

Em função da maior “artesanalidade<sup>69</sup>” dos meios de produção, esse sistema demanda menor estrutura de capital (KI médio, em equipamentos = R\$ 3.120,00) e o gasto com insumos é bastante reduzido (CI médio < R\$ 280,00/ ano), o que resulta em um capital imobilizado anualmente de R\$ 3.400,00. A Produtividade do trabalho nesse sistema é de apenas 953,00 R\$/UTHp/ano. As famílias que trabalham com esse sistema são aquelas que, entre os pescadores, enfrentam maiores dificuldades econômicas, e a “pesca no gongo” assume grande importância relativa, além da geração de renda, na segurança alimentar das famílias, de forma que o Produto Bruto destinado ao autoconsumo chega a representar 17% do Produto Bruto total. Nas famílias que trabalham com “parelhas pequenas”, este valor é de aproximadamente 8%, e nas que trabalham com “parelhas grandes”, de apenas 1,87%.

---

<sup>69</sup> Pequenas embarcações, muitas vezes construídas pelos próprios pescadores, movidas a vela e a remo.



## **6 OS PESCADORES DE SÃO LOURENÇO DO SUL E SUAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL**

A partir da década de 1990, com os impactos sociais e ambientais causados pelo modelo de desenvolvimento do setor pesqueiro, implementado durante a ditadura militar, começam a surgir novas iniciativas de políticas públicas, mais específicas para a pesca artesanal. O avanço da legislação ambiental estipulou períodos de proibição da pesca, os chamados “defesos”. Como medida compensatória, a Lei nº 8.287 de 20 de dezembro de 1991, institui o seguro desemprego para a pesca artesanal, concedendo ao pescador o direito de receber um salário mínimo a cada mês em que a pesca está proibida. Os pescadores artesanais passam também a se enquadrar como beneficiários do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), criado através do Decreto-Lei nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Em nível regional, a partir de 1998, o programa RS Rural cria uma linha específica para a pesca artesanal.

A consolidação dos “pescadores artesanais” como uma categoria social, objeto de políticas públicas, ao mesmo tempo que promoveu algumas conquistas, também gerou a demanda de conhecimentos mais aprofundados sobre esse grupo social. As definições e os critérios de enquadramento dessas políticas públicas assumem um caráter normativo, próprio da necessidade de se aplicar um “recorte” ao público-alvo, no sentido de definir, entre um universo de potenciais beneficiários, aqueles que terão acesso às políticas.

Neste sentido, mesmo tendo presente que a elaboração de uma tipologia sempre constitui uma representação limitada da realidade, esta se justifica no sentido de “trazer à tona” a diversidade que existe internamente ao grupo social – pescadores artesanais – freqüentemente tomados de forma homogênea. A separação destes em grupos distintos, tomando como base categorias construídas junto aos próprios pescadores, e por eles utilizadas em seu cotidiano, contribui para avaliar os impactos diferenciados, não apenas das políticas públicas, mas também de outros aspectos, como aqueles relacionados a questões ambientais ou técnico-produtivas, que também influenciam a reprodução social dessas famílias de pescadores artesanais.

A seguir, apresentam-se os diferentes tipos de pescadores identificados na comunidade pesqueira de São Lourenço do Sul, destacando-se características particulares de cada tipo e as estratégias implementadas no sentido de assegurar a reprodução social, tanto aquelas vinculadas aos sistemas produtivos, como aquelas construídas “fora da pesca”.

## 6.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

### 6.1.1 “Patrões de parelha grande” (patrões pg)

São os pescadores responsáveis por comandar a implementação do sistema de produção na pesca das “parelhas grandes” que, conforme apresentado, detêm a maior estrutura de capital e o maior grau de mercantilização. Possuem a propriedade de barcos de grande porte para a pesca artesanal, motores e uma quantidade significativa de redes.

Na maioria dos casos, os filhos não seguem a atividade da pesca, trabalham em outras profissões e montam residência própria. Apesar de o pescador e, em alguns casos, sua esposa, dedicar-se quase exclusivamente à pesca, para implementar o sistema de produção o “patrão pg” precisa formar o grupo de pesca junto com outros pescadores da comunidade, os quais não dispõem dos meios de produção. Ou seja, a UTH familiar alcança, em média, 1,75 UTH, da qual 92,86% dedicada à pesca ( $UTH_{fp} = 1,61$  UTH). Esta configuração de mão-de-obra familiar dedicada à pesca é insuficiente, o que demanda a contratação de 1,2 UTH.

A renda da pesca (RP) representa em média 62% da renda total familiar (RT) desse pescador. As diversificações ocorrem principalmente “dentro da pesca”, alternando sistemas técnicos de captura, em alguns casos beneficiando e vendendo direto a consumidores. “Fora da pesca”, eventualmente esse grupo busca outras fontes de renda através de aluguéis e do trabalho em empreitadas. Dessa forma, a renda de atividades não-pesqueiras (RA<sub>NP</sub>) corresponde apenas a 10% da RT. A renda auferida via políticas sociais (RPS) é maior em comparação aos outros tipos, em média R\$ 2.605,71/ano, principalmente aposentadorias e seguro desemprego da pesca, e perfaz 28% da RT. O fato de todos estarem (e provavelmente terem estado, ao longo do tempo) documentados na profissão é uma das explicações para o alto grau de acesso às políticas sociais, que lhes confere maior estabilidade econômica.

Das políticas públicas de fomento à atividade produtiva, como o RS Rural Pesca Artesanal e o PRONAF, esses pescadores receberam em média R\$ 1.320,00/pescador nos últimos anos. Este constitui o segundo maior valor, portanto, esses pescadores se encontram entre os que mais têm acessado esses recursos. Uma das explicações para tanto é o fato de que

possuem a documentação que regulamenta a profissão, além de disporem de uma representação mais forte junto aos mediadores locais destas políticas públicas, principalmente o presidente da Colônia de Pescadores. Apesar disto, esse volume de recursos não produz mudanças significativas para o sistema de produção implementado por esses pescadores, o que reduz o potencial de impacto dessas políticas públicas.

### **6.1.2 “Patrões de parelha pequena” (patrões pp)**

Os “patrões pp” constituem um tipo de pescador que vem aumentando sua representatividade recentemente, por intermédio do acesso a políticas públicas, especialmente o PRONAF. Constituem o grupo que mais utilizou este tipo de financiamento. Cada pescador recebeu, média R\$ 3.457,14 para investimentos nos últimos anos, incluindo muitos financiamentos com retorno. Esses recursos permitiram a diferenciação social desse tipo de pescador, antigos proeiros e/ou gongueiros, pois foram aplicados na compra de barcos e/ou motores para formação das “parelhas pequenas”.

Esse tipo de família de pescadores dispõe de um volume maior de mão-de-obra familiar, em média 2,02 UTH, geralmente o marido e a esposa ou, mais freqüentemente, um filho homem. Esta mão-de-obra familiar é 87% dedicada à pesca, ou seja, a UTH<sub>f</sub> é de 1,66. Em função da limitação de renda e trabalho do sistema de produção praticado, os indivíduos buscam atividades também fora da pesca. Como os filhos trabalham mais freqüentemente com os pais no sistema de produção, o qual demanda menos mão-de-obra que as “parelhas grandes”, a UTH contratada é menor que a observada no sistema de produção anterior, em média apenas 0,37 UTH. Quando não existe disponibilidade de mão-de-obra familiar, o “grupo de pesca”, de 2-3 pessoas, é formado com “companheiros”, que levam suas redes e dividem custos e produção, perdendo o caráter de mão-de-obra contratada.

A renda da pesca (R\$ 1.506,85) representa em média apenas 37% da RT. As diversificações são mais freqüentes “fora da pesca”, com empregos temporários ou fixos dos filhos na construção civil e das esposas em “serviços de faxina”. Como o sistema de produção apresenta limitação em termos de renda, a busca de atividades não-pesqueiras representa até 21,15% da RT. Como alternativas “dentro da pesca”, algumas famílias beneficiam e vendem o pescado direto aos consumidores. Apesar do valor absoluto menor em comparação ao tipo anterior, é relativamente maior a importância de políticas sociais, como o seguro desemprego e aposentadorias, alcançando, em média, R\$ 1.774,29/ano, o que representa 41,72% da RT.

Apesar da importância do acesso aos financiamentos, não foi realizada uma análise mais aprofundada desses investimentos. Os recursos não foram suficientes para a quantidade de redes necessárias para viabilizar economicamente o sistema, obrigando formar novos arranjos produtivos com outros pescadores que também possuem redes, gerando uma repartição do produto bruto, com impactos na renda dos “patrões pp”. Foram constatadas já algumas dificuldades de pagamento dos financiamentos.

### **6.1.3 “Gongueiros”**

Para este tipo de pescador, a unidade de produção na pesca corresponde, mais freqüentemente, à unidade familiar. A UTH familiar é bastante elevada, em média de 3,2 UTH, 100% dedicada à pesca, no próprio sistema de produção, ou em outros. Como a “pesca no gongo” nem gera renda suficiente nem absorve toda mão-de-obra familiar, pais e filhos homens diversificam “dentro da pesca”, alternando o trabalho “no gongo” com a atividade de proeiros nas “parelhas grandes”, sempre que esta se apresenta interessante. Também praticam a venda direta aos consumidores ou a busca de canais de comercialização alternativos, como a venda do filé de traíra para compradores de Porto Alegre e Região Metropolitana.

A renda da pesca (R\$ 1.940,26) representa em média aproximadamente 44% da RT. As diversificações em atividades não-pesqueiras representam 12,28% da RT, oriundas majoritariamente de trabalhos esporádicos. A importância de políticas sociais para a renda da família, é, também, elevada: em média R\$ 2.240,00/ ano, advinda principalmente do seguro desemprego, e representa 43,76% da renda total da família.

O acesso a financiamentos para produção é relativamente menor, em média apenas R\$ 450,00 nos últimos anos. Esses recursos permitiram, ao menos nos casos estudados, aumentar um pouco a quantidade de redes e alguma melhora nas pequenas embarcações, mas não teve influência em relação à diferenciação social desse tipo de pescador. Os recursos do seguro desemprego tiveram mais importância neste sentido, sendo relatado sua destinação para aquisição de “caícos”, de maneira que a família deixou de ser apenas de pescadores “proeiros” ou “caranchos”, e pôde passar a trabalhar na “pesca de gongo”.

#### 6.1.4 “Encarregados”

“Encarregados são pescadores que colocam em prática o sistema de “parelhas grandes”, entretanto não possuem os meios de produção para tanto. Isto é possível em duas situações distintas: em um caso o “encarregado” propõe o “aluguel” dos meios de produção de um “patrão de parrelha grande”, a qual se encontra fora de atividade. Ele passa a desempenhar o papel de “patrão” daquela embarcação, mediante pagamento de aproximadamente 3-4 partes do produto líquido obtido na pesca, como aluguel. No outro caso, o “patrão da parrelha”, não mais tendo interesse em participar do processo de trabalho, elege um pescador, aquele de sua maior confiança, para “encarregado”. Esse pescador passa a receber uma “parte” a mais na repartição do produto líquido, por desempenhar esta função. Embora nos dois casos a concepção se apresente de forma diferenciada, os resultados econômicos são semelhantes, pois fica assegurada ao proprietário dos meios de produção 3-4 partes do produto líquido da pesca, o que lhe garante recursos para manutenção e depreciação dos equipamentos e para remuneração de seu capital, ao passo que o “encarregado” tem um pequeno aumento na renda, por incorporar a “parte” que caberia ao “patrão” por seu trabalho na equipe, ou, como dizem os pescadores, “a parte do corpo”.

Mais frequentemente os filhos dos encarregados também trabalham na pesca. Resulta que a UTH familiar dedicada à pesca ( $UTH_{fp} = 1,75$ ) é ligeiramente superior à dos “patrões pg”. A renda da pesca (R\$ 3.757,58) corresponde a 67,56% da RT. A renda de atividades não-pesqueiras também é importante, 25,48% da RT. A renda de políticas sociais é menos significativa para esse grupo, de apenas 6,96% da RT.

Esses pescadores utilizaram em média apenas R\$ 450,00 em financiamentos a fundo perdido para investimento produtivo nos últimos anos. Esses recursos não foram suficientes para aquisição dos meios de produção, o que lhes obriga a continuar “arrendando” as parrelhas.

#### 6.1.5 “Caranchos”

“Caranchos” são pescadores que possuem apenas a propriedade de um número reduzido de redes, entre 10-15, e que trabalham embarcados mais frequentemente em “parelhas grandes”, constituindo, junto com os “proeiros” e o “patrão” ou “encarregado”, a mão-de-obra necessária à implementação deste sistema de produção.

O fato de trabalhar em uma unidade de produção de propriedade de outro pescador faz com que a mão-de-obra familiar não se dedique exclusivamente à pesca ( $UTH_f = 2,13$  e  $75,86\%$  dedicada à pesca). Como a UTH familiar dedicada à pesca é de apenas, em média,  $1,44$  UTH, existe teoricamente a liberação de  $0,79$  UTH ( $UTH_f - UTH_{fp} = 2,13 - 1,44 = 0,79$ ) para atividades não-pesqueiras, o que produz uma renda significativa para estas famílias ( $RA_{tNP} = R\$ 2.214,56/\text{ano}$ ). A utilização de valores médios, nesse caso, pode “ocultar” estratégias diferenciadas. Na maioria das entrevistas observou-se, de fato, uma “diversificação” de atividades fora da pesca. Entretanto, em alguns casos, os demais membros da família, embora não coordenem a implementação de um sistema de produção, também desenvolvem atividades relacionadas à pesca. Nestes casos, os filhos também trabalham como “caranchos” e/ou “proeiros”, e a esposa, nas demais lidas da pesca, caracterizando a identidade da família enquanto pescadores artesanais.

São pescadores que historicamente trabalharam como proeiros, ou seja, apenas com o conhecimento e a venda da força de trabalho. Ao adquirirem redes, por meio de pequenos recursos disponibilizados a fundo perdido pelo RS Rural Pesca Artesanal, estabeleceram outras formas de participação nos sistemas de produção. O “carancho” leva suas redes junto com as da parelha, e “o peixe que cair nestas é dele”. Para justificar seu embarque, “trabalha para o bolo”, ou seja, participa do trabalho de colocar e recolher as redes, localizar os cardumes, etc, de toda parelha. Em muitos casos, ainda recebe uma pequena participação sobre o PB da parelha, além do peixe de suas redes.

Nas parelhas pequenas, os caranchos tornam-se “companheiros de pesca”, dividindo custos e produção, inclusive muitas vezes com resultados melhores que os “patrões pp” se contabilizados custos com manutenção e depreciação. Resulta que apresentam a segunda maior renda da pesca ( $R\$ 4.811,87$ ). Além disso, tem um bom acesso às políticas sociais, em média  $R\$ 2.133,33/\text{família/ano}$ ,  $21,26\%$  da RT. Ainda, existe significativa liberação de MO familiar para atividades não-pesqueiras, que geram em média  $22,22\%$  da RT. Dessa forma, embora com uma considerável dispersão interna em relação ao grupo, a RT média é a mais elevada entre os demais tipos de pescadores, perdendo apenas para os “patrões pg”.

Os resultados interessantes em termos de renda desse tipo de pescador se devem ao impacto positivo de pequenos financiamentos concedidos a fundo perdido. Eles receberam em média  $R\$ 1.011,11$  que foram destinados, na maioria dos casos, para compra de redes, permitindo uma diferenciação social de “proeiros” para “caranchos”.

### 6.1.6 “Proeiros”

Os “proeiros” são pescadores que não possuem os meios de produção, apenas o conhecimento, o “saber-fazer” da profissão. Constituem a MO contratada nas “parelhas grandes”. Apresentam a menor UTH familiar, apenas 1,25, sendo 80,91% dedicada à pesca. Entre as entrevistas realizadas foram identificados dois perfis de proeiros: pescadores de idade avançada, experientes na atividade, mas que não tiveram acesso a recursos para adquirir redes, por exclusão frente a critérios de políticas públicas ou por não estarem documentados, e não se diferenciaram em “caranchos”. Outros são jovens, começando na profissão, recém constituindo família, com filhos novos (esposas trabalham “em casa”) e que também não acessaram recursos para compra de redes por não disporem de documentação ou por serem excluídos dos critérios de “elegibilidade” dessas políticas, em função de empregos temporários fora da pesca (um dos critérios de acesso é a dedicação “exclusiva” à pesca, critério que acaba por excluir, muitas vezes, aqueles que mais necessitam desse auxílio).

A renda da pesca é a terceira mais baixa, em função do sistema de divisão por partes praticado nas “parelhas grandes”. A renda total é a mais baixa entre todos tipos de pescadores, pois a estrutura das famílias disponibiliza pouca MO para diversificar em outras atividades, geralmente é o próprio pescador que trabalha em empregos temporários, e, ainda assim, a renda de atividades não-pesqueiras representa 40,15% da RT. Além disso, esse grupo é o que menos acesso tem às políticas sociais, principalmente em função da não documentação profissional (RPS = R\$ 336,00 /família /ano ou apenas 6% da RT).

Apesar de constituir o grupo com menor renda total, esse pescador não teve acesso às políticas públicas para financiar materiais de pesca, de maneira que não houve possibilidade de diferenciação social. Os “proeiros” jovens não tiveram condições de acesso às conquistas recentes da categoria, como o seguro desemprego, por falta de documentação profissional.

Tabela 5: Resumo dos principais indicadores socioeconômicos utilizados na caracterização dos diferentes tipos de pescadores artesanais de São Lourenço do Sul.

	“Patrão PG”	“Patrão PP”	“Gongueiro”	“Encarregado”	“Carancho”	“Proeiro”
<b>UTHf</b>	1,75	2,02	3,20	2,00	2,13	1,25
<b>UTHfp</b>	1,61	1,66	3,20	1,75	1,44	0,95
<b>UTHc</b>	1,20	0,37	0,00	1,22	0,00	0,00
<b>UTHfp/UTHf (%)</b>	92,86	86,98	100,00	83,33	75,86	80,91
<b>PB (R\$)</b>	23690,91	7111,34	3385,23	21838,55	5397,78	2051,38
<b>Pbaf/PB (%)</b>	1,90	8,22	17,00	1,31	9,13	12,99
<b>RP (R\$)</b>	6645,98	1506,85	1940,36	3757,58	4811,87	2049,18
<b>RAtNP (R\$)</b>	1164,00	1158,43	705,33	820,00	2214,56	1919,00
<b>RPS (R\$)</b>	2605,70	1774,29	2240,00	480,00	2133,33	336,00
<b>RT (R\$)</b>	10415,68	4439,57	4885,69	5057,58	9159,76	4304,18
<b>RP/RT (%)</b>	61,99	37,13	43,97	67,56	56,52	53,86
<b>RAtNP/RT (%)</b>	9,99	21,15	12,28	25,48	22,22	40,15
<b>RPS/RT (%)</b>	28,01	41,72	43,76	6,96	21,26	6,00
<b>RP/UTHtp (R\$/UTH)</b>	2328,89	777,94	612,28	1160,10	3576,12	2177,07
<b>Financiamentos (R\$)</b>	1321,43	3457,14	450,00	450,00	1011,11	0,00
<b>Carteira pesca (%)</b>	100	100	100	100	100	40

Observação: Indicadores descritos nas páginas 35, 36 e 38.



## 6.2 AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DOS PESCADORES ARTESANAIS DE SÃO LOURENÇO DO SUL

A análise realizada até este momento buscou apresentar, com base em resultados da pesquisa de campo, uma caracterização dos atuais sistemas de produção na pesca e dos pescadores responsáveis por sua efetivação, levando em conta aspectos socioeconômicos e ambientais. Esta descrição serve de base para uma análise das estratégias elaboradas dentro do âmbito dos sistemas produtivos, bem como para aquelas ligadas a outras ocupações, permanentes ou temporárias, dos membros da família. As diferentes estratégias, que até aqui foram apenas indicadas, são abordadas a seguir, quando se busca interpretar os contextos que condicionam ou possibilitam sua implementação.

### 6.2.1 Estratégias vinculadas aos sistemas de produção na pesca

Na maioria das entrevistas realizadas, em que as famílias possuem os meios necessários para colocar em prática os três sistemas de produção descritos, a atividade produtiva na pesca constitui o elemento em torno do qual se organiza o trabalho familiar. Isto não significa que não são realizadas outras atividades não relacionadas à pesca, mas estas podem ser entendidas como complementares. Seguindo a abordagem proposta por Ellis (1998), as famílias alternam um conjunto de atividades, objetivando manter ou melhorar sua qualidade de vida, mas a manutenção da atividade produtiva na pesca é que está no centro destas decisões.

Em alguns casos, especialmente quando os pescadores trabalham em sistemas de produção “coordenados”, ou de propriedade de outros pescadores, como é o caso dos “proeiros” e “caranchos”, foi possível observar uma sensível diferença nesta relação: a pesca passa a ser, mais freqüentemente, apenas uma entre as atividades que a família coloca em prática para manter ou melhorar sua qualidade de vida. Estes casos serão abordados mais adiante.

Nas famílias que colocam em prática o sistema de “parelhas grandes”, conforme observado, os filhos raramente trabalham na pesca, e as esposas eventualmente desenvolvem atividades complementares, como a comercialização direta a consumidores locais e a manutenção de equipamentos de pesca. Dessa forma, os homens, ou maridos, é que realizam os trabalhos relacionados à captura do pescado, quando constituem equipes arregimentando “proeiros” e/ou “caranchos” para trabalharem em suas parelhas. Sendo assim, por envolver

três diferentes “tipos” de pescadores, este sistema de produção, e os aspectos que determinam sua eficiência produtiva, assumem significativa importância para a comunidade pesqueira de São Lourenço do Sul.

As “parelhas grandes” possuem uma configuração em termos de equipamentos que as permite realizar a pesca em praticamente todos ambientes da Lagoa dos Patos, podendo inclusive saírem na Barra de Rio Grande e praticarem a pesca oceânica costeira. Alternar locais de pesca e, conseqüentemente, artes de pesca, é uma estratégia implementada por um significativo número de “parelhas grandes”. A tomada de decisão acerca desta estratégia, em última instância, é de responsabilidade do “patrão” da “parelha grande” (e de sua família), pois, conforme visto, embora possa ocorrer uma troca de opiniões com os demais integrantes da equipe de pesca, as decisões recaem sobre sua figura.

Existem alguns elementos que condicionam a adoção da estratégia de variar os locais de pesca: este sistema de produção apresenta o maior custo de operação, em função da dimensão e potência de seus equipamentos. Desta forma, é mais eficiente quando a Lagoa se encontra “salgada”, quando podem se efetivar, com mais frequência, capturas que cobrem os altos custos de operação e ainda permitem um Produto Líquido que assegure a remuneração dos integrantes da parelha. O Consumo Intermediário médio das “parelhas grandes”, em uma semana de trabalho, atinge o valor de R\$ 462,71. Como, geralmente, as parelhas pescam, durante a safra, um período que varia em torno de cinco dias por semana, isto significa que se capturarem menos que 370 kg de tainha, 460 Kg de bagre ou 770 Kg de corvina (a preços médios da safra 2003), não cobrem seus custos de operação. Quando a Lagoa se encontra com baixa salinidade, seguidamente não se atinge o volume de captura necessário para “safar a despesa”, como dizem os pescadores. Em várias entrevistas foram coletados depoimentos, de um lado, do “constrangimento” que representa aos “patrões” não assegurarem uma produção que permita remunerar o trabalho da semana dos demais pescadores da parelha e, do outro lado, as dificuldades econômicas que este fato implica a “proeiros” e “caranchos” quando têm de voltar “de mãos vazias” para casa, após uma semana de trabalho na Lagoa.

Conforme pode-se depreender de alguns depoimentos, esta variabilidade e incerteza de produção historicamente constituíram elementos que sustentavam relações clientelísticas entre “patrões” e “proeiros”. Em épocas de “pouca pescaria”, os “patrões” mantinham uma renda que permitisse as condições mínimas de sobrevivência aos “proeiros” e, em épocas de “boa pescaria”, esta ajuda era descontada. Entretanto, a redução dos estoques naturais de pescado, especialmente quando associada a longos períodos de lagoa “doce”, conforme observado para

o ano pesqueiro que serve de referência para esta pesquisa, traz complicações para a manutenção destas relações entre “patrões” e “proeiros”.

Observa-se que, atualmente, a dificuldade de manter este tipo de relação, bem como a própria dificuldade em manter a operação das “parelhas grandes”, com seus custos fixos e variáveis, tem implicado na adoção de estratégias diferenciadas. Muitas destas se traduzem em alterações na configuração do sistema de produção para permitir a pesca em épocas de menor disponibilidade de pescado, conforme será analisado a seguir.

Entre as sete entrevistas realizadas com pescadores que implementavam este sistema de produção, em três casos os pescadores realizavam a pesca de espécies da água doce que habitam a costa próxima da Lagoa dos Patos, como a traíra e o jundiá. O sistema técnico de captura dessas espécies demanda menor mão-de-obra, mas também propicia menor volume de captura, em função de que essas espécies apresentam uma distribuição esparsa ao longo da costa da lagoa. Dessa forma, as “parelhas grandes” precisam reduzir ao máximo seus custos fixos. Isto é feito reduzindo e deslocamento para economizar combustível, bem como reduzindo a tripulação para no máximo três pescadores (o “patrão” mais dois “proeiros” e/ou “caranchos”), para minimizar a repartição do Produto Líquido. Nestas condições, os “patrões” preferem trabalhar com “caranchos” em sua equipe; em algumas situações os três integrantes podem levar quantidades semelhantes de redes e, ao invés de repartir o Produto Líquido, a equipe divide os custos e o Produto Bruto. Para o “patrão”, isso representa repartir também os riscos dessa pescaria de baixas capturas. Foram relatados, inclusive, alguns casos em que dois ou três pescadores, proprietários de embarcações e redes formaram uma equipe de pesca para trabalhar com a “parelha” de um deles, enquanto as demais estavam paradas em função da escassez de pescado.

Interessante observar que, neste tipo de configuração, as “parelhas grandes” estão a implementar um sistema técnico de captura mais característico das “parelhas pequenas”. Além disto, mesmo não constituindo uma estratégia muito freqüente, foram entrevistados alguns pescadores que, além da “parelha grande”, possuem um pequeno caíco para ser usado na “pesca no gongo”, em épocas de muito baixa disponibilidade de pescado na pesca de “meio de lagoa”, ou mesmo para capturar o pescado para o autoconsumo da família, no período do defeso. Observa-se, portanto, que, além de adaptações na configuração da pesca com as “parelhas grandes”, esses pescadores podem também alternar o próprio sistema de produção implementado.

Outro aspecto importante na constituição destas estratégias é que elas necessitam serem combinadas com a busca de canais alternativos de comercialização, em função do

baixo valor que as espécies capturadas alcançam nos canais locais mais tradicionais, como a indústria e o entreposto da Colônia Z-8. Estes canais alternativos de comercialização são representados principalmente por compradores de outras regiões, em especial da Região Metropolitana de Porto Alegre, bem como pela venda efetuada, em menor volume, à população local. Estas são, entretanto, estratégias mais comuns aos pescadores que trabalham com as “parelhas pequenas” e com a “pesca no gongo”.

Algumas “parelhas grandes”, até por não explorarem estes canais de comercialização “alternativos”, não praticam a pesca na costa próxima da Lagoa dos Patos. Dedicam-se, quase exclusivamente e independente da condição de salinidade da lagoa, à pesca de espécies como a tainha, a corvina e o bagre. Como a disponibilidade dessas espécies varia de acordo com a dinâmica ambiental de entrada da água do oceano na lagoa, estas “parelhas grandes” se ajustam a esta variabilidade por meio de arranjos na composição da equipe ou no sistema de partilha. Em condições de menor disponibilidade de pescado, via de regra, é reduzido o número de tripulantes, e o “patrão” prefere compor a equipe com “caranchos”, os quais recebem o peixe que “cair” em suas redes, evitando assim a repartição do Produto Líquido. Em épocas de maior disponibilidade de pescado, via de regra, o “patrão” prefere empregar todas as suas redes e trabalhar com “proeiros”, uma vez que, na divisão por partes, este fica com uma proporção maior do produto líquido.

Além destas estratégias que giram em torno da variação dos locais de pesca e dos ajustes na composição da equipe, que buscam reduzir a intensificação, no que diz respeito ao uso de insumos e de mão-de-obra, dos sistemas produtivos, pode ocorrer ainda um outro tipo de “escolha”, que aponta para uma estratégia oposta: a intensificação do sistema produtivo.

Algumas parelhas contornam o problema da escassez de pescado intensificando os sistemas produtivos, principalmente recorrendo a estratégia de ir até pontos de pesca que ofereçam melhores condições. Quando a condição de salinidade não está adequada em São Lourenço do Sul, podem se deslocar para pescar mais próximo da entrada da barra de Rio Grande. Quando a metade sul da Lagoa dos Patos encontra-se em período de “defeso”, podem se deslocar para pescar na metade norte, nas proximidades de Tapes ou Itapuã, quando a pesca encontra-se permitida nessas localidades. Eventualmente, algumas parelhas praticam a pesca do Bagre, cujo período, em São Lourenço do Sul, coincide com o “defeso”. Nesta situação, como dizem os pescadores, a “parelha sai na arriscada”, ou seja, correndo o risco de ser autuada pela fiscalização ambiental. Além destas possibilidades, foram relatadas algumas experiências de parelhas que, observando condições climáticas favoráveis, deslocam-se até a

barra de Rio Grande, onde saem para o oceano para capturar espécies como o papa-terra, a pescada e a pescadinha.

A intensificação pode também ser produzida por modificações nos sistemas técnicos de captura, ou seja, nos “petrechos” e nas técnicas de pesca. A maioria dos pescadores artesanais trabalham com “redes baixas”, de 30 a 60 malhas de altura, que, no caso de redes para pesca da tainha, com malha<sup>70</sup> de 50 milímetros, alcançam uma altura que varia entre aproximadamente 1,5 a 3,0 metros. As redes baixas são consideradas menos “predatórias” pelos pescadores, pois mesmo quando utilizadas para “cercar” um cardume, sempre possibilitam o escape de uma grande quantidade de peixes. Entretanto, algumas parelhas vêm aumentando a altura das redes, chegando a trabalhar com redes de mais de cinco metros de altura<sup>71</sup>, as quais, segundo os pescadores, em muitos casos, “tomam pé na lagoa”, ou seja, alcançam desde superfície até o fundo da lagoa, reduzindo significativamente o escape dos peixes. Além das alterações na altura das redes, alguns “patrões de parelha grande” manifestaram interesse em adquirir sondas para localização dos cardumes. Este aparelho, segundo estes pescadores, já vem sendo usado por algumas parelhas de pesca artesanal no município de Rio Grande.

Conforme observado, na evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros em São Lourenço do Sul, as “parelhas grandes” constituem o sistema de produção que, mediante a redução dos estoques naturais de pescado, na década de 1970, optaram por intensificar o processo de “mercantilização”, aumentando o esforço de pesca por meio do emprego de uma quantidade maior de redes e de motores mais potentes, que possibilitavam maior deslocamento. Atualmente, conforme apresentado acima, as estratégias se dividem entre aumentar e reduzir a intensificação dos sistemas produtivos. O contexto de adoção dessas estratégias é “perpassado” por dinâmicas ambientais que influenciam a pesca artesanal local, como a redução dos estoques – que tem causas diversas como a pesca predatória, tanto industrial como artesanal, e a poluição industrial, urbana e agrícola – e a própria variabilidade das condições de salinidade da lagoa. Mas também por dinâmicas sociais, ou mais propriamente econômicas, como aquelas relacionadas aos canais de comercialização e às relações de troca entre insumos e pescado, as quais demandam dos pescadores ou a busca de formas de agregar valor através do processamento e comercialização em canais “alternativos”,

---

<sup>70</sup> Para efeito de fiscalização, a medida da malha das redes é considerada como a distância, em milímetros, dos entre nós opostos, com malha esticada (Instrução Normativa Conjunta, nº 03 de 09 de fevereiro de 2004).

<sup>71</sup> A altura máxima permitida pela legislação é de 100 malhas, o que para rede de tainha (50 mm) corresponde a aproximadamente cinco metros (Instrução Normativa Conjunta, nº 03 de 09 de fevereiro de 2004).

ou uma ampliação da escala de produção para fazer frente aos baixos preços dos pescados e aos altos preços dos insumos<sup>72</sup>.

Diante desta situação, foi observada uma grande diversidade em termos de “trajetórias recentes” nestes sistemas de produção, com algumas parselhas aumentando seu esforço de pesca e outras reduzindo ou mantendo estável. Os pescadores que coordenam este sistema de produção estão entre os que mais tiveram acesso aos recursos de políticas públicas recentemente. Entretanto, mediante o montante do capital imobilizado pelas “parselhas grandes”, estes recursos não tiveram impactos na diferenciação do sistema, apenas em sua manutenção.

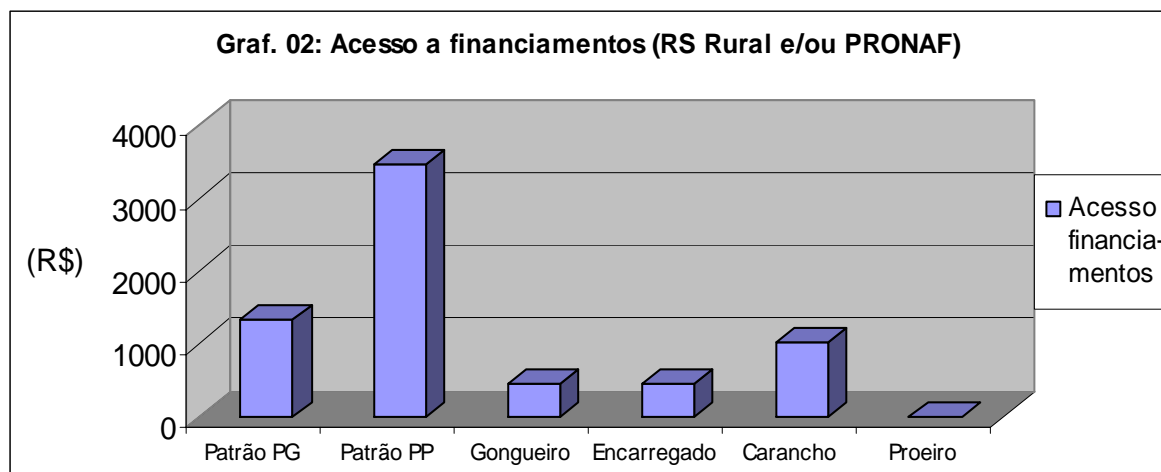
O sistema de produção das “parselhas pequenas” constitui a atividade principal de um expressivo grupo de famílias da comunidade pesqueira de São Lourenço do Sul, as quais têm ampliado sua participação recentemente, como resultado de algumas políticas públicas voltadas para a pesca artesanal. Em uma primeira aproximação, as diferenças em relação às “parselhas grandes” são pouco perceptíveis, dado que o tamanho das embarcações é bastante semelhante. Entretanto, ao detalhar a atividade produtiva, percebe-se que existem diferenças significativas, especialmente no que se refere à potência dos motores e a quantidade de redes de que dispõe o “patrão” ou “dono” da “parselha pequena”, o que traz implicações relativas aos ambientes em que podem atuar e as espécies que podem capturar, resultando também em relações de trabalho diferenciadas.

O acesso a recursos do PRONAF e do RS Rural Pesca Artesanal possibilitaram a diferenciação social deste “tipo” de pescador. Entre as oito entrevistas realizadas, seis pescadores “patrões de parselha pequena” eram “proeiros” ou “caranchos” antes de terem acessado, nos últimos três anos, essas políticas públicas. Os recursos foram empregados na aquisição de embarcações e/ou motores, ou seja, na formação da “parselha pequena”.

O gráfico abaixo apresenta os recursos de fomento à atividade produtiva, em especial o RS Rural Pesca Artesanal e o PRONAF, acessados pelos diferentes tipos de pescadores nos últimos três anos.

---

<sup>72</sup> Embora não se tenha realizado uma análise comparativa da evolução das relações de troca entre insumos e pescados, estas afirmações se apóiam em declarações recorrentes nas entrevistas, nas quais diversos pescadores afirmaram que “*antigamente, com um quilo de tainha se comprava três litros de óleo [diesel] e, hoje, é um quilo para um litro*”.



Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

Observa-se que os “patrões de parelha grande” estão entre os pescadores que mais acessaram recursos, mas, conforme comentado anteriormente, estes recursos tiveram impactos apenas no apoio à manutenção do sistema produtivo. Os “gongueiros”, da mesma forma, acessaram recursos que lhes permitiram apenas melhorar as condições dos equipamentos. Entre os pescadores entrevistados, que se “diferenciaram” recentemente de “caranchos” e “proeiros” para “gongueiros”, adquirindo uma pequena embarcação e alguns outros “petrechos” necessários, essa transição foi efetuada através da mobilização de recursos próprios ou com àqueles oriundos do seguro desemprego da pesca artesanal. Os “encarregados” constituem um grupo de pescadores que teve um reduzido acesso a essas políticas públicas, motivo pelo qual, possivelmente, não puderam adquirir os meios de produção e continuam tendo que “alugar” “parelhas” que se encontram fora de atividade. Os “caranchos” constituem um grupo que tem aumentado recentemente sua participação entre os pescadores artesanais dessa comunidade. Este fato decorre do acesso a pequenos valores disponibilizados pelo RS Rural a fundo perdido, os quais lhes possibilitaram novas formas de participação nos sistemas produtivos, com reflexos importantes na renda destes pescadores. Pode-se afirmar que os pescadores que constituem o grupo dos “proeiros”, via de regra, são pescadores que, por não terem acessado essa política pública, por razões de enquadramento ou legalização profissional, não puderam se diferenciar em “caranchos”.

Os “patrões de parelha pequena” constituem o grupo de pescadores que mais acessou estas políticas. Apesar disso, conforme destacado anteriormente, os recursos não foram suficientes para adquirir o volume de redes necessário para conferir maior viabilidade ao sistema produtivo. Esta situação implica em duas estratégias diferenciadas: quando o pescador dispõe de uma quantidade muito reduzida de redes, monta a equipe de pesca junto com

pescadores “caranchos” que levam suas redes e, então, são divididos os custos e o Produto Bruto. Quando a família dispõe de uma quantidade mínima de redes, as “parelhas pequenas” passam a operar em regime de trabalho familiar, desde a captura até a comercialização, evitando assim a repartição do Produto Bruto.

As “parelhas pequenas” também podem realizar a pesca de espécies que entram do oceano, em especial da tainha. Para tanto, acampam em ilhas como a da “Feitoria” ou a do “Canal Novo”, constituindo o ponto de referência a partir do qual praticam a pesca de “espera”, recolhendo e trocando de lugar as redes todos os dias, nas proximidades do acampamento.

Dessa forma, a variação da condição de salinidade da lagoa afeta menos as “parelhas pequenas”, pois apresentam um custo menor de operação e podem se adequar às condições de pesca na lagoa “doce” ou “salgada”. Entretanto, apesar desta menor variabilidade, este tipo de pesca trabalha com menores volumes de captura. A produtividade do trabalho é bastante reduzida em comparação com as “parelhas grandes” e quando o pescador não dispõe de quantidade suficiente de redes, os reflexos são percebidos na renda oriunda da pesca. Portanto, as políticas públicas que contribuíram para criar um “contexto” que possibilitou a diferenciação social desses pescadores poderão passar a constituir, à medida que se esgotem os períodos de carência dos financiamentos, em um problema a ser enfrentado por essas famílias.

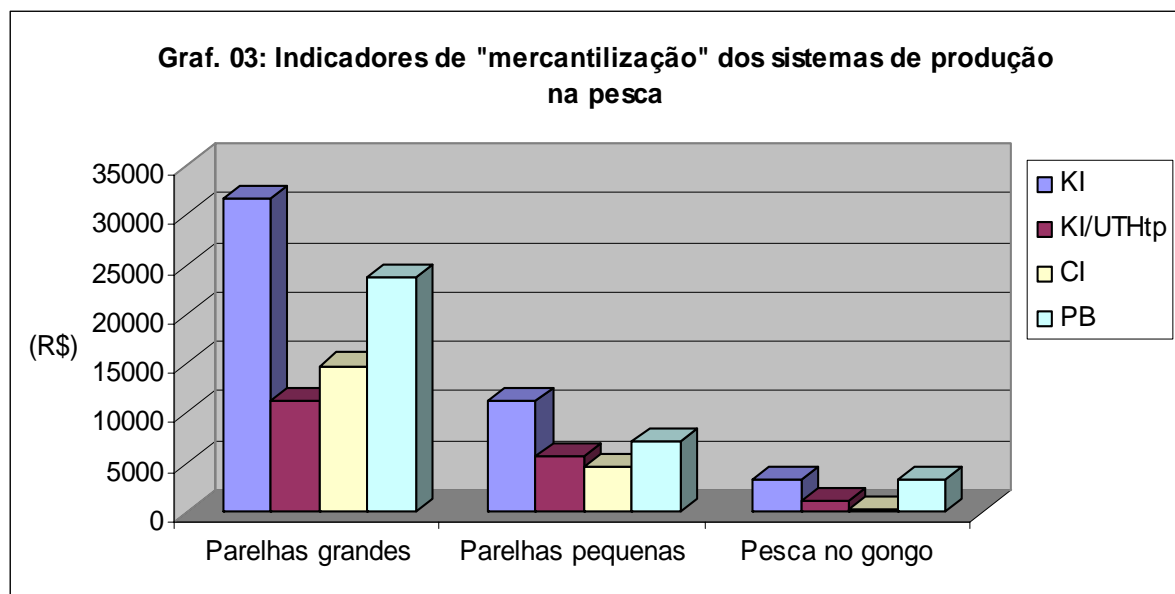
A “pesca no gongo” constitui o sistema de produção que apresenta os menores indicadores relacionados à “mercantilização”, podendo ser caracterizado como um sistema de maior “artesanalidade”. Os “caícos”, as velas e os remos podem ser produzidos pelos próprios pescadores e, muitas vezes, a própria confecção das redes, apenas adquirindo o fio de *nylon* em novelos, as bóias e chumbos, ou “tralhas”, no mercado. Dessa forma, o sistema tem um custo baixo de operação, mas trabalha com volumes totais de produção bem reduzidos em comparação aos demais sistemas.

O fato de trabalharem em pequenas embarcações, não motorizadas, reduz as possibilidades técnicas deste sistema de produção, ficando restrito à pesca nas margens da Lagoa e em arroios e banhados nas proximidades do município, capturando espécies de menor valor comercial, como traíras, jundias, pintados e birus. Nas ocasiões, não muito frequentes, em que a salinidade da lagoa atinge as margens, os “gongueiros” podem efetuar a captura de espécies como a tainha, o bagre e o linguado.

O gráfico abaixo apresenta indicadores para comparação do grau de “mercantilização” dos diferentes sistemas de produção. O capital imobilizado (KI) representa o volume de



recursos, entre equipamentos e insumos, imobilizado anualmente para operar o sistema de produção. O indicador combinado KI/UTHtp representa o volume de capital demandado por Unidade de Trabalho Homem empregada na pesca. O Consumo intermediário (CI) indica o grau de utilização de insumos externos, e o Produto Bruto (PB) indica valor total da produção.



Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

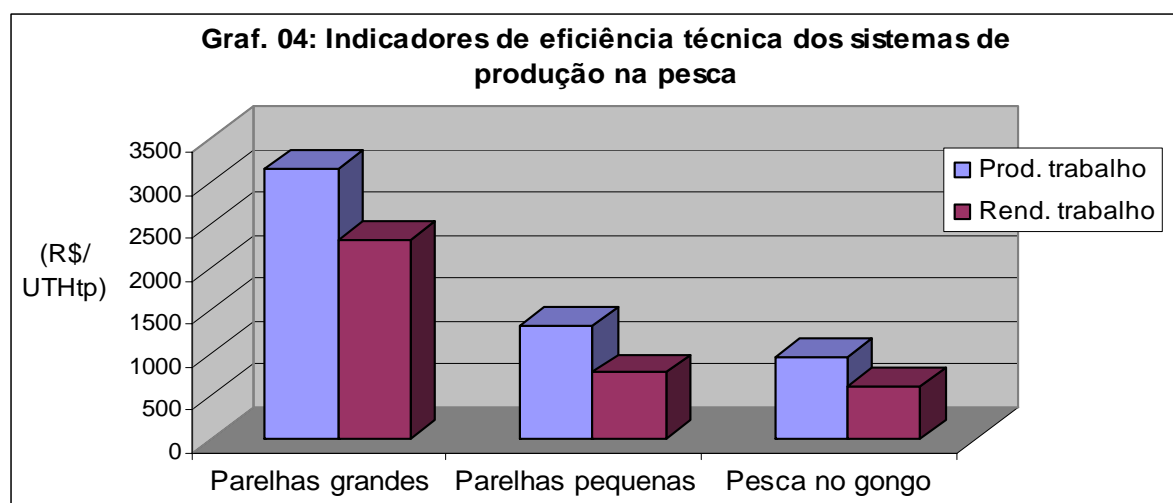
Os maiores indicadores de “mercantilização” das “parelhas grandes” resultam da configuração destas em termos de equipamentos e uso de insumos. São embarcações maiores, motores mais potentes, maior quantidade de redes e gastos elevados com gelo e óleo diesel. A combinação destes elementos com os conhecimentos dos pescadores e com a atual situação dos recursos naturais ainda produzem capturas expressivas de pescado, embora exista um consenso entre os pescadores de que estas vêm apresentando tendência decrescente.

Os maiores volumes de captura condicionam, via de regra, à comercialização através dos canais mais “tradicionais”, como a indústria local e o entreposto da Colônia Z-8. Os preços praticados são inferiores àqueles de canais “alternativos”, como à venda para compradores de fora do município e diretamente à população local, entretanto, são as formas possíveis de escoar estes volumes mais elevados. Esta forma de comercialização constitui um indicador da “mercantilização”, representada pela “externalização” de etapas produtivas posteriores à captura do pescado (VAN DER PLOEG, 1992).

A eficiência técnica e econômica dos sistemas de produção na pesca não dependem apenas do grau de mercantilização destes. Para as “parelhas grandes”, observou-se que a configuração em termos de equipamentos e insumos permitiu uma diversificação de

estratégias relacionadas à pesca, a qual resultou em indicadores igualmente elevados de eficiência. Cabe lembrar, entretanto, que seu alto custo de operação produz riscos maiores frente à variabilidade natural da disponibilidade de pescado em função da condição de salinidade na lagoa. O grau intermediário de mercantilização das “parelhas pequenas”, ao mesmo tempo acarreta custos relativamente elevados, ainda não é suficiente para permitir capturas mais expressivas. Dessa forma, os indicadores de eficiência deste sistema de produção, embora ainda superiores, acabam se aproximando da “pesca no gongo”, que apresenta tanto custos quanto volumes de captura reduzidos.

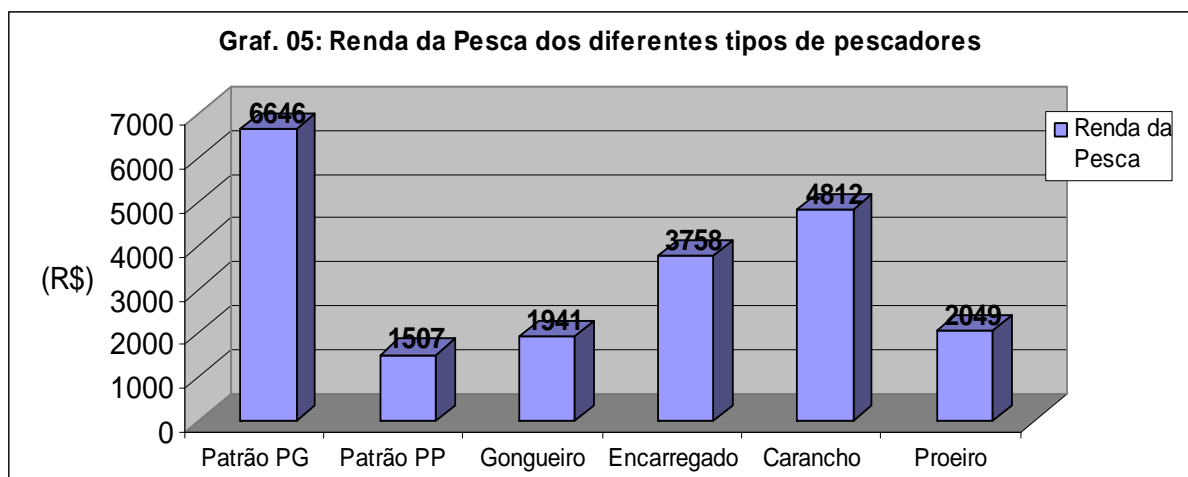
O gráfico seguinte apresenta uma comparação entre indicadores de eficiência econômica dos sistemas de produção na pesca. A produtividade do trabalho (VAB/UTHtp) indica a riqueza bruta produzida por Unidade de Trabalho Homem empregada no sistema de produção. O Rendimento do Trabalho (RP/UTHtp) indica a renda produzida por Unidade de Trabalho Homem empregada no sistema de produção, ou seja, depois de descontados os custos com depreciação e pagamento de impostos e taxas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

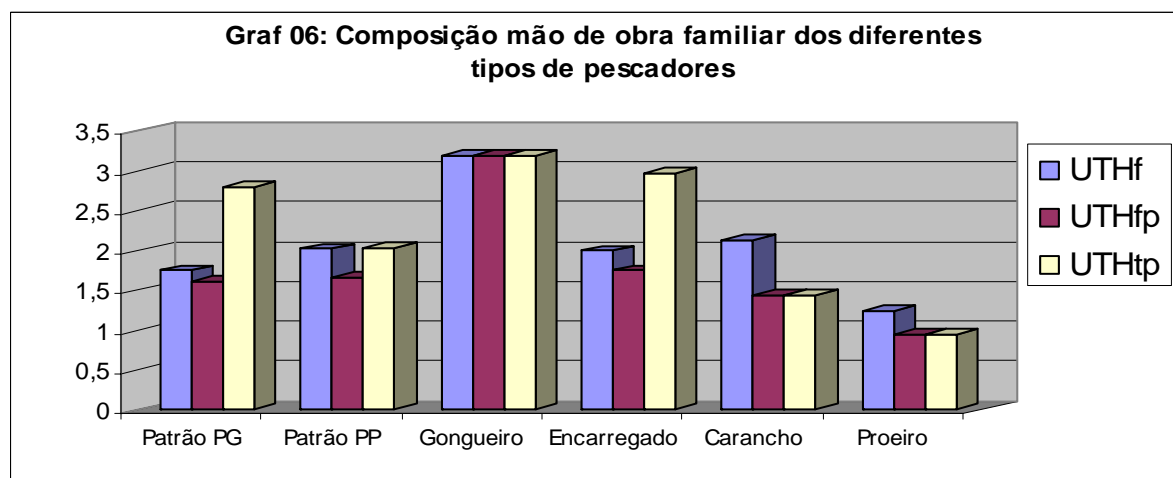
Os indicadores acima influenciam a renda oriunda da atividade pesqueira dos diferentes tipos de pescadores que trabalham nesses sistemas de produção. Nas “parelhas grandes”, observa-se que os diferentes graus de apropriação do Produto Líquido, produzem diferenças entre as rendas da pesca de “patrões”, “encarregados”, “proeiros” e “caranchos”. Esses últimos foram beneficiados pelas novas formas de partilha da produção, as quais foram geradas a partir do momento em que, mediante o acesso a políticas públicas, adquiriram materiais de pesca. Apesar das desigualdades dentro do sistema das “parelhas grandes”, os elevados volumes de captura ainda resultam nos valores mais elevados de renda da pesca para

os diferentes tipos de pescadores que nele trabalham. Entretanto, conforme pode ser observado pelo gráfico abaixo, os valores da renda da pesca de “proeiros”, “patrões de parêlha pequena” e “gongueiros” são mais aproximados.



Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

Esses indicadores econômicos, entretanto, não podem ser empregados isoladamente para avaliar se as famílias desses diferentes tipos de pescadores se “dedicam” mais à atividade. O gráfico abaixo ilustra o emprego da mão-de-obra familiar. Quando a UTH familiar (UTHf) foi superior à UTH familiar dedicada à pesca (UTHfp), significa que existiu liberação de mão-de-obra para “atividades não-pesqueiras”. A UTH total dedicada a pesca (UTHtp) foi superior à UTH familiar dedicada à pesca (UTHfp) para as famílias de pescadores que implementam sistemas de produção que demandam “contratação” de “proeiros” e “caranchos”.



Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

A liberação de mão-de-obra familiar para atividades “fora” da pesca e os contextos que influenciam estas estratégias serão analisados mais adiante.

Interessante observar que, justamente para as famílias de pescadores que praticam sistemas de produção com menor potencial de captura, a pesca parece constituir mais freqüentemente a atividade em torno da qual se elaboram as estratégias de reprodução social. Para a maioria das famílias de “gongueiros” entrevistadas, o trabalho familiar é dedicado exclusivamente à pesca. Além de disponibilizarem quantidade significativa de mão-de-obra familiar, geralmente o casal em tempo integral e ao menos um filho ou filha, esta é dedicada a atividades relacionadas à pesca como a implementação do sistema de produção, o processamento e comercialização do pescado e, inclusive, o trabalho temporário em outros sistemas de produção. Resulta que, entre as famílias entrevistadas, os “gongueiros” constituem os que apresentam maior UTH familiar (3,2UTH) e 100% dedicada à pesca.

Como “a pesca no gongo” não absorve toda mão-de-obra familiar, os pescadores podem alternar o trabalho como “proeiros” ou “caranchos”, geralmente nas “parelhas grandes”. O trabalho em diferentes sistemas de produção pode ser entendido, como propôs Ellis (1998), como estabelecimento de estratégias diferenciadas: o trabalho na “pesca no gongo” se aproxima de uma estratégia de manutenção, praticada nos períodos em que a lagoa se apresenta com baixa salinidade. Quando as condições ambientais favorecem a entrada de cardumes do oceano na lagoa, melhorando o desempenho das “parelhas grandes” e da renda dos pescadores que nelas trabalham, alguns membros das famílias de “gongueiros”, ou mesmo todos os homens, podem passar a trabalhar como “proeiros” ou “caranchos”, constituindo esta uma estratégia de acumulação, cujos resultados podem vir a serem destinados para melhoria do sistema de produção da “pesca no gongo”, ou para outros aspectos relacionados à qualidade de vida dessas famílias.

Convém lembrar que essas afirmações tomam como base a tipologia realizada, e que esta deve ser entendida como uma “sistematização” da realidade. Não se está afirmando que entre os “gongueiros” não possam ocorrer casos em que os demais membros da família venham a construir estratégias não relacionadas aos sistemas produtivos. O que chama a atenção é que, para estas famílias, em função de suas trajetórias, escolhas e condições, observou-se que, mais freqüentemente, toda a mão-de-obra empregada no sistema de produção provém da família, e as atividades que esta constrói “fora” da “pesca no gongo” estão relacionadas ao trabalho em outros sistemas de produção na pesca.

Para todas as famílias de pescadores, as atividades na pesca correspondem sempre a uma participação superior a 75% da mão-de-obra total familiar. A relação entre a UTH

familiar dedicada à pesca e a UTH familiar total ( $UTH_{fp}/UTH_f \cdot 100$ ), corresponde, em média, a 92% para as famílias que coordenam “parelhas grandes”, a 87% para as famílias que coordenam “parelhas pequenas”, a 100% para famílias de “gongueiros”, a 83 % para as famílias cujo pescador é “encarregado”, a 76% para as famílias de “caranchos” e a 81% para as famílias de “proeiros”. Pode-se afirmar, portanto, que a pesca constitui a principal atividade em termos de dedicação de mão-de-obra, o que não está diretamente relacionado à renda destas famílias. Este fato traz implicações para políticas públicas, como o PRONAF, por exemplo, que utilizam como critério de inclusão a exigência de que 80% da renda familiar tenha origem na atividade pesqueira.

### **6.2.2 Estratégias relacionadas aos canais de comercialização**

As estratégias relacionadas à comercialização do pescado também merecem destaque. A possibilidade de manter as “parelhas pequenas” e a “pesca no gongo” como sistemas de produção ativos na atualidade, decorre em grande parte da estratégia de construção de canais “alternativos” de comercialização. Algumas das principais espécies capturadas por esses sistemas de produção, como a traíra e o jundia, na indústria local e no entreposto da Colônia Z-8, são pouco valorizados e devem, por exigência da inspeção sanitária, serem comercializados inteiros, ou seja, sem nenhuma espécie de processamento. Entretanto, estas espécies são mais valorizadas em outras regiões do estado, em especial em alguns municípios da região metropolitana, como São Leopoldo e Novo Hamburgo, ou mesmo em alguns municípios da serra gaúcha. Em função disto, donos de pequenas peixarias, mercados ou restaurantes, ou mesmo “atravessadores” destas regiões, se deslocam até São Lourenço do Sul para adquirir esses pescados. Geralmente esses são comercializados, ainda que informalmente, com algum grau de processamento, o que gera uma agregação de valor para o pescador. A principal espécie é a traíra<sup>73</sup>, vendida na forma de filé. Bagres, cascudos,

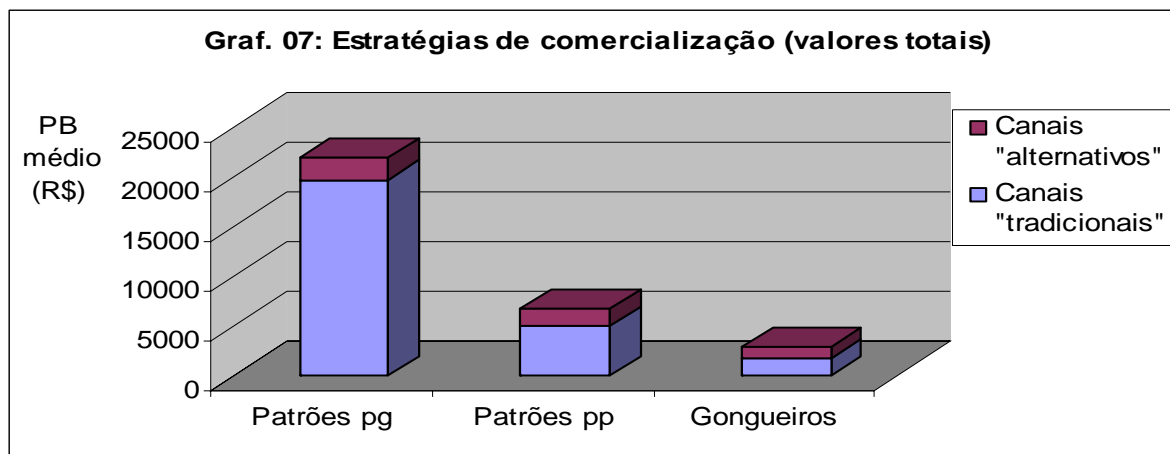
---

<sup>73</sup> Importante ressaltar que o surgimento de novos sistemas de produção na pesca, em função da possibilidade de explorar comercialmente determinadas espécies de pescado, geram também um aumento do esforço de pesca sobre estas espécies. Este fato pode vir a causar uma sobre-exploração dos recursos naturais. Como não foi estabelecida, nesta pesquisa, uma interface mais forte com disciplinas como a biologia pesqueira e a engenharia de pesca, não se dispõe de elementos para afirmar conclusivamente sobre esta questão. Mas pode-se ao menos levantar como hipótese que este processo pode estar se desenvolvendo em relação aos atuais sistemas de produção que desenvolvem a pesca na orla da Lagoa e em arroios e banhados, e que tem como principal sustentação a pesca da traíra para comercialização na forma de filé. É possível que esta espécie esteja sofrendo já uma sobrepesca, fato que aponta para a necessidade de construção de outras estratégias, ligadas ou não ao sistema de produção, para viabilizar a sustentabilidade ambiental e social destas formas produtivas.

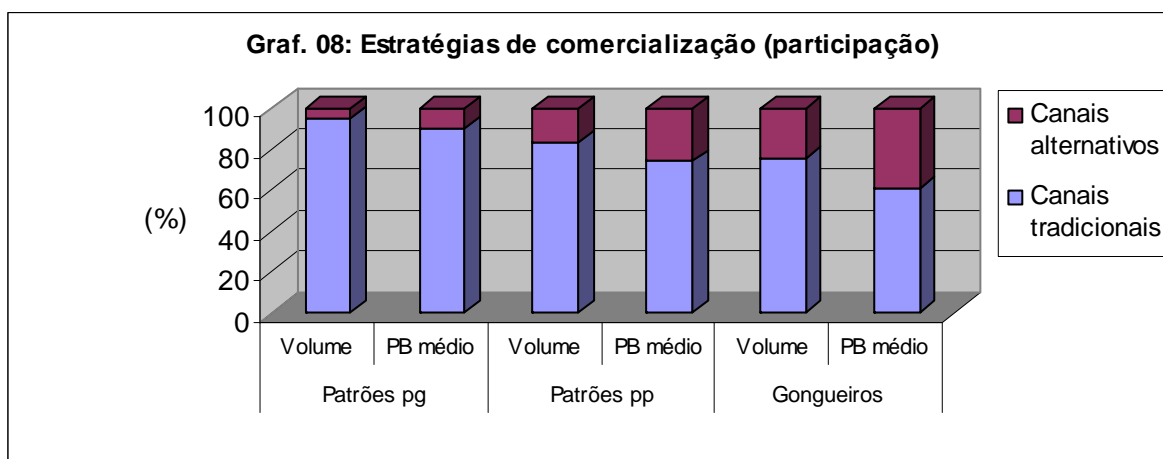
linguados e outras espécies, em menor proporção, são também comercializados na forma de filé. Jundias e pintados são comercializados apenas eviscerados e congelados.

Além desses compradores, a venda direta à população local, estabelecendo, muitas vezes, relações de amizade e confiabilidade, também figura como uma estratégia de agregação de valor ao pescado. Esta venda direta é praticada pelos diferentes tipos de pescadores que coordenam a execução de sistemas de produção, ou seja “patrões de parselhas grandes”, “patrões de parselhas pequenas” e “gongueiros”. Assume maior importância relativa para os dois últimos tipos, uma vez que praticam uma pesca menos “mercantilizada”, com menores volumes de captura e, portanto, necessitam agregar valor através de algum grau de processamento do produto. Os primeiros operam, mais frequentemente, dentro de uma lógica mais “mercantilizada”, com altos custos e alta escala de produção, vendendo o pescado inteiro para a Indústria. “Caranchos” e “proeiros”, apesar de poderem dar o destino que melhor entendem à sua parte da produção, quando da partilha do produto líquido da “parselha”, geralmente se defrontam com a necessidade de convertê-la em dinheiro, vendendo direto para a indústria no momento do desembarque e retirando apenas uma pequena quantidade para o consumo familiar. Dessa forma, entre esses pescadores, não foi observada, via de regra, a estratégia de comercialização direta para a população local.

A intensidade com que o pescador implementa esta estratégia é, também, variável. Alguns pescadores trabalham com pequenas quantias conservadas apenas no congelador da geladeira. Muitos pescadores possuem um freezer para desempenhar esta função. Foram ainda entrevistados dois casos em que os pescadores montaram pequenas peixarias em suas casas, fazendo uso de 3 a 4 freezer que, mesmo informalmente, resultaram em impactos importantes na renda destes. Os gráficos abaixo ilustram a participação dos diferentes canais de comercialização em relação à produção total capturada e ao produto bruto comercializado, entre os diferentes sistemas de produção. Os canais denominados “tradicionais” correspondem à indústria local e ao entreposto de comercialização da Colônia Z-8, nos quais o pescado é entregue inteiro. Os canais denominados “alternativos” envolvem, embora informalmente, algum grau de processamento, e correspondem à comercialização para compradores de outras regiões e à venda direta para a população local.



Fonte: Pesquisa de campo, 2004.



Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

A título de ilustrar a importância que pode assumir a estratégia de comercialização direta, vale a pena reproduzir um desses casos. Um dos pescadores entrevistados relatou que havia trabalhado muitos anos alternando a “pesca no gongo” com o trabalho de “proeiro”, sendo que mais recentemente havia adquirido uma “parelha pequena”. No ano de 2000, quando teve acesso ao RS Rural Pesca Artesanal, encaminhou um projeto dentro da modalidade de financiamento a fundo perdido, no valor de R\$ 450,00, destinados a aquisição de redes. No ano seguinte, entretanto, direcionou os recursos para aquisição de um freezer, e passou a comercializar o pescado em casa e a entregar em bares e restaurantes. Com os recursos obtidos, investiu em algumas melhorias na casa e na aquisição de novos equipamentos de refrigeração. No ano de 2003, vendeu a embarcação antiga e com recursos próprios, oriundos da “peixaria”, adquiriu uma embarcação maior, formando uma “parelha grande”. Nesta embarcação trabalham ele e o filho e mais um “carancho”, sendo que em determinados períodos é o filho que coordena a pesca da “parelha grande”, enquanto ele

prática, em paralelo, a “pesca no gongo”, especialmente quando esta última está possibilitando a captura do linguado, espécie muito valorizada na forma de filé. A esposa trabalha no processamento e na comercialização, sendo que todos na família, em idade de trabalho, estão envolvidos em atividades ligadas à pesca.

Na safra de 2003, a família comercializou desta forma toda sua produção, além de comprar e vender parte da produção de outros pescadores do entorno. O volume da produção própria foi reduzido porque a “parelha grande” só ficou pronta no final da safra, e para manter seus clientes, a família comprou dos vizinhos. Dessa forma, esses pescadores que montam pequenas peixarias constituem também um canal de comercialização alternativo, especialmente para o filé de traíra de pescadores que trabalham com “parelhas pequenas” e com a “pesca no gongo”. Entretanto, segundo declarado na entrevista, não existe a intenção de reduzir a atividade de captura e se dedicar apenas à comercialização. Pelo contrário, a família declarou a intenção de que os filhos mais velhos coordenem o trabalho com a “parelha grande”, enquanto os pais se dedicariam à “pesca no gongo”, que se realiza nas proximidades da residência e possibilita trabalhar em paralelo as atividades relacionadas à comercialização, como o processamento do pescado, o congelamento, as entregas e o atendimento aos clientes. A família adotou também, como estratégia, que todos integrantes encaminhem a documentação de “pescador profissional”, tendo em vista acessar o seguro desemprego. No ano de 2003, o pescador e a esposa acessaram este benefício, e o filho mais velho passou a ter direito no “defeso” de 2004.

Com a comercialização direta, esta família, apesar de trabalhar com um volume de produção (9.300 kg) inferior à média das “parelhas grandes” (18.920 Kg), obteve uma renda da pesca (R\$ 14.770,00) bem superior à média das famílias que trabalham este sistema de produção (R\$ 6.646,00), a qual corresponde aos maiores valores entre os diferentes tipos de pescadores do município.

Percebe-se, portanto, a existência de três formas distintas de realizar a comercialização do pescado. A mais usual corresponde a uma comercialização mais “formal”, junto à indústria ou ao entreposto da Colônia Z-8, na qual o pescado é entregue sem nenhum grau de processamento, apenas conservado inteiro, no gelo, até o momento do desembarque. Esta comercialização atende à norma sanitária e é empregada mais frequentemente pelas “parelhas grandes” e “parelhas pequenas”, quando os volumes de captura não permitem um armazenamento mais prolongado por parte dos pescadores. As “parelhas pequenas” e os “gongueiros”, entretanto, recorrem mais frequentemente a canais de comercialização “informais”, os quais envolvem algum grau de processamento e agregação de valor ao



produto. O mais freqüente é a venda de filé de traíra para compradores de outras regiões. Muitos pescadores ainda realizam a venda direta para a população local, sendo que alguns estruturam pequenas peixarias junto às suas casas.

Os contextos que determinam a adoção destas diferentes estratégias se relacionam, principalmente, com o grau de mercantilização dos sistemas de produção e com o acesso a políticas públicas. Nas “parelhas grandes”, via de regra, a função comercialização encontra-se mais “externalizada”, uma vez que trabalham com maiores volumes de captura e que esses necessitam ser mais rapidamente convertidos em dinheiro para pagar os altos custos de operação. Nas “parelhas pequenas” e na “pesca no gongo”, em função dos reduzidos volumes de captura, os pescadores incorporam mais etapas do processo produtivo, como o processamento e a comercialização direta, em função da necessidade de agregar valor. Alguns pescadores ainda direcionaram recursos de políticas públicas para melhorar sua capacidade de conservação do pescado, o que permitiu aumentarem as possibilidades de utilizar canais “alternativos” de comercialização.

### **6.2.3 Estratégias construídas “fora” da pesca propriamente dita**

Este tipo de estratégia de reprodução social inclui uma diversidade de atividades que as famílias realizam, tendo em vista a melhoria ou manutenção da qualidade de vida ou mesmo adaptações necessárias para viabilizar os sistemas produtivos por elas implementados. A pesquisa diagnosticou dois grandes grupos de atividades: o primeiro é representado por trabalhos permanentes ou temporários, em atividades não relacionadas à pesca; e o segundo diz respeito ao acesso a políticas sociais, como a aposentadoria e o seguro desemprego da pesca artesanal. Os contextos que determinam a implementação destas estratégias variam de acordo com a situação familiar de cada pescador.

Os empregos temporários constituem uma estratégia implementada por todos os tipos de pescadores, um pouco menos freqüentes para as famílias que coordenam a operação das “parelhas grandes” e da “pesca no gongo”. São trabalhos realizados pelos membros da família que se dedicam à pesca e, por isso mesmo, assumem um caráter temporário. Nas raras ocasiões em que esses trabalhos alcançam uma duração superior a dois ou três meses, os próprios pescadores fazem questão de não formalizá-los, ou seja, de não “assinar carteira”, pois estariam excluídos das políticas de crédito para a atividade e, especialmente, do direito de receber o seguro desemprego. Na maioria dos casos, entretanto, são trabalhos de curta duração, como diaristas na construção civil, em empreitadas, pequenos serviços de pintura ou

jardinagem, etc. Na grande maioria das entrevistas em que esses trabalhos foram relacionados, os pescadores relataram que se trata de uma estratégia utilizada em momentos de baixa disponibilidade de pescado ou durante a proibição. Quando a “pesca está boa”, relataram que preferem “estar pescando”, o que caracteriza esses trabalhos temporários como uma estratégia de “*manutenção*” em períodos desfavoráveis.

Os empregos permanentes constituem uma estratégia diferenciada. Geralmente é colocada em prática por membros da família que não desenvolvem atividades relacionadas à pesca. Constituem alternativas mais frequentemente empregadas pelas esposas e filhos (as), principalmente quando a família não coordena a operação de um sistema de produção, ou seja, quando os maridos são pescadores “proeiros” e “caranchos”. Nesses casos, pode-se observar que a pesca passa a ser mais uma das atividades que a família realiza tendo em vista manter ou melhorar sua qualidade de vida, mas deixa de ser a atividade em torno da qual se organizam as estratégias de reprodução social. Entre as atividades mais relatadas para as mulheres estão o trabalho no comércio e serviços de faxina ou como cozinheiras em residências e nos hotéis e pousadas do município. Para os filhos homens, mais comumente o trabalho na construção civil. Conforme comentado acima, atualmente os pescadores evitam trabalhos permanentes com receio de perder o direito ao seguro desemprego. Entretanto, cabe destacar que muitos pescadores relataram o uso de trabalhos permanentes, em determinados períodos, como forma de acumular recursos, em especial o Fundo de Garantia. Quando abandonaram esses empregos, os recursos foram investidos na formação de suas “parelhas”, o que caracteriza uma estratégia de “acumulação” bastante empregada no passado.

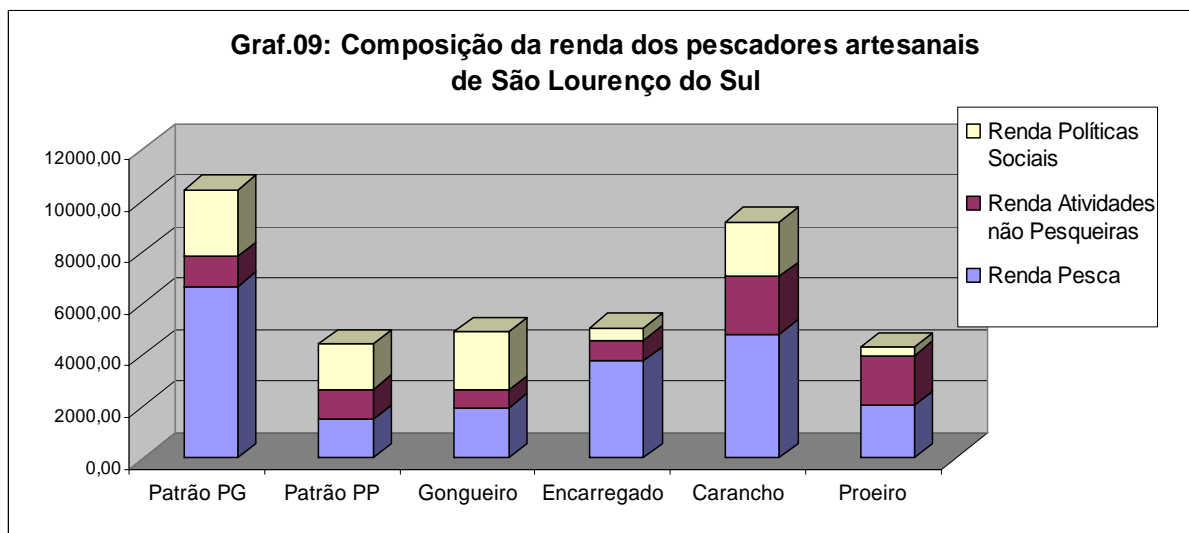
Conforme visto anteriormente, algumas “parelhas grandes” optaram por intensificar os sistemas produtivos. Entretanto, como uma estratégia oposta, especialmente implementada quando dispõem de outras garantias de renda, como a aposentadoria, algumas destas famílias vem optando por reduzir a intensidade de trabalho no sistema de produção, re-adequando a configuração dos equipamentos e realizando a pesca principalmente em momentos mais favoráveis. Em uma das entrevistas realizadas, a família chegou a coordenar a operação de duas embarcações, de grande porte para pesca artesanal. A partir da década de 1980, em função da redução dos estoques naturais de pescado, esta família optou por reduzir o potencial de captura, se desfez de parte dos equipamentos e investiu na aquisição e reforma de uma segunda moradia, a qual hoje constitui uma fonte de renda através de aluguéis. Inúmeras situações semelhantes foram relatadas, sendo que em outra entrevista constatou-se uma situação na qual a família optou por se desfazer de toda parelha, sendo que atualmente o pescador trabalha como “carancho” e também complementa sua renda através de aluguéis.

O acesso a políticas sociais constitui, além de uma garantia de renda, a possibilidade de utilizar os recursos na constituição de outras estratégias, vinculadas ou não aos sistemas produtivos. A aposentadoria e o seguro desemprego constituem as duas principais políticas sociais que os pescadores artesanais podem acessar. As dificuldades de comprovar tempo de trabalho na pesca, pela informalidade da atividade, e a burocracia no encaminhamento dos “papéis” para aposentadoria têm constituído fatores que limitam o acesso dos pescadores à esses benefícios.

Os pescadores que conseguem se aposentar perdem o direito de acessar ao seguro desemprego, uma vez que a pesca deixa de constituir a principal fonte de renda da família. Entretanto, em alguns casos, constitui uma estratégia familiar encaminhar a documentação profissional da “mulher pescadora”, para que esta tenha acesso ao seguro desemprego. Esta estratégia é motivo de certa controvérsia na comunidade local. Conforme comentado anteriormente, especialmente nas famílias que implementam o sistema de produção das “parelhas grandes”, existe uma variabilidade em relação ao papel desempenhado pelas mulheres: em alguns casos elas participam da atividade produtiva, em outros casos não existe muita relação entre o conjunto da unidade familiar e o sistema de produção. Quando se configura esta última situação, muitos pescadores consideram injusto as mulheres terem acesso à carteira de pescadora profissional e, conseqüentemente, ao seguro desemprego.

Por outro lado, o encaminhamento da documentação profissional da “mulher pescadora”, que garante acesso aos benefícios conquistados pelos pescadores artesanais, independente se o pescador está ou não aposentado, tem constituído uma estratégia interessante, especialmente nas famílias que trabalham com as “parelhas pequenas” e com a “pesca no gongo”, os quais representam sistemas de produção em que a unidade doméstica mais freqüentemente coincide com a unidade de trabalho e produção na pesca.

O gráfico abaixo apresenta a composição comparativa da renda familiar total dos diferentes tipos de pescadores entrevistados.



Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

Mesmo tendo claro que as estratégias de reprodução social não se resumem apenas à questão de geração de renda, estes dados nos auxiliam a compor uma noção da importância que assume a diversificação de atividades “fora” da atividade pesqueira. A geração de renda em atividades não-pesqueiras depende da liberação de mão-de-obra familiar para outras atividades. Esta liberação é mais freqüente entre os “proeiros” e “caranchos”, uma vez que trabalham em sistemas de produção coordenados por outros pescadores e, dessa maneira, os demais membros das suas famílias realizam atividades não relacionadas aos sistemas produtivos. O reduzido acesso às políticas sociais por parte dos “proeiros” encontra explicações na falta de documentação profissional, especialmente dos jovens que estão ingressando na atividade.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de *processo* envolvida na pesquisa, principalmente em se tratando de uma dissertação de mestrado, nos traz, quando chegado o momento de colocar o “ponto final”, algumas percepções um tanto contraditórias. Por um lado, tem-se clareza de que o processo de construção do conhecimento sobre determinado tema, quando referenciado na complexidade que a realidade empírica nos apresenta, resulta mais em uma geração de novas dúvidas e motivações de pesquisa, alimentadas pelas novas perspectivas incorporadas, do que em certezas. Por outro lado, este mesmo processo traz a motivação de reinterpretar elementos da própria pesquisa e de buscar explicações para questões que, agora percebemos, ficaram em aberto. Nesse sentido, as considerações que serão apresentadas terão o objetivo de retomar, de forma conclusiva, alguns pontos que foram sendo discutidos ao longo da dissertação e, além disso, apontar algumas das questões para as quais a pesquisa não pôde oferecer respostas.

Um dos elementos motivadores da pesquisa foi a percepção da necessidade de “trazer à tona” a diversidade interna do grupo social. Esta diversidade, observada em experiências profissionais anteriores e na própria pesquisa exploratória, é muitas vezes negligenciada por determinadas abordagens acadêmicas e, principalmente, pelas políticas públicas voltadas para os pescadores artesanais. Parte do problema de pesquisa consistia em compreender, então, a origem da atual diversidade de pescadores artesanais de São Lourenço do Sul. A hipótese levantada para tanto sugeria que esta diversidade encontrava suas principais origens no processo de “modernização do setor pesqueiro” das décadas de 1960 e 1970, especialmente em função do acesso desigual às políticas públicas da época.

A reconstituição do processo de evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros nessa localidade, entretanto, nos apontou uma interpretação diferenciada. A diferenciação social entre os pescadores artesanais teve início, de forma mais perceptível, quando também iniciou o processo de “mercantilização” da pesca. Por volta do final do século XIX, o pescado era capturado tendo em vista o consumo familiar e o abastecimento do povoado de São Lourenço do Sul. Os equipamentos eram simples e estavam ao acesso indiferenciado de quem tivesse os conhecimentos necessários para a atividade pesqueira. Entretanto, com a intensificação de canais de comercialização para o pescado salgado, aumentou a demanda por determinadas espécies, como o bagre e a miraguaia. Os sistemas de produção foram

reformulados e passaram a utilizar embarcações maiores e uma quantidade maior de redes. Essas mudanças foram operadas por alguns pescadores, os quais se tornaram “patrões” das “parelhas”, ao passo que outros, sem acesso aos novos meios de produção, constituíram os demais integrantes da equipe de pesca, os “proeiros”, “remadores” e outros. Este processo consistiu em uma primeira diferenciação entre os pescadores.

O processo posterior de modernização do setor pesqueiro, com a atuação do Estado e do setor industrial, não está, portanto, nas origens da diferenciação social, mas vem a agravar determinados aspectos desta. O parque industrial foi ampliado, assim como a demanda por uma variedade maior de espécies de pescado, em função das novas formas de processamento, armazenamento e transporte. As “parelhas artesanais” incorporaram tecnologias como o motor de combustão, que proporcionaram um raio de atuação maior, mas dispensaram grande quantidade de mão-de-obra. Os novos sistemas de produção na pesca apresentavam uma estrutura de capital ainda mais elevada, a qual impossibilitou que muitos pescadores tivessem acesso aos meios de produção. O emprego de insumos “modernos”, como o gelo e o diesel, aumentaram os custos de produção gerando formas mais desiguais de partilha da produção, especialmente quando começaram a serem percebidos os impactos ambientais do novo sistema pesqueiro. Por outro lado, ampliaram-se os mercados, formais ou informais, para espécies de pescado antes desvalorizadas, como espécies de água doce que habitam a costa próxima da Lagoa dos Patos. Este fato possibilitou uma reformulação de sistemas de produção mais representativos de outras épocas, como a pesca em pequenas embarcações, movidas a vela e a remo, denominada pelos pescadores de “pesca no gongo”.

Mais recentemente, as políticas públicas voltadas para a pesca artesanal também passam a constituir um importante elemento na reformulação de sistemas produtivos e na diferenciação social entre os pescadores. A maior representatividade de pescadores que se tornam “patrões de parelhas pequenas” e “caranchos” é, em grande medida, resultados dessas políticas.

Porém, não se pode atribuir apenas a estas “macro-dinâmicas” a atual diferenciação social entre os pescadores. A reconstituição da trajetória de vida dos pescadores entrevistados demonstrou que, muitas vezes, foram utilizadas estratégias individuais como, por exemplo, o trabalho em empregos “fora da pesca” para acumular recursos que permitissem “voltar para a pesca” em uma outra condição de produção. Dessa forma, a atual diferenciação social entre os pescadores é, em grande parte, produto de processos como a “mercantilização” da pesca, a modernização do setor nas décadas de 1960 e 1970 e das atuais políticas públicas. Entretanto, deve ser também explicada como resultado de outras estratégias de reprodução social e de

reformulação dos sistemas produtivos, elaboradas pelos indivíduos ou pelas famílias, considerando o atual contexto em que se encontram inseridos.

Percebe-se, portanto, que a reconstituição da evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros em São Lourenço do Sul forneceu elementos importantes para concluir sobre os processos que geraram a atual diversidade de pescadores artesanais nessa localidade. A tipologia realizada, elaborada tendo como base categorias identificadas pelos próprios pescadores artesanais, se revelou também uma ferramenta interessante para ressaltar a diversidade interna ao grupo social, as relações que se estabelecem entre esses diferentes tipos e os impactos diferenciados, por exemplo, de políticas públicas e dinâmicas ambientais. Uma ressalva deve ser feita a respeito da tipologia: o enquadramento dos pescadores nos seis “tipos” sistematizados, apesar de baseado nas declarações dos próprios pescadores no momento das entrevistas, deve ser entendido como uma caracterização da condição atual do pescador, e não como algo definitivo, ou que possa, *a priori*, determinar suas escolhas.

Feitas estas considerações, conclui-se que o referencial teórico dos sistemas agrários, aplicado à pesca artesanal, constitui uma importante ferramenta para compreensão de aspectos técnicos e socioeconômicos, que compõem os sistemas de produção na pesca e que influenciam sua evolução e diferenciação, ou, em outras palavras, sua reprodução. Convém lembrar que, para a pesca artesanal, a dimensão técnica pode ser considerada como um elemento que sintetiza as representações que os pescadores constroem sobre a natureza, através das quais elaboram suas estratégias de captura do pescado. A dimensão técnica representa o “saber-fazer” da profissão, um dos elementos que definem a identidade dos pescadores artesanais. Dessa forma, a reprodução dos sistemas produtivos incide não apenas sobre aspectos materiais e econômicos, mas também sobre valores culturais e simbólicos, próprios das famílias de pescadores artesanais.

Este entendimento, de certa forma, amplia o “estatuto” dos sistemas produtivos para além da dimensão exclusivamente econômica. Isto não deve significar, entretanto, que se reduza à dimensão produtiva todos os aspectos relacionados à reprodução social das famílias de pescadores artesanais. Frente a esta constatação, foi realizado o esforço de identificar e compreender não apenas as estratégias relacionadas aos sistemas de produção, mas também aquelas construídas “fora” da pesca propriamente dita.

As hipóteses propunham que as famílias de pescadores que colocavam em prática sistemas de produção mais “mercantilizados” tenderiam a construir estratégias de reprodução social mais vinculadas aos sistemas produtivos; e as famílias que colocavam em prática

sistemas de produção menos “mercantilizados”, tenderiam a construir uma maior “diversificação” de estratégias de reprodução.

Estas idéias foram parcialmente confirmadas, mas não podem ser assumidas como “regra”. Pode-se concluir que o sistema de produção mais “mercantilizado”, representado pelas “parelhas grandes”, por apresentar uma configuração técnica que lhe permite explorar os mais variados ambientes pesqueiros e implementar diversas artes de pesca (ou sistemas técnicos de captura), propicia aos pescadores responsáveis por sua operação a possibilidade de colocar em prática uma diversidade maior de estratégias produtivas. Essas estratégias estão relacionadas a um alto custo de operação, que demanda maiores volumes de captura e a utilização de canais mais formais de comercialização, aspectos próprios da lógica mais mercantil desse sistema. A atual situação dos estoques e a variabilidade natural da condição de salinidade na lagoa influenciam a disponibilidade de pescado e se traduzem em riscos à operação das “parelhas grandes”. Frente a esses riscos, alguns pescadores têm optado por intensificar ainda mais o sistema produtivo. Outras famílias, porém, optaram por reduzir a intensidade das atividades na pesca e investir em outras fontes de renda, como a aquisição de imóveis para aluguel aos “veranistas”. Em função desta variabilidade de estratégias, a hipótese acima não deve ser completamente validada, pois mesmo para as famílias que implementam o sistema de produção mais mercantilizado pôde-se observar a construção de estratégias de reprodução social não vinculadas à atividade pesqueira.

A “diversificação” de atividades, que a princípio seria atribuída às famílias que operam sistemas de produção menos “mercantilizados”, se mostrou como uma variável independente do grau de mercantilização. Mostrou-se mais correlacionada com a composição da mão-de-obra familiar, com o emprego de trabalho familiar no sistema produtivo e com a liberação de mão-de-obra para outras atividades. A renda de atividades não-pesqueiras combinada com a liberação de mão-de-obra familiar para outras atividades, representam os melhores indicadores que a pesquisa disponibiliza para avaliar a “diversificação”. A renda de atividades não-pesqueiras está presente em todos os tipos de pescadores identificados, mas assume maiores proporções, em comparação a renda total, para “caranchos”, “proeiros” e “patrões de parelha pequena”. Nas famílias desses pescadores é que ocorre também, via de regra, maior liberação de mão-de-obra. Para os dois primeiros “tipos”, isso ocorre porque trabalham em sistemas de produção coordenados por outros pescadores, não envolvendo assim os demais membros da família, os quais, geralmente, desenvolvem atividades fora da pesca. Para os “patrões de parelha pequena”, embora este sistema de produção envolva mais freqüentemente mão-de-obra familiar, as equipes de pesca muitas vezes são constituídas com



outros pescadores que também possuem redes, para aumentar o esforço de pesca do sistema de produção. Dessa forma também ocorre significativa liberação de mão-de-obra familiar para “diversificação” de atividades.

Percebe-se, portanto, que a “diversificação” das atividades familiares não depende exclusivamente do grau de mercantilização dos sistemas produtivos. Outro fato que corrobora esta conclusão foi a observação de que nas famílias de “gongueiros”, que implementam os sistemas produtivos com menor grau de mercantilização, existe uma pequena diversificação em termos de atividades não-pesqueiras, e as estratégias de reprodução social são mais freqüentemente construídas “dentro” da pesca.

Sobre o tema da “diversificação” é importante fazer uma ressalva: o conceito de “*diversificação de modos de vivência*”, conforme proposto por Ellis (1998), não se resume apenas à diversificação de fontes de renda, mas também a outras estratégias elaboradas no sentido de viabilizar a reprodução social. Estas estratégias podem ter características bastante distintas, variando, por exemplo, desde a valorização da produção para o autoconsumo até o estabelecimento de redes de relacionamento que permitem acessar outros benefícios. Este último tipo de estratégia foi constatado nas entrevistas realizadas, e pode auxiliar a explicar porque alguns “tipos” de pescadores conseguem mais facilmente acessar políticas sociais, como a aposentadoria, que outros. É necessário, portanto, reconhecer que esta abordagem poderia ter sido mais aprofundada, contribuindo para o entendimento sobre o acesso diferenciado dos pescadores às políticas públicas. Isto demandaria, entretanto, o aporte de outros referenciais teóricos, o que poderia extrapolar a dimensão de uma dissertação de mestrado.

Apesar desta possibilidade não explorada, a pesquisa reuniu elementos suficientes para concluir que a diferenciação dos sistemas de produção e dos próprios pescadores é bastante dinâmica, e que pequenos recursos, disponibilizados por políticas públicas, já são suficientes para causar este tipo de processo. É o caso, por exemplo, dos recursos disponibilizados a fundo perdido pelo RS Rural Pesca Artesanal, da ordem de R\$ 450,00, que permitiram que “proeiros” adquirissem redes e se diferenciassem em “caranchos”, promovendo novas formas de partilha da produção, com impactos significativos na renda da pesca. Interessante destacar que, em função da relativa simplicidade dos meios de produção necessários para implementar sistemas de pesca como a “pesca em parselhas pequenas” e a “pesca no gongo”, recursos da ordem de R\$ 5.000,00, disponibilizados pelo PRONAF PESCA e pelo RS Rural Pesca Artesanal para “caranchos” e “gongueiros”, foram suficientes para assegurar o acesso aos meios de produção e promover uma diferenciação social desses pescadores seus sistemas

produtivos. Outro exemplo que pode ser mencionado é o uso do seguro desemprego para compra de pequenas embarcações, que possibilitou que “proeiros” e “caranchos” se diferenciasssem em “gongueiros”. Importante ressaltar que a falta de documentação profissional constitui o principal fator que impediu muitos “proeiros” de terem acesso a esses recursos.

Dessa forma, as atuais políticas públicas, tanto àquelas voltadas para atividade produtiva quanto àquelas mais “compensatórias”, como é o caso do seguro desemprego da pesca, têm sido apropriadas pelos pescadores no sentido de viabilizar os sistemas produtivos ou promover uma participação mais autônoma nesses. Entretanto, essas políticas encontram-se ainda muito direcionadas ao aumento do esforço de pesca, sem uma avaliação mais cuidadosa da situação dos estoques pesqueiros, e têm ainda uma atuação discreta sobre aspectos como a agregação de valor, via processamento e comercialização, realizados pelos próprios pescadores, em projetos individuais ou associativos.

Ainda assim, mesmo reconhecendo que existe um “longo caminho” para consolidação das políticas públicas voltadas para pesca artesanal, é necessário admitir que o contexto atual, no que se refere ao ambiente institucional, se apresenta favorável ao desenvolvimento dessas ações voltadas para a questão da agregação de valor e da comercialização na pesca artesanal. A garantia mínima de renda, assegurada pelo seguro desemprego e pelas aposentadorias, junto ao fornecimento de crédito para custeio e investimento por meio de políticas como o PRONAF PESCA, podem estar se constituindo em ferramentas para deslegitimar as bases que sustentam as tradicionais relações clientelísticas entre pescadores e atravessadores. Algumas experiências associativas de pescadores artesanais, observadas em diversas comunidades pesqueiras do Estado, que, encaminhando projetos coletivos, se estruturam para conservação e beneficiamento de pescado, avançam nesse mesmo sentido. Demandam ainda, entretanto, apoio da extensão pesqueira na formação para gestão dessas experiências.

Essas experiências de comercialização na pesca artesanal podem vir a representar formas autônomas de inserção nos mercados, através das quais as famílias podem melhorar a renda e a qualidade de vida, sem que isso venha a representar um processo de “mercantilização” dos demais domínios da vida social e cultural, como a esfera das relações familiares e comunitárias e as representações e formas de interação com a natureza.

Pode-se concluir também que a origem da renda não se mostra um critério adequado para definir o acesso a políticas públicas. No PRONAF, por exemplo, para que o pescador se enquadre é necessário que 80% da sua renda tenha origem em atividades pesqueiras. Para acessar o Seguro Desemprego, o pescador deve ter “dedicação à atividade, em caráter

ininterrupto, durante o período decorrido entre a paralisação [defeso] anterior e aquela em curso” (Resolução nº 195, de 23 de setembro de 1998). Nas 35 entrevistas realizadas, apenas em cinco casos a renda da pesca foi superior a 80% da renda total familiar. Se o critério fosse o trabalho dedicado à pesca ao invés da renda, a situação seria diferente: entre as 35 entrevistas realizadas, apenas em 14 casos a mão-de-obra familiar dedicada à pesca (traduzida em UTHs) foi inferior a 80% da mão-de-obra total disponibilizada pela família. Para os pescadores que não coordenam a implementação de sistemas de produção, principalmente no caso dos “proeiros”, existe liberação de mão-de-obra familiar para atividades fora da pesca. Além disso, nas épocas de baixa disponibilidade de pescado, as “parelhas” param de trabalhar e o próprio pescador se vê obrigado a buscar fontes de renda fora da pesca. Resulta que a renda de atividades não-pesqueiras desse pescador frequentemente excede a 20%, o que pode acabar por excluir dessas políticas públicas aqueles que mais necessitam.

Outro objetivo da pesquisa era apontar as dinâmicas ambientais e sociais que influenciam a evolução e diferenciação dos sistemas de produção e a reprodução social das famílias de pescadores artesanais em São Lourenço do Sul. As principais dinâmicas ambientais, como a degradação dos estoques pesqueiros e a variabilidade das condições de salinidade na lagoa; e sociais, como a “mercantilização” da pesca e o acesso a políticas públicas, foram, acredita-se, suficientemente trabalhadas. Tem-se consciência que algumas dessas dinâmicas, extremamente complexas, como as que influenciam, por exemplo, as relações entre pescadores e a legislação ambiental ou a mediação realizada entre as políticas públicas e os pescadores, foram muitas vezes apenas mencionadas. Demandariam, entretanto, para um entendimento mais aprofundado, a incorporação de elementos de outros referenciais teóricos além dos que foram aqui utilizados. Este parece constituir um esforço de pesquisa interessante a ser desenvolvido, em trabalhos posteriores.

A principal motivação que nos conduziu a realização desta pesquisa foi a percepção da necessidade de melhor compreender o grupo social “pescadores artesanais” e a forma como se relacionam com a sociedade, esperando com isso poder estar apontando elementos para elaboração de políticas públicas que possam contribuir para sua reprodução social. Ao final deste processo, torna-se necessário reconhecer que “compreender os pescadores artesanais” implica, antes de tudo, trazer para a reflexão acadêmica e para a reflexão pessoal, novas formas de percepção das relações entre sociedade e natureza que esses atores sociais podem estar nos ensinando.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Egon Z. de. **Transcrição da palestra proferida por ocasião da XIV Feira Municipal do Livro**. Biblioteca Municipal de São Lourenço do Sul, 1993.
- ALMEIDA, Jalcione. O enfoque sistêmico e a interpretação dos processos sociais rurais: usos “redutores” de um pretense paradigma “holístico”. **Revista Redes**, v. 8, n. 1, jan-abr. 2003.
- ANDRIGUETTO-FILHO, José M. **Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no Litoral do Paraná, Brasil**. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. 1999.
- ANDRIGUETTO-FILHO, José M. Sistemas técnicos de pesca no litoral do Paraná: caracterização e tipificação. In: **Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdisciplinaridade: pesquisas urbanas e rurais**. Claude Raynaut [et al.]. Curitiba. Editora da UFPR. 2002.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA/ RS. **Relatório sobre a pesca**. Relatório da Comissão Especial sobre pesca. Porto Alegre, 1975.
- BARCELLOS, Boaventura N. **Informe Geral sobre a Pesca no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Editado por BRDE/ CODESUL. 1966.
- BARCELLOS, Boaventura N. Introdução histórica. In: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA/ RS. **Relatório sobre a pesca**. Relatório da Comissão Especial sobre pesca. Porto Alegre, 1975.
- BAUER, Martin W. & GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som. Um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis/RJ. Editora Vozes. 2002.
- BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo. Editora Hucitec. 1994.
- BENÉ, Christophe & NEILAND, Arthur E. Fisheries development issues and their impact on the livelihoods of fishing communities in West-Africa: an overview. **Journal of Food, Agriculture & Environment**. v. 1, n. 1, January, 2003.
- CORRÊA, Marco F. M. **A pesca artesanal da tainha no litoral do Estado do Paraná**. Secretaria de Estado da Cultura: Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1993.
- CORTES, Soraya M. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. **Cadernos de Sociologia** v. 9. Porto Alegre. Programa de Pós-graduação em Sociologia PPGS/UFRGS. (1998).
- COSTA, Jairo S. **Navegadores da Lagoa dos Patos: a saga náutica de São Lourenço do Sul**. São Lourenço do Sul. Editora Hofstätter, 1999.

- COSTA, Jairo S. et alli. **São Lourenço do Sul Cem Anos 1884 – 1984**. São Lourenço do Sul. Prefeitura Municipal. Edição comemorativa, 1994.
- CUNHA, Lúcia H. de O. Espaço e territorialidade no universo da pesca artesanal. In: DIEGUES, Antônio Carlos S. (org.). **Pesca Artesanal: tradição e modernidade. Encontro de Ciências Sociais e o Mar, 3 – Coletânea de trabalhos apresentados**. São Paulo, 1989.
- CUNHA, Lucia H. de O. & ROUGEULLE, Marie D. **Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: Convivência e conflitos; o caso de Guaraqueçaba (Paraná)**. São Paulo. Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil. 1989.
- DIAS NETO, J. & MARRUL FILHO, S. **Síntese da situação da pesca extrativa de marinha no Brasil**. Brasília/DF. IBAMA/DIFAP/CGREP, 2003. Disponível em <http://www.ibama.gov.br>
- DIEGUES, Antônio C. S. **Pesca e marginalização no litoral paulista**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH/USP. 1973.
- DIEGUES, Antônio C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo. Editora Atlas. 1983.
- DIEGUES, Antônio C. S. Formas de organização da produção pesqueira no Brasil: alguns aspectos metodológicos. In: **Encontro de Ciências Sociais e o Mar, 2 – Coletânea de trabalhos apresentados**. São Paulo, 1988.
- DIEGUES, Antônio C. S. A pesca artesanal no litoral brasileiro: cenários e estratégias para sua sobrevivência. Revista Proposta – Experiências em Educação Popular, n. 38 – **Pescadores Artesanais, entre o passado e o futuro**. Rio de Janeiro. Editora da FASE. 1988b.
- DIEGUES, Antônio C. S. Tradição e mudança nas comunidades de pescadores do Brasil: por uma sócio-anthropologia do mar. In: **Pesca Artesanal: tradição e modernidade. Encontro de Ciências Sociais e o Mar, 3 – Coletânea de trabalhos apresentados**. São Paulo, 1989.
- DUARTE, L. F.D. **As redes do suor; a reprodução social dos trabalhadores da produção do pescado em Jurujuba**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRJ. 1978.
- ELLIS, Frank. **Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries**. Oxford, University Press. 1998.
- ELLIS, Frank. Survey Article: Household Strategies and Rural Livelihood Diversification. **Journal of Development Studies**. v. 35, 1998b.
- FORMAN, Shepard. **The raft fishermen; tradition and change in the Brazilian peasant economy**. Bloomington and London. Indiana University Press, 1970.

- GARCEZ, Danielle S. **Diagnóstico das comunidades de pescadores artesanais no Estado do Rio Grande do Sul**. Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Programa RS Rural e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Porto Alegre, 2001.
- GOMES, Jose J. et alli. **Arquipélago: as ilhas de Porto Alegre. Série Memória dos Bairros**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria Municipal da Cultura. Unidade Editorial Porto Alegre, 1995.
- IBAMA. **Desembarque de Pescado no Rio Grande do Sul**. Rio Grande, IBAMA, 1997.
- KRAEMER, Marília de C. **Malhas da Pobreza: exploração do trabalho de pescadores artesanais na Baía de Paranaguá**. Curitiba. Estante Paranista, v. 22. 1982.
- MALDONADO, Simone C. **Pescadores do Mar**. São Paulo. Editora Ática. 1986.
- MAZOYER, Marcel & ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa. Instituto Piaget. 2001.
- MENDRAS, Henry. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 1978.
- MIGUEL, L. A. & ZANONI, M. M. Impactos socioeconômicos de uma política de proteção ambiental sobre os agricultores familiares e produtores rurais do litoral norte do Estado do Paraná. In: AGUIAR, D. R. D. & PINHO, J. B. **“Agronegócio Brasileiro: Desafios e perspectivas”**. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 36. Brasília. Artigos e Resumos. SOBER, 1998.
- MINAYO, Maria C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ. Editora Vozes. 1996.
- MORIN, Edgar. **O método: o conhecimento do conhecimento**. São Paulo. Editora Europa-América. 1986.
- OLIVEIRA, Roberto C. **O trabalho do antropólogo**. Brasília/ São Paulo. Paralelo Quinze/ Editora da Unesp. 2000.
- PESSANHA, Elina G. da F. **Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu**. Niterói. EdUFF. 2003.
- PROINTER. Programa Interdisciplinar de Pesquisa. **Relatório de saída de campo**. PGDR/UFRGS, 2003. Mimeo.
- QUENSIÈRE, Jacques. **De la modélisation halieutique à la gestion systémique des pêches**. Natures, Sciences, Sociétés. v. 1, n. 3. 1993.
- SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

- SCOOT, James C. ¿Patronazgo o explotación?. In: GELLNER, E. **Patrones y Clientes en las Sociedades Mediterráneas**. Barcelona. Jucar Universidad. 1985.
- SCOOT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Campina Grande/PB. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFCG. v. 21, n. 1. Jan/jun. 2002.
- SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E PESCA. Notícias: **Projeto irá desenvolver a pesca artesanal com desenvolvimento sustentável**. Brasília/DF. 2004. Disponível no endereço eletrônico <http://www.masrv56.agricultura.gov.br/seap/>
- SILVA, Luiz G. Movimento social dos pescadores do norte e nordeste Brasileiros: tradição e mudança (1966 – 1988). In: **Pesca Artesanal: tradição e modernidade. Encontro de Ciências Sociais e o Mar, 3 – Coletânea de trabalhos apresentados**. São Paulo, 1989.
- SOUSA, Tanara R. V. & ABDALLAH, Patrizia R. **Políticas públicas e atividades pesqueira no estado do Rio Grande do Sul**. Estudo realizado com apoio do FNMA/MMA e do Banco Mundial/MCT/PADCT. Disponível em <http://www2.furg.br/depto/dceac/ceema>. 2003.
- SOUSA, Tanara R. V. **Os efeitos do crédito rural na exploração de um recurso natural: o caso da atividade pesqueira no Rio Grande do Sul**. Rio Grande. FURG. Monografia de Graduação em Ciências Econômicas. 2003.
- SOUZA, Marco A. A. de. **Política e evolução da atividade pesqueira no Rio Grande do Sul: 1960 a 1997**. Dissertação de Mestrado em Economia Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2001.
- SOUZA, Marco A. A. de. **Pluriatividade entre pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos no Rio Grande do Sul**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 41. Juiz de Fora/MG. 2003. Anais.
- SUDEPE. Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. **Diagnóstico do Setor Pesqueiro do Rio Grande do Sul**. 1983. (Relatório técnico).
- SUDEPE. Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. **Diagnóstico do Setor Pesqueiro do Rio Grande do Sul**. 1988. (Relatório técnico).
- WOLF, Eric. Aspects of Group Relations in a Complex Society: México. In: SHANIN, T. (ed.). **Peasants and Peasant Societies: select readings**. Harmondsworth: Penguin Books, 1971.
- VAN DER PLOEG, J. D. El processo de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (Ed.) **Ecología, Campesinado y Historia**. Madrid. Las Ediciones de La Piqueta, 1992.

WÜNSCH, J.A. **Diagnóstico de sistemas de produção: procedimentos para ações de desenvolvimento rural.** Dissertação de Mestrado. Piracicaba/SP. Mestrado em Agronomia/Fitotecnia. ESALQ/USP, 1995.



## APÊNDICES

<b>Apêndice 1</b> Roteiro de Entrevista .....	144 - 152
<b>Apêndice 2</b> Planilha de cálculos de indicadores econômicos para avaliação de sistemas de produção na pesca artesanal .....	153 - 155
<b>Apêndice 3</b> Tipologia dos Pescadores Artesanais de São Lourenço do Sul .....	156 - 163
<b>Apêndice 4</b> Nomes comuns e científicos das espécies de pescado citadas na dissertação ....	164





Qual a proporção entre venda e consumo da família? \_\_\_\_\_  
Que espécies são melhores de vender e de consumir? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**(Parelhas)** Qual sua função na parelha, quais os trabalhos que lhe cabem? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Quem toma as decisões e como (o que pescar, onde pescar, sobre as condições do tempo, etc)? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Como foi a escolha dos demais componentes da parelha? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Como descreve as funções dos demais componentes da parelha? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Como são repartidos custos e produção? Antes ou depois da comercialização? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

E quanto cada pescador pode retirar para a alimentação familiar? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Qual a proporção entre venda e consumo da família? \_\_\_\_\_

Que espécies são melhores de vender e de consumir? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_





#### 4) Infra-estrutura Social

Descrição das condições de moradia

- a) Tipo:                    ( ) Madeira;            ( ) Alvenaria;        ( ) Mista  
b) Estado atual            ( ) Bom;                ( ) Razoável;        ( ) Ruim  
c) Banheiro/WC            ( ) Interno;            ( ) Externo;        ( ) Não possui;  
d) Esgoto cloacal        ( ) Fossa negra;        ( ) Sanga/vala;        ( ) Rede  
e) Possui forro            ( ) Sim                ( ) Não

Na casa há:

- ( ) Água encanada    ( ) Luz elétrica    ( ) Máquina de lavar roupa    ( ) Automóvel, ano\_\_\_\_\_
- ( ) Telefone convencional    ( ) Telefone celular    ( ) Televisão    ( ) Refrigerador    ( ) Freezer
- ( ) Antena parabólica    ( ) Computador

#### 5) Conflitos Sócio-ambientais

Quais as principais dificuldades enfrentadas na atividade? (Investigar principais conflitos)-

---

---

---

---

---

---

---

Que medidas são tomadas para enfrentá-las?\_\_\_\_\_

---

---

---

Como descreve a situação atual (últimos anos) de disponibilidade de pescado na Lagoa?\_\_\_\_\_

---

---

---

---

O que acha que poderia ser feito?\_\_\_\_\_

---

---

Qual sua opinião sobre a possibilidade de criação de peixes na Lagoa? Considera esta possibilidade\_\_\_\_\_

---

#### 6) Políticas públicas

Teve acesso a crédito ou ajuda de algum programa de governo? Qual? Em que foi aplicado?\_\_\_\_\_

---






Explora outras formas de comercialização? Descrever: \_\_\_\_\_

---



---



---



---



---



---



---

Explora alternativas de geração de renda? \_\_\_\_\_

Quais? Em que épocas? \_\_\_\_\_

---



---



---



---



---



---



---

Quanto recebe (em cada uma)? \_\_\_\_\_

---



---

Considera melhor ou pior que trabalhar na pesca? Por que? \_\_\_\_\_

---



---



---



---

Existem situações em que a comunidade “trabalha junto”? \_\_\_\_\_

---



---



---



---

Quando a safra é “boa”, sobra algum recurso? Onde aplica? \_\_\_\_\_

---



---



---



---

Qual objetivo (individual e/ou dos demais membros da família) de buscar outra fonte de renda?

Manutenção família? Melhoria qualidade de vida? Obter recursos para investimento na pesca?

Outras? \_\_\_\_\_



**APÊNDICE 2. Planilha de cálculos de indicadores econômicos para a avaliação de sistemas de produção na pesca artesanal**

Versão 11-2004

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Departamento de Ciências Econômicas

**Identificação do Entrevistado**

Nome:	Maciel
Localidade:	Bairro Navegantes
Tipo pescador	Patrão
Ano Pesqueiro:	2003/ 2004
Início (Mês/ Ano):	oficial 01 de outubro
Fim (Mês/ Ano):	oficial 31 de maio

**A) Principais safras**

Tainha	
Bagre	
Camarão	

**B) PRODUTO BRUTO ( PB )**

**B.1) PRODUÇÃO TOTAL CAPTURADA**

Atividades	Quantidade Capturada	Unidades	Preço Unitário	R\$ Total
Tainha	13.210	Kg	1,20	15.852,00
Tainha venda direta	800	Kg	2,50	2.000,00
Bagre	2.410	Kg	1,00	2.410,00
Bagre venda direta	200	kg	2,00	400,00
Camarão	0	Kg		
<b>TOTAL PB COMERCIALIZADA</b>				<b>20.662,00</b>

**B.2) AUTOCONSUMO DA FAMÍLIA**

Atividades	Quantidade	Unidades	Preço Unitário	R\$ Total
Tainha	80	Kg	2,50	200,00
Bagre	30	kg	2,00	60,00
<b>TOTAL PB AUTOCONSUMO</b>				<b>260,00</b>

**B.3) RECAPITULATIVO DO PRODUTO BRUTO TOTAL**

PRODUTO COMERCIALIZADO	20662
AUTOCONSUMO FAMÍLIA	260
<b>PB TOTAL</b>	<b>20.922,00</b>

**C) CÁLCULO DO CONSUMO INTERMEDIÁRIO ( C.I. )**

**C. 1) Consumo Intermediário (Insumos externos, partes dos proeiros)**

Tipo	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
gelo	660	caixas	1,00	660,00
rancho	22	vários	50,00	1.100,00
gás	6	botijão	20,00	120,00
diesel	2943	litros	1,40	4.120,20
carancho tainha	1	1/9 das redes e da prod.	1.868,00	1.868,00
proeiros tainha	2	1/7 da produto líquido	1.450,00	2.900,00
proeiros bagre	2	1/7 da produto líquido	201,50	403,00
<b>TOTAL</b>				<b>11.171,20</b>

**C. 3) Consumo Intermediário MANUTENÇÃO (Máquinas/ Equipamentos)**

Item	Número	Valor Atual da unidade	Valor Atual Total	Valor Manutenção (fator 0,05)
embarcação	1	6000	6000	300,00
motor 4C 60HP	1	9000	9000	450,00
rede baixa tainha	20	40	800	40,00
rede alta tainha	60	80	4800	240,00
rede 3 panos bagre	50	64	3200	160,00
rede arrasto camarão	4	80	320	16,00
rádio amador	1	60	60	3,00
Freezer	2	400	800	40,00
<b>TOTAL</b>				<b>1.249,00</b>

**C.4) RECAPITULATIVO CONSUMO INTERMEDIÁRIO TOTAL - Tabela Síntese**

Tipo	TOTAL
C. 1) Consumo Intermediário	11.171,20
C. 3) Consumo Intermediário - MANUTENÇÃO	1.249,00
<b>TOTAL do CI</b>	<b>12.420,20</b>

## D. CÁLCULO DA DEPRECIÇÃO ( Dep )

## D.2 Máquinas, Equipamentos,

Tipo	Quantidade	Valor Unitário Atual	Valor Atual Total	Duração em Anos (vida residual)	Depreciação Anual
<b>D.2.2) Máquinas e Equipamentos</b>					
embarcação	1	6.000	6000	20	300,00
motor 4C 60HP	1	9.000	9000	15	600,00
rede baixa tainha	20	40	800	5	160,00
rede alta tainha	60	80	4800	5	960,00
rede 3 panos bagre	50	64	3200	5	640,00
rede arrasto camarão	4	80	320	5	64,00
rádio amador	1	60	60	8	7,50
Freezer	2	400	800	8	100,00
<b>TOTAL</b>			<b>24980</b>		<b>2.831,50</b>

## D.3 RECAPITULATIVO DAS DEPRECIÇÕES - Tabela síntese

Depreciação das Máquinas, Equipamentos	2.831,50
<b>DEPRECIÇÃO TOTAL</b>	<b>2.831,50</b>
<b>VALOR TOTAL DE MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS/</b>	<b>24.980,00</b>

## F. CÁLCULO DA DIVISÃO DO VALOR AGREGADO ( DVA )

ITENS				VALOR
Outros (especificar)				
Anuidade Colônia				30,00
Taxas				50,00
<b>TOTAL DVA</b>				<b>80,00</b>

## G) VENDA DA FORÇA DE TRAB (VFW) / RENDAS DE ATIV NÃO-PESQ / OUTRAS RENDAS

Venda Força Trab.	Nº DE PESSOAS	REMUNERAÇÃO	DURAÇÃO	TOTAL
aposentadoria	1	240	12	2.880,00
seguro desemprego	1	240	4	960,00
				0,00
<b>Atividades Não Pesqueiras</b>				
Aluguéis				1.500,00
<b>Outras rendas</b>				
<b>TOTAL</b>				<b>6.340,00</b>

## H) FORÇA DE TRABALHO

Tipo	até 13 anos	14 a 17	18 a 59 anos	mais de 60	TOTAL
<b>H.1) FAMILIAR PESCA</b>					
Maciel			1		1
Dora			0,5		0,5
<b>TOTAL FAMILIAR</b>					<b>1,5</b>
<b>H.2) CONTRATADA</b>					
Proeiro 1			0,33		0,33
Proeiro 2			0,33		0,33
Proeiro 3				0,33	0,33
<b>TOTAL CONTRATADA</b>					<b>0,99</b>
<b>TOTAL DE MÃO DE OBRA</b>					<b>2,49</b>

INDICADORES

QUADRO SÍNTESE DOS RESULTADOS ECONÔMICOS DA UPP:

INDICADOR	Valor
1) Mão de Obra TOTAL (UTH)	2,49
2) Mão de Obra Contratada (UTH)	0,99
3) Mão de Obra Familiar (UTHf)	1,50
4) Produto Bruto TOTAL (PBtotal)	20922,00
5) Consumo Intermediário Total (CI)	12420,20
6) Depreciação (DEP)	2831,50
7) Valor Agregado Bruto (VAB)	8501,80
8) Valor Agregado Líquido (VAL)	5670,30
9) DVA (Imp + Sal/ Enc + DF + Arr)	80,00
10) Renda Pesca (RP)	5590,30
11) Rendas não Pesqueira (RÑP)	5340,00
12) Renda Total (RT)	10930,30
13) VAB/UTH	3414,38
14) VAL/UTH	2277,23
15) RP/UTH	2245,10
16) RT/UTH	4389,68
17) VAB/UTHf	5667,87
18) VAL/UTHf	3780,20
19) RP/UTHf	3726,87
20) RT/UTHf	7286,87
21) Capital Imobilizado Máq. e Equip.	24980,00
22) Capital Imobilizado TOTAL (KI Total)	37480,20
23) PB Autoconsumo família	260,00
24) PB subst./ PB total	1,24
25) Taxa de Lucro TOTAL - TL total (%)	29,16
26) Taxa de Lucro PESQUEIRA- TL pesqueira (%)	14,92

### APÊNDICE 3: TIPOLOGIA DOS PESCADORES ARTESANAIS DE SÃO LOURENÇO DO SUL

Identificação Nº entrevista	Propr. Meios Prod			tipo	Forma Trabalho					Atividade				
	barco	motor	redes		UTHf	UTHfp	UTHc	UTHtp	UTHt	PB	PBaf	CI	PB/CI	KI
1	x	x	x	patrão PG	1,50	1,50	0,99	2,49	2,49	20922,00	260,00	12420,20	1,68	37480,20
2	x	x	x	patrão PG	1,50	1,50	1,98	3,48	3,48	36300,00	406,00	26501,89	1,37	47411,89
4	x	x	x	patrão PG	1,25	1,25	1,18	2,43	2,43	17960,00	280,00	10799,52	1,66	30519,52
8	x	x	x	patrão PG	1,00	1,00	1,12	2,12	2,12	15218,75	370,00	9414,20	1,62	18774,20
9	x	x	x	patrão PG	2,00	2,00	1,20	3,20	3,20	30757,60	920,00	24747,00	1,24	33807,00
12	x	x	x	patrão PG	2,00	1,00	1,75	2,75	3,75	24208,00	400,00	16388,50	1,48	32318,50
13	x	x	x	patrão PG	3,00	3,00	0,16	3,16	3,16	20470,00	470,00	3377,50	6,06	21597,50
<b>MÉDIA</b>					<b>1,75</b>	<b>1,61</b>	<b>1,20</b>	<b>2,80</b>	<b>2,95</b>	<b>23690,91</b>	<b>443,71</b>	<b>14806,97</b>	<b>2,16</b>	<b>31701,26</b>
16	x	x	x	patrão PP	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00	2139,60	516,00	349,60	6,12	3581,60
17	x	x	x	patrão PP	3,50	2,50	0,84	3,34	4,34	9523,80	402,00	5193,95	1,83	12368,95
22	x	x	x	patrão PP	2,16	2,16	0,16	2,32	2,32	4642,80	294,00	2356,03	1,97	7736,03
23	x	x	x	patrão PP	1,50	1,50	0,92	2,42	2,42	13436,00	390,00	10276,20	1,31	20436,20
24	x	x	x	patrão PP	1,33	1,33	0,66	1,99	1,99	8920,00	420,00	6860,80	1,30	14712,80
26	x	x	x	patrão PP	2,00	1,50	0,00	1,50	2,00	2697,50	365,00	1133,50	2,38	5763,50
35	x	x	x	patrão PP	2,66	1,66	0,00	1,66	2,66	8419,65	145,65	5392,20	1,56	14836,20
<b>MÉDIA</b>					<b>2,02</b>	<b>1,66</b>	<b>0,37</b>	<b>2,03</b>	<b>2,39</b>	<b>7111,34</b>	<b>361,81</b>	<b>4508,90</b>	<b>2,35</b>	<b>11347,90</b>
34	x	x	x	patrão PP	1,50	0,50	0,30	0,80	1,80	1600,00	209,50	1270,00	1,26	6790,00
3	x		x	gongueiro	2,60	2,60	0,00	2,60	2,60	1697,20	463,20	486,50	3,49	3791,50
15	x		x	gongueiro	3,00	3,00	0,00	3,00	3,00	4604,00	368,00	216,45	21,27	4150,45
19	x		x	gongueiro	4,00	4,00	0,00	4,00	4,00	3854,50	606,00	127,30	30,28	2033,30
<b>MÉDIA</b>					<b>3,20</b>	<b>3,20</b>	<b>0,00</b>	<b>3,20</b>	<b>3,20</b>	<b>3385,23</b>	<b>479,07</b>	<b>276,75</b>	<b>18,35</b>	<b>3325,08</b>
21	x		x	gongueiro	2,00	0,66	0,00	0,66	2,00	4100,00	500,00	123,00	33,33	2288,00

5		x	encarregado	2,50	2,50	1,12	3,62	3,62	17519,90	249,00	11399,35	1,54	12094,35
28	x	x	encarregado	1,50	1,00	1,32	2,32	2,82	26157,20	316,00	22548,60	1,16	32083,60
<b>MÉDIA</b>				<b>2,00</b>	<b>1,75</b>	<b>1,22</b>	<b>2,97</b>	<b>3,22</b>	<b>21838,55</b>	<b>282,50</b>	<b>16973,98</b>	<b>1,35</b>	<b>22088,98</b>
6		x	carancho	3,00	2,00	0,00	2,00	3,00	4267,80	400,00	48,00	88,91	1063,00
10		x	carancho	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00	5889,73	377,00	32,00	184,05	727,00
11		x	carancho	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00	5889,73	377,00	78,40	75,12	1701,40
18		x	carancho	2,83	1,50	0,00	1,50	2,83	6127,93	377,00	92,00	66,61	1987,00
20	x	x	carancho	3,12	1,00	0,00	1,00	3,12	3322,30	422,00	55,90	59,43	1228,90
25		x	carancho	1,25	1,25	0,00	1,25	1,25	6400,30	270,00	221,00	28,96	4696,00
30		x	carancho	3,00	2,25	0,00	2,25	3,00	10024,00	644,00	160,00	62,65	3470,00
32		x	carancho	1,00	0,84	0,00	0,84	1,00	2722,20	432,00	48,00	56,71	1063,00
33		x	carancho	3,00	2,16	0,00	2,16	3,00	3936,00	576,00	54,40	72,35	1197,40
<b>MÉDIA</b>				<b>2,13</b>	<b>1,44</b>	<b>0,00</b>	<b>1,44</b>	<b>2,13</b>	<b>5397,78</b>	<b>430,56</b>	<b>87,74</b>	<b>77,20</b>	<b>1903,74</b>
7			proeiro	2,25	1,25	0,00	1,25	2,25	1873,10	222,00	0,00		55,00
14			proeiro	1,00	0,84	0,00	0,84	1,00	619,20	120,00	0,00		55,00
27			proeiro	1,00	0,90	0,00	0,90	1,00	3312,00	312,00	0,00		0,00
29			proeiro	1,00	0,75	0,00	0,75	1,00	1582,80	252,00	0,00		0,00
31			proeiro	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00	2869,80	240,00	0,00		0,00
<b>MÉDIA</b>				<b>1,25</b>	<b>0,95</b>	<b>0,00</b>	<b>0,95</b>	<b>1,25</b>	<b>2051,38</b>	<b>229,20</b>	<b>0,00</b>		<b>22,00</b>

Sucessão: N = sem sucessor  
 PN = preferencialmente não  
 PS = preferencialmente sim  
 S = já tem sucessor

Moradia: A: alvenaria ou madeira, forro, bom estado conservação  
 B: alvenaria ou mista, sem forro, razoável estado conservação  
 C: madeira, sem forro, conservação ruim

# = trabalho eventual em outros sistemas de produção na pesca, como proeiros ou caranchos





4837,74	3340,98	6120,55	1690,76	5937,55	742,19	296,88	2375,02	2375,02	1640,21	49,09	960,00	
32083,60	13829,14	3608,60	1555,43	1577,60	197,20	197,20	1051,73	1577,60	680,00	4,92	1640,00	
<b>18460,67</b>	<b>8585,06</b>	<b>4864,58</b>	<b>1623,10</b>	<b>3757,58</b>	<b>469,70</b>	<b>247,04</b>	<b>1713,38</b>	<b>1976,31</b>	<b>1160,10</b>	<b>27,01</b>	<b>1300,00</b>	
531,50	531,50	4219,80	2109,90	3844,80	480,60	240,30	1281,60	1922,40	1922,40	361,69	6936,00	
727,00	727,00	5857,73	5857,73	5674,73	709,34	709,34	5674,73	5674,73	5674,73	780,57	1185,00	
1701,40	1701,40	5811,73	5811,73	5442,73	680,34	680,34	5442,73	5442,73	5442,73	319,90	450,00	
1324,67	1324,67	6035,93	4023,95	5474,27	684,28	456,19	1934,37	3649,51	3649,51	275,50	7680,00	
1228,90	1228,90	3266,40	3266,40	3034,47	379,31	379,31	972,59	3034,47	3034,47	246,93	5160,00	
3756,80	3756,80	6179,30	4943,44	5240,30	655,04	524,03	4192,24	4192,24	4192,24	111,59	6720,00	
1542,22	1542,22	9864,00	4384,00	8687,33	1085,92	482,63	2895,78	3861,04	3861,04	250,36	7020,00	
1265,48	1265,48	2674,20	3183,57	2299,20	287,40	342,14	2299,20	2737,14	2737,14	216,29	1440,00	
554,35	554,35	3881,60	1797,04	3609,00	451,13	208,85	1203,00	1670,83	1670,83	301,40	2540,00	
<b>1403,59</b>	<b>1403,59</b>	<b>5310,08</b>	<b>3930,86</b>	<b>4811,87</b>	<b>601,48</b>	<b>447,02</b>	<b>2877,36</b>	<b>3576,12</b>	<b>3576,12</b>	<b>318,25</b>	<b>4347,89</b>	
44,00	44,00	1873,10	1498,48	1818,10	227,26	181,81	808,04	1454,48	1454,48		4641,00	
65,48	65,48	619,20	737,14	564,20	70,53	83,96	564,20	671,67	671,67		4200,00	
0,00	0,00	3312,00	3680,00	3312,00	414,00	460,00	3312,00	3680,00	3680,00		966,00	
0,00	0,00	1582,80	2110,40	1582,80	197,85	263,80	1582,80	2110,40	2110,40		1468,00	
0,00	0,00	2869,80	2869,80	2968,80	371,10	371,10	2968,80	2968,80	2968,80		0,00	
<b>21,90</b>	<b>21,90</b>	<b>2051,38</b>	<b>2179,16</b>	<b>2049,18</b>	<b>256,15</b>	<b>272,13</b>	<b>1847,17</b>	<b>2177,07</b>	<b>2177,07</b>		<b>2255,00</b>	



6897,55	0,00	574,80	229,92	2759,02	1,42	100,00	86,08	13,92	0,00	S	B	
3217,60	1640,00	268,13	178,76	2145,07	1,21	66,67	49,03	0,00	50,97	PN	B	
<b>5057,58</b>	<b>820,00</b>	<b>421,46</b>	<b>204,34</b>	<b>2452,04</b>	<b>1,31</b>	<b>83,33</b>	<b>67,56</b>	<b>6,96</b>	<b>25,48</b>			
10780,80	4056,00	898,40	299,47	3593,60	9,37	66,67	35,66	26,71	37,62	S	A	
6859,73	225,00	571,64	571,64	6859,73	6,40	100,00	82,73	13,99	3,28	PN	B	
5892,73	450,00	491,06	491,06	5892,73	6,40	100,00	92,36	0,00	7,64	N	B	
13154,27	3840,00	1096,19	387,35	4648,15	6,15	53,00	41,62	29,19	29,19	PN	B	
8194,47	4200,00	682,87	218,87	2626,43	12,70	32,05	37,03	11,72	51,25	PN	B	
11960,30	0,00	996,69	797,35	9568,24	4,22	100,00	43,81	56,19	0,00	PrS	A	
15707,33	5100,00	1308,94	436,31	5235,78	6,42	75,00	55,31	12,22	32,47	S	A	
3739,20	480,00	311,60	311,60	3739,20	15,87	84,00	61,49	25,67	12,84	?	C	
6149,00	1580,00	512,42	170,81	2049,67	14,63	72,00	58,69	15,61	25,70	S	C	
<b>9159,76</b>	<b>2214,56</b>	<b>763,31</b>	<b>409,38</b>	<b>4912,61</b>	<b>9,13</b>	<b>75,86</b>	<b>56,52</b>	<b>21,26</b>	<b>22,22</b>			
6459,10	3681,00	538,26	239,23	2870,71	11,85	55,56	28,15	14,86	56,99	S	B	
4764,20	3480,00	397,02	397,02	4764,20	19,38	84,00	11,84	15,11	73,04	PN	C	
4278,00	966,00	356,50	356,50	4278,00	9,42	90,00	77,42	0,00	22,58	PN	C	
3050,80	1468,00	254,23	254,23	3050,80	15,92	75,00	51,88	0,00	48,12	PN	B	
2968,80	0,00	247,40	247,40	2968,80	8,36	100,00	100,00	0,00	0,00	N	barco patrão	
<b>4304,18</b>	<b>1919,00</b>	<b>358,68</b>	<b>298,88</b>	<b>3586,50</b>	<b>12,99</b>	<b>80,91</b>	<b>53,86</b>	<b>6,00</b>	<b>40,15</b>			

Políticas Públicas			Caracterização			
in prod rec	pol sociais	cart pesca	SPP	tipo	diversificação	trajetória recente
0,00	3840,00	sim	SPP1	patrão PG	venda direta e aluguel	patrão PG - reduzindo
5000,00	3840,00	sim	SPP1	patrão PG	empreitada	patrão PG - estável
450,00	3840,00	sim	SPP1	patrão PG		patrão PG - aumentando
450,00	2880,00	sim	SPP1 e 3	patrão PG	venda direta	patrão PG - reduzindo
2000,00	1920,00	sim	SPP1 e 2	patrão PG		patrão PP (PG alugada) - aumentando
450,00	960,00	sim	SPP1	patrão PG	esposa trabalha banrisul	patrão PG
900,00	960,00	sim	SPP1 e 3	patrão PG	venda direta	gongueiro - patrão PG
<b>1321,43</b>	<b>2605,71</b>					
450,00	1140,00	sim	SPP2 e 1#	patrão PP	diarista e venda direta	proeiro - carancho - patrão PP
6000,00	960,00	sim	SPP2	patrão PP	venda direta, filho servente 1sm	proeiro - patrão PP
900,00	960,00	sim	SPP2 e 1#	patrão PP		proeiro - patrão PP
5000,00	1680,00	sim	SPP2	patrão PP	diarista	proeiro - patrão PP (pesca em parceria)
5500,00	3840,00	sim	SPP2	patrão PP		proeiro - patrão PP (pesca em parceria)
450,00	2880,00	sim	SPP2	patrão PP	filho empr temp e pesca, ele empreitada	patrão PP
5900,00	960,00	sim	SPP2	patrão PP	genro servente 1sm	proeiro - patrão PP
<b>3457,14</b>	<b>1774,29</b>					
650,00	2880,00	sim	SPP2	patrão PP	esposa emprego 1sm	patrão PP
450,00	3840,00	sim	SPP3 e 1#	gongueiro	filhos proeiros	proeiro - gongueiro
450,00	960,00	sim	SPP3 e 1#	gongueiro	empreitadas e venda direta, filho proeiro	gongueiro/carancho - patrão PP
450,00	1920,00	sim	SPP3 e 1#	gongueiro	filho e pai também proeiros	proeiro/gongueiro
<b>450,00</b>	<b>2240,00</b>					
0,00	4020,00	sim	SPP3 e 1#	gongueiro	esposa prof mun, ele emprego temp	gongueiro e proeiro

450,00	960,00	sim	SPP1	encarregado	filho proeiro pesca industrial	encarregado
450,00	0,00	sim	SPP1	encarregado	esposa diarista	encarregado - esperando PRONAF
<b>450,00</b>	<b>480,00</b>					
0,00	2880,00	sim	SPP1	carancho	aluguel e filho proeiro, esposa 1sm	carancho
450,00	960,00	sim	SPP1	carancho	empreitadas	proeiro - carancho
450,00	0,00	sim	SPP1	carancho	diarista	proeiro - carancho/gongueiro
900,00	3840,00	sim	SPP1	carancho	filho servente 1sm, filho entrega jornais	carancho/encarregado
450,00	960,00	sim	SPP1 e 3#	carancho	esposa diarista, 2 cunhados serv 1sm	proeiro - carancho/gongueiro
5500,00	6720,00	sim	SPP1	carancho		proeiro - carancho - montando PG
0,00	1920,00	sim	SPP2	carancho	empr fixo em granja de arroz e coop.	proeiro/carancho
450,00	960,00	sim	SPP1	carancho	emprego temporário	proeiro - carancho
900,00	960,00	sim	SPP1	carancho	filhos empr. temp. e pesca, ele diarista	proeiro - carancho
<b>1011,11</b>	<b>2133,33</b>					
0,00	960,00	sim	SPP1	proeiro	diarista, filha doméstica, filho proeiro	proeiro
0,00	720,00	sim	SPP1	proeiro	emprego temporário	proeiro
0,00	0,00	não	SPP1	proeiro	empreitada e emprego temporário	proeiro
0,00	0,00	não	SPP1	proeiro	diarista e emprego temporário	proeiro
0,00	0,00	não	SPP1	proeiro		proeiro
<b>0,00</b>	<b>336,00</b>					

**Apêndice 4: Nomes comuns e científicos das espécies de pescado citadas na dissertação:**

<b>Nomes comuns</b>	<b>Nomes científicos</b>
Armado	<i>Pterodoras granulosus</i>
Arraia	<i>Potamotrygon brachyura</i> , várias espécies
Bagre	<i>Netuma barba</i> , várias espécies
Biru	<i>Curimatã sp.</i>
Cação	<i>Squantina spp.</i> , várias espécies
Camarão	<i>Penaeus sp.</i>
Camarão sete barbas	<i>Artemesia longinaris</i>
Cará	<i>Cichla sp.</i> , várias espécies
Cascudo	<i>Plecostomus sp.</i>
Corvina	<i>Micropogonias furnieri</i>
Dourado	<i>Salminus maxillosus</i>
Enchova	<i>Pomatomus saltator</i>
Grumatã	<i>Prochilodus sp.</i>
Jundiá	<i>Rhamdia sp.</i>
Linguado	<i>Paralichthys brasiliensis</i>
Miraguaia	<i>Pogonias cromis</i>
Papa-terra	<i>Menticirrhus sp.</i>
Pati	<i>Luciopimodolous pati</i>
Peixe-rei da água doce	<i>Odontheistes sp.</i>
Pescada	<i>Cynoscion sp.</i>
Pescadinha	<i>Macrodon ancylodon</i>
Piava	<i>Schyzodon sp.</i>
Pintado	<i>Pseudoplatystoma corruscane</i>
Tainha	<i>Mugil brasiliensis</i>
Traira	<i>Hoplias malabaricus</i>
Savelha	<i>Brevoortia pectinata</i>
Surubim	<i>Pseudoplatystoma sp.</i>
Viola	<i>Loricaria sp.</i>

Fonte: IBAMA/ CEPERG (2005). Disponível em <http://www.ibama.gov.br/ceperg>